José Hélio da Silva

UM PERFIL DA AGROINDÚSTRIA SUCROALCOOLEIRA DA ALTA PAULISTA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais na Faculdade de Filosofia e Ciências – UNESP/Marília, como requisito parcial para obtenção de título de Mestre em Ciências Sociais.

Linha de pesquisa: Política, Sociabilidade e Trabalho
Orientador: Prof. Dr. Paulo Ribeiro Rodrigues da Cunha

Marília – SP

2009

A todos os cortadores – de –cana, como meu pai, meu irmão e meu tio José Abel, que não está mais entre nós. À minha família, em especial, a minha mãe, e Luana, companheira desde os tempos da graduação.

“A máquina, que produz abundância, tem-nos deixado em penúria.”

(Charles Chaplin)

Agradecimentos

A consecução deste trabalho se tornou possível com a colaboração de diversas pessoas: amigos, companheiros de trabalho, familiares, acadêmicos e profissionais de instituições públicas e privadas e, sobretudo, os trabalhadores da cana-de-açúcar.

Agradeço a minha família, por ter sacrificado, algumas vezes, seus momentos de lazer em prol dos meus estudos, uma vez que a casa é pequena demais para nove pessoas e a acústica não ajuda, daí a explicação dos meus chiliques.

A todos os meus amigos que se tornaram, durante este tempo, visitas indesejáveis, mas que souberam compreender minha situação. Á minha sogra (Edméa) e meu cunhado (Adílson) que mesmo longe, contribuíram decisivamente para a resolução de algumas pendências burocráticas no que tange à atribuição de aulas na minha sede ou à indicação de fontes bibliográficas para minha pesquisa.

Agradeço também aos profissionais das escolas por onde passei, uma vez que souberam lidar com minhas ausências. Meus agradecimentos a todos meus alunos (2006-2009), que podem ter sido prejudicados com minhas ausências ou com aulas preparadas às pressas, de qualidade, às vezes, duvidosa.

No campo acadêmico nunca me cansarei de agradecer aos professores Odair Paiva e José Marangoni pelas qualificações atribuídas à minha pesquisa, bem como pela indicação de fontes bibliográficas que foram de excelente auxílio. Ao grande amigo Edevaldo, que conheci num evento acadêmico da Universidade Federal de Goiás, em 2008, obrigado pela força que me destes.

Ao meu orientador, Paulo Cunha, pela paciência na correção do meu trabalho, que, diga-se de passagem, não ficou à altura de suas exigências. Aos amigos Alexandre e Aírton, às voltas também com suas dissertações, que compartilharam comigo suas inseguranças e alegrias na consecução das dissertações bem como os amigos Lúcio Flávio, Newton, Ulisses e Marcão pelo apoio demonstrado. À composição da banca avaliadora, em especial, Ângelo Priori, que aceitou ler meu trabalho em tempo relativamente curto.

A todos os profissionais das instituições públicas e privadas que me atenderam pacientemente durante a pesquisa de campo: Casa da Lavoura em Parapuã, Sindicato dos

Trabalhadores Rurais de Parapuã, Prefeitura Municipal de Parapuã, Polícia Ambiental, empresa Parapuã Agroindustrial, DIEESE e SEADE.

Agradeço ainda à Diretoria Regional de Ensino de Tupã que soube suportar as sucessivas prorrogações dos meus prazos, uma vez que fui bolsista pelo CENP – Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas durante dois anos e meio.

Não posso deixar de agradecer também a todos os trabalhadores da agroindústria canavieira, em especial, os migrantes que residem em Parapuã e Rinópolis.

E, finalmente, agradeço a uma das maiores responsáveis pela consecução do meu trabalho: minha companheira Luana. Sua contribuição foi tão valiosa que eu deveria lhe reservar pelo menos duas páginas de agradecimentos, como disse o meu orientador. Serei eternamente grato pelo auxílio que me destes. A pesquisa é minha, entretanto, em alguns momentos sua contribuição foi tão crucial que lhe atribuí, talvez por força das difíceis circunstâncias, co-autoria a você, que sem dúvida, é a pessoa que se sente mais feliz com o término deste trabalho.

Resumo

A expansão da agroindústria sucroalcooleira na Alta Paulista apresenta suas raízes históricas no contexto da segunda fase do PROÁLCOOL. Denominada "Bases para um Plano de Desenvolvimento do Oeste do Estado de São Paulo" – PRÓ-Oeste –, a política intervencionista do governo pretendia propiciar um equilíbrio econômico regional. Tendo a atividade cafeeira e pecuarista como os traços mais fortes do seu espaço rural em fins dos anos 70, esta microrregião é conhecida atualmente como uma das novas fronteiras da expansão canavieira no estado de São Paulo. Redefinida nas últimas três décadas, a nova configuração do espaço rural da Alta Paulista, exige do meio acadêmico e da sociedade civil, profundas reflexões na esfera econômica, política e cultural. Sendo assim, o estudo que ora se apresenta, procura analisar as conseqüências da expansão da atividade sucroalcooleira no âmbito do trabalho. Questões como a histórica intervenção estatal na agricultura brasileira, a migração sazonal ou temporária dos trabalhadores, as condições de trabalho, a atuação sindical, a redução de áreas anteriormente destinadas à produção alimentícia, o discurso das energias renováveis, a ideologia do agronegócio e a crise dos alimentos, constituem os principais aspectos desta pesquisa, primeiramente num plano geral, posteriormente, particular, para então, delinear-se um perfil da agroindústria sucroalcooleira da Alta Paulista.

Palavras-chave: Alta Paulista – Agroindústria Sucroalcooleira – Migração – Intervenção Estatal – expansão canavieira.

Abstract

The expansion of the sugar-Ethanol agro industry in Alta Paulista is historically founded on the second stage of PROÁLCOOL (Brazil's National Alcohol Program). Named "Bases para um Plano de Desenvolvimento do Oeste do Estado de São Paulo" ("Basis for a Development Plan on the West Region of the State of São Paulo") – PRÓ-Oeste –, the government's interventionist policy intended to provide a regional economic balance. Having the coffee economy and cattle raising industry as its major rural features in the end of the 1970s, that micro region is currently known as one of the new boundaries of sugarcane production expansion in the State of São Paulo. Redefined in the last three decades, the new arrangement of rural space in Alta Paulista demands from the academic environment and civil society deep reflections on economic, political and cultural fields. Thus, this study aims an analysis on the consequences emerged from the sugar-Ethanol business concerned to labor. Issues as the factual state intervention in Brazilian agriculture, workers seasonal or temporary migration, labor conditions, union actions, the decrease of areas previously available for food production, the discourse on renewable energy, agribusiness ideology and the world food crisis constitute the main aspects of this research, initially in a general sense, and then particularly – so afterwards we will be able to outline the sugar-Ethanol agro industry in Alta Paulista.

Key-words: Alta Paulista; Sugar-Ethanol Agro industry; Migration; State Intervention; Sugarcane Expansion.

Lista de Siglas

ANFAVEA – Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores.

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

BIRD – Banco Mundial

CDPA – Comissão de Defesa da Produção de Açúcar.

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho.

CPT – Comissão Pastoral da Terra.

CATI - Coordenadoria de Assistência Técnica Integral.

CEAM – Comissão de Estudos sobre o Álcool Motor.

CENAL – Comissão Executiva Nacional do Álcool.

CEPAL – Comissão Econômica para a América latina e o Caribe.

CEREST – Centro de Referência da Saúde do Trabalhador.

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento.

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.

COPERFLU – Cooperativa Fluminense dos Produtores de Açúcar e Álcool.

COPERSUCAR – Cooperativa Central dos Produtores de Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo.

DER – Departamento de Estradas e Rodagem.

EDR – Escritório de Desenvolvimento Rural.

EPI – Equipamento de Proteção individual.

FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador.

FETAESP – Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de São Paulo.

FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura.

FERAESP – Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo.

FEE – Fundo Especial de Exportação

IAA – Instituto do Açúcar e do Álcool.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

ICMS- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada.

IPVA – Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores.

MCE – Mercado Comum Europeu.

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário.

MIDC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio.

MPNA – Mercado Preferencial Norte Americano.

MPT – Ministério Público do Trabalho.

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

PAS – Plano de Assistência Social.

PETROBRÁS – Empresa Brasileira de Petróleo.

PLANALSUCAR – Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-açúcar.

PROÁLCOOL – Programa Nacional do Álcool.

PRONAF – Programa nacional de Reforma Agrária.

SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural.

STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

SEBRAE – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de São Paulo.

SOPRAL – Sociedade dos Produtores de Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo.

UDOP – União das Destilarias do Oeste Paulista.

UNICA – União da Indústria de Cana-de-açúcar.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO……11

1. A INTERVENÇÃO ESTATAL NA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA E SEU IMPACTO NA ALTA PAULISTA.....26
1.1 Um breve esboço das origens da intervenção estatal na agroindústria sucroalcooleira do Brasil.....27
1.2 O início da hegemonia paulista na produção canavieira do Brasil e a criação do IAA.....38
1.3 A agroindústria sucroalcooleira da alta paulista no contexto da segunda fase do PROÁLCOOL.....45
1.4 Algumas destilarias autônomas instaladas na Alta Paulista durante o contexto da segunda fase do PROÁLCOOL.....50

2. CARACTERÍSTICAS DA AGRICULTURA NA ALTA PAULISTA NOS ÚLTIMOS 30 ANOS..... 56

2.1 O fortalecimento do agronegócio na Alta Paulista depois dos anos 90.....57
2.2 A concentração da produção sucroalcooleira e a expropriação dos pequenos produtores.....63
2.3 O contexto histórico do fenômeno da migração na agroindústria canavieira paulista.....71
2.4 Características do modelo taylorista/fordista na agroindústria canavieira da Alta Paulista..... 78
2.5 O impacto social da migração em cidades de pequeno porte da Alta Paulista..... 85
2.6 O conflito trabalhador local / trabalhador migrante na Alta Paulista..... 87

3. A FLEXIBILIZAÇÃO DO TRABALHO E A ATUAÇÃO DOS SINDICATOS NA ALTA PAULISTA..... 91

3.1 O processo de reestruturação produtiva do capital na agroindústria sucroalcooleira a partir de meados dos an**os** 90..... 92
3.2 A fragmentação dos trabalhadores na agroindústria sucroalcooleira e os dilemas advindos do corte mecanizado..... 96
3.3 A crise do sindicalismo rural. O STR de Parapuã – SP em questão..... 103
3.4 As reivindicações dos assalariados rurais do setor sucroalcooleiro no último qüinqüênio..... 113

4. A PARAPUÃ AGROINDUSTRIAL EM QUESTÃO. BIOCOMBUSTÍVEIS, ENERGIA RENOVÁVEL E CRISE DOS ALIMENTOS..... 120

4.1 A Parapuã Agroindustrial em questão..... 121
4.2 Algumas características produtivas da Parapuã Agroindustrial..... 124
4.3 As novas tendências na geração de energia renovável..... 126
4.4 A crise dos alimentos, a expansão canavieira e seus reflexos na Alta Paulista.....131

4.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 143

REFERÊNCIAS..... 152

LISTA DE SITES 157

ANEXOS..... 158

Introdução

Historicamente, a intervenção estatal tem sido a grande protagonista (ou antagonista?) das mudanças operadas no campo brasileiro. O papel do Estado como fomentador do desenvolvimento na agricultura, e mais especificamente, na atividade canavieira, data dos primórdios da colonização (Andrade, 1994), destacando-se algumas medidas implantadas pelo regime das Capitanias e a criação dos Engenhos Centrais (Petrone, 1968).

O surgimento do IAA – Instituto do Açúcar e Álcool – e do Estatuto da Lavoura Canavieira no governo de Getúlio Vargas, o Estatuto do Trabalhador Rural (1963) e o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural – FUNRURAL – em 1971, ambos elaborados em plena ditadura militar, a modernização da agricultura, o PROÁLCOOL, a desregulamentação do setor sucroalcooleiro nos anos 90, a consolidação do agronegócio e a reconfiguração do campo brasileiro, determinada pela criação de novas fronteiras sucroalcooleiras no século XXI, combinadas com a produção de biocombustíveis, a precarização do trabalho na lavoura canavieira e a atuação dos sindicatos constituem traços fundamentais para delinear o presente trabalho: um perfil da agroindústria sucroalcooleira da Alta Paulista.

A expansão da agroindústria canavieira no Brasil, em geral, adquire maior relevância após a criação do IAA em 1933, da hegemonia paulista na produção açucareira verificada nos anos 50 e o surgimento do PROÁLCOOL nos anos 70. Estes constituem os três traços principais do desenvolvimento do parque sucroalcooleiro do Brasil, com amplo destaque ao estado de São Paulo. De acordo com Octavio Ianni, não foram apenas as alterações no mercado internacional que propiciaram a expansão da agroindústria açucareira no Brasil após a Segunda Guerra Mundial. Para o autor:

> É inegável que a expansão da demanda de açúcar bem como as alterações havidas no mercado internacional propiciaram condições para a expansão da produção açucareira, no Brasil, no Estado de São Paulo e no município de Sertãozinho. Mas esse processo não foi comandado apenas pela demanda, ainda que o comportamento da demanda seja crucial no que diz respeito a gêneros alimentícios. O crescimento da produção açucareira foi também o resultado do desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção

> açucareira. Progressivamente cresceu a importância relativa e absoluta da máquina, fertilizante, defensivo, energia elétrica, derivados do petróleo e da ação governamental. Ao mesmo tempo, alteraram-se a composição e a participação da força de trabalho no processo produtivo, tanto nos canaviais como nas usinas. (1984, p. 49)

A modernização operada na agricultura brasileira provocou profundas alterações no campo, aumentou a concentração da terra, expulsou grandes contingentes de trabalhadores em virtude da mecanização nos tratos culturais, no plantio e na colheita, tendência crescente desde os anos 70. Verificou-se também que a política do crédito rural favoreceu apenas os grandes produtores, que ao pequeno produtor restou a alternativa de vender sua propriedade e migrar para outras regiões de São Paulo ou do Brasil, ou até mesmo instalar-se nos centros urbanos e voltar a trabalhar no campo apenas como assalariado rural, o popular bóia-fria (D' Incao e Mello, 1975).

Sobre a anexação das pequenas propriedades pelos grandes latifúndios no contexto da modernização da agricultura na década de 70, em São Paulo, vale destacar um trecho das considerações de Graziano Silva (1981, p. 81):

> Com isso, a pequena produção em São Paulo reduziu-se drasticamente, levando consigo grande parte dos produtos agrícolas tradicionais, para dar lugar à empresa capitalista voltada para produtos modernos (e rentáveis).
> No entanto, não é destruída ou simplesmente eliminada, e sim empurrada para fora dos limites do Estado e, de certa forma, compelida a arcar com determinados custos decorrentes daquela modernização, a qual, pelo seu artificialismo, não consegue garantir, sem os subsídios governamentais, a reprodução do capital inserido ao nível da produção agropecuária.

O processo de anexação das pequenas propriedades rurais pelos grandes latifundiários durante a modernização da agricultura pôde ser verificado em todo o estado de São Paulo, conforme apontou Graziano Silva (1981). Se durante a década de 70 a expansão da atividade canavieira, alimentada pelo advento do PROÁLCOOL, empurrou outras atividades agropecuárias para outros cantos do país, atualmente assiste-se a mesma tendência quando as atenções se voltam para as regiões do Alto Araguaia, o Norte e parte do Nordeste brasileiro.

Antes de discorrer sobre as transformações acarretadas pelo PROÁLCOOL na microrregião da Alta Paulista, convém assinalar, através de um modesto mapa, os limites geográficos desta pequena porção do estado de São Paulo, que é constituída por uma pequena faixa de terras situadas entre o Rio Aguapeí e o Rio do Peixe:

Localização da microrregião da Alta Paulista



Fonte: Wikipédia

A microrregião da Alta Paulista[1], situada na porção oeste de São Paulo, já foi conhecida por sua grande capacidade de produção cafeeira e pela pecuária, características que foram perdendo espaço progressivamente desde a implantação da segunda fase do PROÁLCOOL (Bray, Ferreira & Ruas, 2000). Nesse sentido, com o intuito de corroborar a afirmação de que áreas antes destinadas à atividades diversas

[1] Cumpre destacar que nos últimos 30 anos, com a criação da AMNAP (Associação dos Municípios da Nova Alta Paulista em 1977), o termo Nova Alta Paulista tem sido empregado para delimitar os 30 municípios que procuram consolidar uma nova região administrativa que tenha uma identidade própria em relação à Marília e Presidente Prudente, são eles: Adamantina, Arco-Íris,Bastos, Dracena, Flora Rica, Flórida Paulista, Herculândia, Iacri, Inúbia Paulista,Irapuru, Junqueirópolis, Lucélia, Mariápolis, Monte Castelo, Nova Guataporanga,Osvaldo Cruz, Ouro Verde, Pacaembu, Panorama, Parapuã, Paulicéia, Pracinha, Queiroz, Rinópolis, Sagres, Salmourão, Santa Mercedes, São João do Pau D' Alho,Tupã e Tupi Paulista. Vide mapa em Anexos.

foram sistematicamente substituídas pelas lavouras de cana-de-açúcar desde os anos 70, convém reproduzir mais um trecho da análise de Graziano:

> O caso da cana é bastante ilustrativo: como foi referido anteriormente, o aumento da área plantada se deve basicamente à expansão das usinas, levando à eliminação dos pequenos fornecedores. Embora as colocações se refiram basicamente à região de Campinas, certamente os mecanismos aí revelados podem ser estendidos a outras regiões do Estado. O principal desses mecanismos consiste em pressionar os pequenos produtores a deixarem suas terras, e as formas usadas são inúmeras.
> [...] Esse processo de "engolimento" das pequenas propriedades pelas grandes não é típico apenas nas zonas canavieiras. Ele aparece também nas regiões de expansão do reflorestamento, como na Dira de Sorocaba, por motivos semelhantes ao da cana; na Dira de Marília, devido ao crescimento da soja; e ainda, nas zonas de pecuária, como Araçatuba e Presidente Prudente. (1981, pp. 85 – 87)

Interessante observar que no momento em que Graziano publicou essas considerações, as regiões de Araçatuba e de Presidente Prudente ainda eram consideradas áreas de expressivo potencial pecuário, sendo que a primeira havia sido duramente castigada pela forte geada ocorrida em 1976, fato que gerou grandes prejuízos à cafeicultura da Alta Paulista. Paralelamente, ocorria como salientado acima, a segunda fase do PROÁLCOOL, denominada de PRÓ- OESTE, política implantada pelo IAA, que consistia, após o segundo choque do petróleo, em aumentar a produção do álcool brasileiro para exportação.

Decorrida quase uma década após a implantação das usinas/destilarias no oeste paulista, o setor sucroalcooleiro passou por uma forte crise, pela extinção do IAA, no governo Collor, e sua conseqüente desregulamentação. Paralelamente, vinha se consolidando no campo brasileiro a ideologia do agronegócio, modelo agrícola predominante nos últimos vinte anos no Brasil.

A industrialização na agricultura brasileira, em geral, no estado de São Paulo, e em particular, na Alta Paulista, é marcada pela dependência da agricultura em relação à indústria. Importante lembrar que essa subordinação da agricultura em relação à indústria, ocorre desde sua modernização e que é caracterizada por um "conjunto maior de atividades inter-relacionadas" (Graziano Silva, p. 46, 1981). Algo denominado por A.

P. Guimarães (1979) como “complexo agroindustrial”, como bem apontou Graziano (1981).

Neste contexto, de modernização da agricultura, expansão da atividade canavieira e consolidação do agronegócio no Brasil, com amplo destaque ao estado de São Paulo, vale apontar as modificações operadas no âmbito do trabalho, em especial, da agroindústria sucroalcooleira, a partir dos anos 80. Assim, alguns acontecimentos são considerados uma espécie de “divisor de águas” na relação entre o capital usineiro e os trabalhadores envolvidos na cultura da cana-de-açúcar. Como exemplo, pode-se citar a Greve de Guariba ocorrida em 1984, mesmo ano da fundação do MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra).

Este acontecimento “significou um momento de auto-formação da consciência dos trabalhadores da cana” (Penteado, 1995), em ouras palavras, constitui-se no momento fundante da consciência da classe rurícola brasileira, visualizado como referência a todo movimento rural.

Significou também a cisão do movimento sindical no contexto da agricultura canavieira, visto que a FERAESP – Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo – surge como opositora da FETAESP – Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de São Paulo –, fato que gerou disputas jurídicas entre as duas entidades no que tange à representação exclusiva dos interesses da classe rurícola.

Após os anos 90 verificou-se no Brasil a consolidação de um movimento sindical caracterizado como propositivo (Boito, 1999) onde este estava mais preocupado em estabelecer um diálogo conciliatório entre o patronato e o operariado do que necessariamente apresentar-se de modo combativo na relação capital/trabalho. Segundo Boito:

> O sindicalismo propositivo, é, estritamente falando, um método de ação sindical: elaborar propostas próprias para negociá-las com os empresários e os governos (neoliberais). Dentro desse método, é certo que o conteúdo das propostas pode variar. Contudo, o próprio método impõe, de antemão, limites importantes. Se o objetivo é participar dos fóruns decisórios com os governos (neoliberais) e empresários, é preciso ser comedido e realista nas propostas; caso contrário, desliza-se

> para o confronto, que é o que o método propositivo pretende evitar. (1999, p. 159)

Ao mesmo tempo em que se consolidava o método propositivo no sindicalismo brasileiro, de forma geral, contudo, com maior ênfase no operariado industrial, as relações de trabalho na agroindústria canavieira adquiriam novas nuances. A crescente mecanização e o conseqüente desemprego advindo desse processo passam a apresentar uma estreita combinação com as condições degradantes de trabalho denunciadas pelo Ministério Público do Trabalho nas usinas de açúcar, sobretudo, no estado de São Paulo.

As metas de produtividade impostas pelas usinas e o advento do PLR – Participação nos Lucros e Resultados – têm levado muitos trabalhadores ao esgotamento físico, a um esforço sobre-humano para atingir a média de dez a doze toneladas de cana cortada numa jornada diária.

Diante das várias denúncias de trabalho escravo presente na agroindústria canavieira, e que encontraram eco na comunidade internacional, o governo brasileiro, juntamente com os empresários do setor e as entidades de representação sindical, firmaram um acordo em 2009 denominado de Compromisso Nacional da Cana, que tem como objetivo o cumprimento de um conjunto de normas no que consiste à relação de trabalho entre usineiros e trabalhadores.

Deste modo, os empresários do setor sucroalcooleiro podem obter uma certificação social de suas atividades, desde que sejam respeitados pontos do acordo como, a pesagem e a medição correta da cana cortada, o tabelamento do preço da cana antes do início da jornada de trabalho diária, o fornecimento gratuito dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), a eliminação dos agenciadores da força de trabalho (“gatos”), etc..

A mobilidade da força de trabalho advinda de outras regiões do país para atuar na lavoura canavieira paulista tem sido um dos aspectos que mais chamam a atenção quando o assunto se refere às formas de trabalho escravo e às condições degradantes de trabalho. Mineiros, pernambucanos, alagoanos, maranhenses, paraibanos, piauienses e baianos constituem o enorme contingente de trabalhadores que deixam suas terras no nordeste para atuar na safra canavieira no Centro – Sul, em especial, no interior de São Paulo.

Se durante a época da industrialização do sudeste, passando pelo desenvolvimentismo, o deslocamento desse contingente de trabalhadores se originava do nordeste rural para o sudeste urbano e industrial, é a partir de meados dos anos 80, com maior intensidade nos anos 90 e na virada do século XXI, que essa mobilidade se opera do nordeste rural para o sudeste rural, uma migração caracterizada por alguns estudiosos como *pendular* (Novaes, 2006). Contudo, é necessário lembrar que, o termo *pendular* pode levar a crer que existiria um retorno diário do trabalhador para o seu lar e que sua estadia na região de trabalho não é contínua. Por isso, neste trabalho optou-se por denominar essa migração de temporária ou sazonal, uma vez que a permanência dessa força de trabalho no Centro – Sul, e particularmente, na Alta Paulista, está atrelada a uma cultura específica: a cana-de-açúcar.

Embora, o deslocamento da força de trabalho oriunda do nordeste brasileiro seja interpretado neste trabalho como uma migração do nordeste rural para o sudeste rural, bem diferente daquela verificada no sudeste dos anos 30 a 70, a inserção dos trabalhadores migrantes nas atividades agrícolas em São Paulo também pôde ser verificada na industrialização da Era Vargas (Paiva, p.105, 2004). Após desembarcar na capital de São Paulo, boa parte da força de trabalho migrante tomava caminhos diversos em direção ao interior paulista, como atesta Paiva:

> A distribuição desses trabalhadores para o interior do Estado era facilitada pela malha ferroviária então existente – criada para atender às necessidades de escoamento da produção cafeeira – que tinha como ponto de confluência a cidade de São Paulo. O interior estava, portanto, ao alcance pelas ferrovias já mencionadas, mas também pela Sorocabana, Mogiana e Paulista e, a partir delas, nas suas diversas ramificações. (p. 107, 2004)

O deslocamento dos camponeses, verificado após o declínio dos engenhos no nordeste brasileiro, a partir dos anos 50, consistia numa estratégia de reprodução camponesa, onde a mobilidade para o Sul do país seria o caminho para preservar a pequena propriedade (Garcia Jr, 1989). Atualmente, observa-se que esta estratégia ainda é utilizada por muitos migrantes que atuam na lavoura canavieira.

A despeito da concentração da produção sucroalcooleira no Brasil, em São Paulo, e, particularmente, na Alta Paulista, merece destaque algumas fusões ou aquisições

ocorridas durante os últimos anos. O freqüente deslocamento dos grupos produtores da região nordeste para áreas canavieiras paulistas, resultando em fusões ou aquisições das pequenas destilarias, reflete uma tendência nos últimos anos presente no setor sucroalcooleiro no Centro-Sul e, particularmente, na Alta Paulista. Com a desregulamentação do setor na década de 90 (fevereiro de 1999) verifica-se no Centro-Sul a ocorrência de fusões e incorporações nesta região que é a mais dinâmica do complexo sucroalcooleiro do Brasil.

Quando não se verifica a presença do capital estrangeiro nessas fusões, constata-se o deslocamento de grupos nacionais, em especial, do nordeste[2], uma vez que estes grupos pretendem se aproximar do maior nicho do mercado consumidor interno, ao mesmo tempo em que se beneficiam de terras mais férteis para o plantio e áreas mais propícias à mecanização, além do fato de que nesta região a infra-estrutura rodoviária é mais sofisticada, o que facilita o transporte e a escoamento do produto.

Com relação às aquisições protagonizadas pelo capital estrangeiro, vale destacar a que ocorreu em Goiás[3]. A companhia de petróleo BP (British Petroleum), classificada como uma das maiores petroleiras do mundo adquiriu 50% das ações da usina Tropical Bioenergia S.A, considerada pelos especialistas do setor como uma *joint venture* entre a Santaelisa Vale (tradicional produtora de açúcar e álcool) e o grupo Maeda (grande produtor agrícola). O acordo prevê investimentos da ordem de R$ 1,66 bilhão, quantia irrisória se comparada com o que está previsto nos próximos anos para o setor canavieiro.

Informações veiculadas nos meios de comunicação do setor sucroalcooleiro e na mídia, em geral, admitem o surgimento de um novo ciclo de investimentos na agroindústria canavieira, dada a constante participação dos fundos e bancos de investimento, como Carlyle e Goldman Sachs, acompanhados de grandes comercializadoras de commodities, como por exemplo, Louis Dreyfus e Mitsui, além de grandes investidores do porte de George Soros.

---

[2] De acordo com o site da Parapuã Agroindustrial, o parque industrial desta empresa foi adquirida pelo Grupo Toledo em abril de 2006. Trata-se do mesmo grupo que reativou a antiga Usina Gantus (hoje denominada Ibéria) na cidade de Borá. Segundo a Gazeta Mercantil (05/11/2004) o Grupo Alagoano Olival Tenório investiu, em 2002, 17 milhões de reais na compra da Destilaria DECASA, que estava desativada, além de implantar extensa área de lavouras, calculada em 22 milhões de reais. Fato que comprova a tendência do deslocamento do capital da região nordeste para a região Centro – Sul do país,e,em particular, São Paulo.

[3] Notícia veiculada no dia 25/04/2008 no Jornal Folha de São Paulo, Caderno Dinheiro B3.

Como as empresas do setor não ficam alheias às tendências do mercado, o grupo COSAN [4]·, que lidera a produção do setor sucroalcooleiro no Brasil, investiu cerca de US$ 950 milhões para assumir as operações da empresa americana Exxon Mobil no país, mais conhecida como ESSO. Assim, para os analistas, a COSAN torna-se o único grupo do setor sucroalcooleiro no Brasil a acumular as operações de produção, distribuição e comercialização do álcool.

Até pouco tempo atrás, na virada do século, as análises davam conta de que a demanda do álcool hidratado estava em queda devido, em parte, à redução acentuada da frota de veículos movida a álcool, uma vez que esta frota passava por um sucateamento e uma não-renovação. Na verdade esta situação já se arrastava há mais de doze anos quando ocorreu o desabastecimento de álcool hidratado em 1989. De acordo com Vian (2003), vários são os motivos que provavelmente acarretaram o desabastecimento, porém, o principal motivo pode ter sido a enorme oferta de veículos movidos a álcool e a incapacidade do setor sucroalcooleiro em atender a demanda.

Assim, de acordo com o comportamento do mercado, a produção de álcool hidratado começava a se tornar economicamente inviável para as empresas sucroalcooleiras e a tendência no setor era priorizar a produção de álcool anidro ou a produção de açúcar. De acordo com Vian:

> Os problemas conjunturais do Proálcool impactaram de forma diferente as regiões produtoras tradicionais e de fronteira, onde existiam apenas destilarias autônomas de álcool. Com a estagnação da produção de carros e com o desgaste de imagem gerado pelo desabastecimento de mercado, essas empresas passaram a ter um horizonte de crescimento muito ruim. Algumas destilarias buscaram a diversificação para o açúcar. Mas a cota de produção sempre se tornava um obstáculo muito grande para algumas empresas que não tinham recursos financeiros suficientes. (VIAN, 2003, p.96)

Outro motivo que intensificou a redução da demanda por álcool hidratado corresponde à liberação do mercado de combustíveis em janeiro de 2002, um dos últimos setores a ser totalmente desregulamentado pelo governo. Com isso, a capacidade do álcool sobreviver com preços vantajosos numa situação de livre concorrência

[4] op. cit.

diminuiu, uma vez que este produto começou a depender das "condições conjunturais da taxa de câmbio, do preço do petróleo no mercado internacional e da política tributária sobre os combustíveis" (Moraes, 2002, p.31). Sobre esta mudança operada pelo governo no setor de combustíveis a mesma autora aponta que:

> A liberação do mercado de combustíveis traz impactos importantes sobre todos os agentes (consumidores, refinarias, distribuidoras, postos), e também sobre a cadeia produtiva da cana-de-açúcar, já que a questão da competitividade e sobrevivência do álcool hidratado em ambiente de livre mercado vem à tona. Variações na demanda por esse produto [...] afetam não só sua própria produção, como também a de álcool anidro e a de açúcar, dada a flexibilidade de produção existente, com conseqüências importantes também sobre o mercado de cana-de-açúcar. (Moraes, 2002, p.31)

Contudo, após este período de turbulências no setor sucroalcooleiro, a produção de álcool hidratado ganhou fôlego no início do século XXI, mais precisamente em 2003. A escassez e o encarecimento dos combustíveis fósseis possibilitaram pesados investimentos na produção de etanol.

Entretanto, é bom que se frise que a atividade agroindustrial canavieira no Brasil não tem se limitado apenas à produção de álcool e açúcar. Com o desenvolvimento tecnológico, o progresso técnico crescente e a adoção das biotecnologias no setor, sobretudo, na área industrial, os produtos intermediários e finais podem se mostrar de variadas utilidades, sendo direcionados para diferentes processamentos industriais.

Assim, em decorrência da sua versatilidade, por se constituir enquanto matéria-prima com grande capacidade renovável de alimentos, de energia e materiais para diferentes utilidades, a cana-de-açúcar pode, num futuro muito próximo, deixar de ser cultivada com vistas à produção de álcool e açúcar apenas, tendo como produto prioritário o melaço e o bagaço (Szmrecsányi, 2002). Acerca dessa possibilidade e da capacidade energética do bagaço da cana, o mesmo autor afirma que:

> Quer na produção de álcool, quer na de açúcar, o principal co-produto resultante do processamento da cana é o bagaço, cujo potencial energético tem atraído crescente interesse nos últimos anos. Por causa dele, diversos especialistas passaram inclusive a encará-lo como um possível produto principal da cana-de-açúcar no futuro, vendo na mesma, não mais uma lavoura agroalimentar ou agroenergética, mas

> uma fonte privilegiada de biomassa para fins energéticos e outros, e propondo uma base tecnológica completamente diferente das atuais para sua exploração. (2002, p.111)

O uso da cana-de-açúcar direcionado para fins energéticos atingiu em 2007 um patamar nunca visto na história do Brasil[5]. O álcool e o bagaço, produtos derivados dessa matéria-prima, responderam por 16% da matriz energética brasileira, tornando-se a segunda fonte primária de energia. Assim, o elevado consumo de álcool combustível no país propiciou um crescimento considerável da cana-de-açúcar, fato que contribuiu para que seus derivados ultrapassassem a energia hidráulica, cuja participação havia estacionado em 14%.

Na mesma reportagem evidencia-se a forte presença de fontes renováveis na matriz energética brasileira como sendo altamente decisiva para que o país apresente um número relativamente baixo de emissão de gás carbônico, em virtude da produção de energia. Enquanto nos EUA a média de emissão atinge 19,61 t por habitante, no Brasil temos a média surpreendente de apenas 1,84 tonelada de gás carbônico emitida por indivíduo.

A notícia repercutiu com muito otimismo no setor sucroalcooleiro, uma vez que naquele período o barril de petróleo havia atingido preços exorbitantes no cenário mundial, fato que levou muitos especialistas a apostarem no aumento da produção de álcool interno bem como na tendência quase irreversível da participação crescente dos derivados da cana-de-açúcar na matriz energética brasileira.

A produção de biocombustíveis, considerada a opção ideal na busca por energias renováveis, tem recebido duras críticas, sobretudo, após a crise dos alimentos verificada no primeiro semestre de 2008. A expansão da cana-de-açúcar nas áreas anteriormente voltadas à produção de alimentos pode ter influenciado na alta dos alimentos.

O apoio irrestrito ao agronegócio revela e reforça a prioridade do governo brasileiro nas últimas décadas no que tange à agricultura. De acordo com Graziano Silva (p.31, 1981):

[5] [5] Folha de São Paulo, sexta-feira, 09 de maio de 2008. Caderno Dinheiro. B 4.

> Assim sendo, a produção de alimentos fica relegada aos estabelecimentos que estão naturalmente impossibilitados de assumir um comportamento empresarial (pequenos proprietários, arrendatários, parceiros e ocupantes) que basicamente produzem a sua própria subsistência gerando um pequeno excedente para o mercado. Esta dispersão em pequenas unidades cria a necessidade de um grande número de intermediários, fazendo com que, sobrevindo uma eventual escassez de gêneros alimentícios, o diferencial de preços se dilua pelas numerosas escalas existentes entre o pequeno produtor e o consumidor final.

Como já assinalado anteriormente, os incentivos governamentais, na forma de crédito, se concentram na produção de itens de preços atrativos no mercado externo (soja, milho e cana-de-açúcar), enquanto que o pequeno produtor rural fica com a responsabilidade de se dedicar à produção de alimentos. Não é surpresa o fato de a agricultura familiar ser responsável pela produção de 38% de alguns gêneros alimentícios, segundo o último censo agropecuário.

O trabalho, que ora se apresenta, procura analisar as transformações na agroindústria sucroalcooleira da Alta Paulista, as condições e relações de trabalho, a migração, a reconfiguração do espaço rural motivada pela expansão da atividade canavieira e outros aspectos pertinentes encontrados no decorrer da pesquisa.

Importante lembrar que no início desta pesquisa, predominava a intenção de analisar quatro usinas/destilarias, recorte que seria utilizado para traçar um perfil da agroindústria sucroalcooleira da Alta Paulista. Contudo, optou-se, por intermédio da orientação, utilizar apenas a usina/destilaria Parapuã Agroindustrial para o estudo de caso, uma vez que o tempo destinado a pesquisa seria insuficiente para lidar com a imensa pluralidade de dados a serem obtidos na pesquisa de campo.

Para compreender o contexto em que se efetivaram as mudanças na política sindical brasileira após os anos 90, e seus rebatimentos no sindicalismo na Alta Paulista, optou-se neste trabalho, pela utilização de alguns autores marxistas, dentre os quais, destacam-se Alain Bhir (1991) e Armando Boito (1999). Tais análises e reflexões se mostraram de grande proficuidade na leitura e compreensão da reestruturação produtiva no contexto neoliberal dos anos 90.

Outros autores marxistas contribuíram decisivamente ao longo da pesquisa. Deste modo, convém mencionar as valiosas considerações de Ricardo Antunes (1995), José Flávio Bertero (1991) e Alcides Ribeiro (2000), este último em especial, devido à

minuciosa pesquisa sobre a evolução da moderna agroindústria canavieira no Brasil no período compreendido entre 1877-1970.

Dentre o que se convencionou considerar literatura marxista clássica, vale ressaltar a ácida crítica de Lênin (1985) acerca do surgimento do imperialismo na virada do século XIX para o século XX, bem como as contundentes reflexões de Gramsci (2001) sobre a influência do taylorismo e fordismo verificada já na primeira metade do século XX. São obras que permitiram a este trabalho uma contextualização histórica e econômica indispensáveis à compreensão do desenvolvimento da moderna agroindústria canavieira no Brasil.

Finalizando as menções acerca da bibliografia utilizada, não poderia deixar de ser mencionada neste espaço, a surpreendente e envolvente obra de Franz Fanon, os Condenados da Terra (1968). Trata-se de um autor marxista pouco utilizado nas Ciências Sociais e o resgate de sua obra – propiciado na disciplina[6] ministrada por Paulo Cunha – permitiu compreender em que medida se operou a espoliação dos países colonizados e subdesenvolvidos, as sanções comerciais e militares desferidas pelos países ricos, o processo de independência de alguns países durante a segunda metade do século XX (Argélia, por exemplo) e a luta pela terra.

A exemplo da maioria dos trabalhos de campo, as dificuldades na obtenção dos dados foram diversas. A procura por dados referentes à Alta Paulista foi feita através da visita ao DIEESE, SEADE, FETAESP, Polícia Ambiental, Prefeitura Municipal de Parapuã, Casa da Lavoura em Parapuã e Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Parapuã. Entretanto, os dados acerca da migração e da área plantada na Alta Paulista, não puderam ser coletados, seja por causa da diferenciação na divisão geográfica estabelecida pelos órgãos visitados, seja pela demora na publicação dos dados do Censo Agropecuário de 2006.

Sobre o Censo Agropecuário, vale ressaltar que este veio a público exatamente no momento em que se finalizava o presente trabalho. Assim, optou-se por priorizar apenas aquelas informações consideradas de primeira importância para o entendimento do perfil da agroindústria sucroalcooleira da região em estudo.

[6] Entre a Teoria e a Práxis: leituras sobre o Brasil e os movimentos sociais no campo. / 2º semestre – 2006.

Assim, no que concerne à estrutura do trabalho, no primeiro capítulo, realizou-se um breve esboço acerca da histórica intervenção estatal na agroindústria canavieira, dedicando amplo destaque ao período compreendido entre as décadas de 1930 – 1980. A criação do IAA, Estatuto da Lavoura Canavieira, o início da hegemonia paulista na produção canavieira, o surgimento do Estatuto do Trabalhador Rural, Sistema Nacional de Crédito Rural, o PROÁLCOOL, a instalação de algumas usinas/destilarias na Alta Paulista e a desregulamentação no setor, constituem os principais assuntos na primeira parte desta pesquisa.

No segundo capítulo, as atenções estão voltadas para as características do agronegócio, da agricultura familiar e da migração da força de trabalho em São Paulo, e, em particular, na região em estudo. Assim, discute-se a expansão do setor sucroalcooleiro, o fortalecimento do agronegócio nos anos 90 e o enfraquecimento da agricultura familiar. Aspectos como o controle e a cooptação dos trabalhadores, heranças do modelo taylorista/fordista na produção sucroalcooleira também são discutidos nesta segunda parte.

A atuação dos sindicatos, em particular, o STR de Parapuã, se constitui no principal foco da discussão apresentada no terceiro capítulo. Este capítulo pode ser considerado o que melhor agrega, ou condensa, as características particulares deste estudo de caso, visto que as entrevistas realizadas no sindicato se mostraram de grande importância para estabelecer um diálogo mais coeso com a bibliografia utilizada. Dados referentes às autuações do Ministério Público do Trabalho, nas lavouras canavieiras da Alta Paulista, bem como informações coletadas via entrevista com trabalhadores e liderança sindical, serviram para elucidar boa parte das questões tratadas ao longo da pesquisa.

O quarto capítulo apresenta uma análise do quadro funcional da empresa Parapuã Agroindustrial, as expectativas de produção, condições de trabalho, terceirização, área plantada, quantidade de fornecedores e o uso de colheitadeiras. Contudo, em virtude da insuficiência dos dados obtidos via entrevista com o setor de Recursos Humanos da empresa, o presente trabalho não conseguiu contemplar totalmente os propósitos previamente objetivados no início da pesquisa.

Portanto, discute-se também, neste capítulo, o acordo estabelecido entre governo, empresários do setor sucroalcooleiro, trabalhadores e entidades sindicais (Compromisso Nacional da Cana), a produção de biocombustíveis, a energia renovável presente na agenda governamental e a crise dos alimentos vivenciada no primeiro semestre de 2008, que antecedeu a crise econômica atual.

CAPÍTULO I

A INTERVENÇÃO ESTATAL NA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA E SEU IMPACTO NA ALTA PAULISTA

Capítulo I

A intervenção estatal na agroindústria sucroalcooleira e seu impacto na Alta Paulista.

> Como o Estado surgiu da necessidade de conter as oposições de classes, mas ao mesmo tempo surgiu no meio do conflito subsistente entre elas, ele é, em regra, o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, classe que, por intermédio dele, converte-se também em classe politicamente dominante, adquirindo assim novos meios para a repressão e exploração da classe oprimida.
> (ENGELS, F.)

1.1 Um breve esboço das origens da intervenção estatal na agroindústria sucroalcooleira do Brasil.

Na agroindústria sucroalcooleira do Brasil durante os últimos cinqüenta e cinco anos, o Estado de São Paulo tem ocupado uma posição singular. O deslocamento da hegemonia na produção de açúcar, de Pernambuco para São Paulo, pode ser explicado pela concentração do desenvolvimento do capitalismo do país nesta unidade federativa (ANDRADE, 1994). Assim, no decorrer deste primeiro capítulo realizaremos um breve e conciso esboço acerca da intervenção e do protecionismo estatal operados no cenário sucroalcooleiro do Brasil e, particularmente, de São Paulo.

Uma vez que o Estado sempre desempenhou um papel protecionista em relação a essa atividade econômica, cumpre destacar a seguir, algumas das medidas que influenciaram de modo mais decisivo na agroindústria sucroalcooleira. A consubstanciação de interesses envolvendo empresas e Estado remonta desde os primórdios da colonização, no nordeste, durante o domínio holandês. Este protecionismo "se estendeu também após a Independência, durante o Império e a Primeira República." (ANDRADE, 1994, p.221).

Antes de discorrer acerca das intervenções estatais compreendidas no período 1930-1990, que de acordo com os estudiosos da questão agrária são as mais decisivas para a formação do atual quadro sucroalcooleiro do Brasil, é mister que se desvie a atenção aos principais indícios da participação do Estado como fomentador do

desenvolvimento deste ramo agroindustrial do período colonial até os albores do capitalismo industrial da Era Vargas.

Como se sabe, a história da lavoura canavieira em solo paulista começou a ser traçada ainda nos primeiros anos em que se vigorava o regime das Capitanias. Para ser mais preciso, a cana-de-açúcar foi introduzida exatamente em 1531 por Martim Afonso de Souza. Contudo, a produção canavieira deste período pode ser considerada incipiente, uma vez que se encontrava voltada unicamente para a subsistência, não tendo se configurado ainda um mercado que estimulasse o seu aumento. Esta situação inicial da lavoura canavieira perdurou por mais de duzentos anos sem que sofresse mudanças significativas e somente alcançou uma transformação mais evidente após o período da Restauração da Capitania em 1765.

Se durante o primeiro grande período aqui abordado (1531-1765) a lavoura canavieira em território paulista pode ser considerada lavoura de subsistência, apresentando uma produção incipiente e estagnada, é a partir do Governo de Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão – o Morgado de Mateus (1765-1775) – que se obtêm registros das primeiras iniciativas voltadas para a exploração sistemática de uma atividade agrícola que contivesse a então vigente precarização da economia paulista. Mesmo tendo se caracterizado como um governo que estimulou em demasia as atividades exploratórias e o apresamento de índios, o Morgado de Mateus ficou fortemente marcado como um governo que postulava a exploração da agricultura e do comércio como o meio mais eficaz de enriquecimento que os povos poderiam almejar, e no caso específico da referida região, era necessário alavancar a produção de açúcar e algodão, visto que este era o modo mais viável para superar a recessão econômica.

Cabe lembrar que as medidas preconizadas por este governo foram motivadas não somente pela inclinação à agricultura como também pela situação periclitante da exploração dos minérios, uma vez que estes se exauriam gradativamente. Portanto, mais que um desejo, era uma necessidade imperiosa, procurava-se incrementar a vida econômica da Capitania com uma atividade agrícola que se caracterizasse como uma espécie de carro – chefe da economia paulista. Conforme afirma Maria Thereza Schorer Petrone,

> (...) o Morgado de Mateus se preocupou em promover a cultura de produtos exportáveis e datam de seu governo as primeiras notícias de exportação de algodão e de açúcar. Promoveu, entretanto, também a cultura de mantimentos, tais como, o milho, o feijão e o arroz, ordenando aos juízes ordinários e aos oficiais das Câmaras das Vilas da Capitania que obrigassem o povo a se dedicar a essas lavouras. (1968, p.16).

O progresso da agricultura paulista e, particularmente, da produção canavieira naquela Capitania recém-restaurada, segundo Petrone, seguiu seu curso nos governos que se sucederam: Bernardo José de Lorena (1788 – 1797) e Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça (1797 – 1802), sendo que é a partir deste último que a produção de açúcar conheceu a sua arrancada mais incisiva.

À medida que se findava o século XVIII crescia extraordinariamente a produção açucareira e esta tendência se verificou até 1851, ano em que o açúcar, nestas paragens, conheceu a sua primeira grande crise. É neste ano também que se tem início a supremacia cafeeira na já Província de São Paulo, fato corroborado pelas palavras de Petrone, quando a autora sustenta que:

> A rápida substituição dos canaviais por cafezais pode ser naturalmente explicada por uma série de fatores internos e externos já apontados, em parte, ao longo de nosso trabalho. Uma das causas dessa substituição prende-se, sem dúvida, à má qualidade do açúcar paulista. Sua aceitação pelos mercados externos não deve ter sido sempre fácil. De modo geral, o açúcar brasileiro não era bem cotado. Numa publicação de 1875 – Informações sôbre a Posição Commercial dos Produtos do Brazil nas Praças Estrangeiras – há constantes queixas provenientes dos principais postos da Europa e da América do Norte e do Sul sobre a má qualidade do açúcar brasileiro. Os relatores falam constantemente nessa inferioridade e nos prejuízos causados ao comércio. O açúcar de outras procedências obtinha sempre cotações melhores. E no Brasil o açúcar paulista era o menos cotado. Esse fato, até certo ponto, deve ter sido um estímulo para a plantação de cafezais e o abandono de canaviais. Condições do mercado externo, ávidos de café e saturados de açúcar de qualidade melhor teriam favorecido a transformação. (1968, p.224).

Após este breve resumo da configuração da lavoura canavieira em solo paulista desde os primórdios da colonização até o início da supremacia cafeeira (1851) a presente explanação abordará as medidas governamentais operadas desde o contexto da criação dos Engenhos Centrais em 1876 até 1930, época em que se caracteriza uma fase de liberalismo estatal no Brasil.

O Decreto n.º 2687,de 6 de novembro de 1875, na época do Governo Imperial, procurou estimular a modernização da lavoura canavieira do Brasil, visto que os meios de produção se encontravam praticamente inalterados desde os primórdios do período colonial, prejudicando, portanto, a concorrência do produto no mercado externo, onde os principais produtores – Cuba, Martinica, Egito e Java –gozavam de vantagens advindas da boa qualidade de seus produtos. Este fato, aliado à concorrência estabelecida com o açúcar europeu proveniente da beterraba, foi o grande responsável pelo pontapé inicial da política de "centralização" industrial (SOARES, 2000, p.29) que induziu o Governo Imperial a fomentar a modernização da arcaica indústria açucareira nacional.

De acordo com o artigo 2.º do Decreto n.º 2687, de 6 de novembro de 1875, o Governo Imperial estabelecia que :

> "Art. 2. º: É autorizado o Governo para garantir juros de 7% ao ano, até o capital realizado de trinta mil contos de réis (30.000:000$) às companhias que se propuserem a estabelecer engenhos centrais para fabricar açúcar de cana, mediante o emprego de aparelhos e processos modernos os mais aperfeiçoados."

Ao longo dos parágrafos do art.2. º do referido decreto o Governo Imperial brasileiro apresenta uma série de exigências para que as companhias usufruam desse benefício, dentre as quais, "que se achem associadas aos proprietários agrícolas do lugar onde pretendem estabelecer o engenho central, para lhes fornecerem a quantidade precisa de canas." [7] Outra condição exigida consistia na idoneidade do empresário e de todo o pessoal ocupado nas mais diversas operações industriais. Assim, constata-se que "a preocupação governamental chegava a ponto de escolher as pessoas ou empresas que receberiam autorização para a implantação da fábrica e determinava ainda a sua localização" (ANDRADE, 1994, p.222).

A modernização do espaço canavieiro brasileiro em fins daquele século buscava se espelhar nas modernas instalações industriais do Egito, Java, Martinica e Cuba. A queda na exportação do açúcar brasileiro foi causada, sobretudo, pelo atraso tecnológico, uma vez que o país ainda não havia conhecido novas formas de aumentar a produtividade. Quase setenta e cinco anos depois as palavras de Raul Prebisch

[7] Idem

corroboraram esta realidade, comum em toda a América Latina. Em seu célebre *"Estudo Econômico da América Latina"* o autor aponta que:

> A propagação universal do progresso técnico, a partir dos países de origem para o resto do mundo, tem sido relativamente lenta e irregular, se considerarmos o ponto de vista de cada geração. No longo período transcorrido desde a Revolução Industrial até a Primeira Guerra Mundial, as novas formas de produção em que a técnica se manifestou incessantemente abarcaram apenas uma proporção reduzida da população mundial. (2000, p.139).

Portanto, durante a segunda metade do século XIX, a realidade situacional do espaço canavieiro brasileiro e, particularmente paulista, havia sofrido mudanças pouco significativas desde a retomada da produção, verificada no período da restauração das Capitanias. A mudança mais significativa pôde ser percebida na expansão da área canavieira, subsistia ainda o modo arcaico de produção, o que tornava inviável a concorrência com o açúcar antilhano e o proveniente da beterraba, este último produzido na Europa. De acordo com Carlos Eduardo de F. Vian:

> Esta situação se agravou ainda mais com a introdução de melhorias tecnológicas no cultivo e no processamento industrial da cana nas Antilhas, tais como o arado, a capinadeira, a grade, o sistema de difusão para extração do caldo e o uso do bagaço para produzir energia. Além das inovações tecnológicas, buscaram-se os ganhos de escala, surgindo os Engenhos Centrais. (2003, p.63).

No período em que transcorreram as instalações dos primeiros engenhos centrais na Província de São Paulo observou-se um grande otimismo por parte das autoridades governamentais e demais agentes sociais envolvidos no projeto. Soares destaca que era quase unânime a expectativa de que:

> "(...) essa divisão das tarefas produtivas permitiria maiores vantagens econômicas, tanto para os plantadores e fornecedores de cana, como para os proprietários de engenhos. O emprego de técnicas e processos industriais aperfeiçoados, e conseqüente melhora do rendimento industrial e da qualidade do produto, permitiria a este competir no mercado internacional."(2000,p.31).

Para não alongarmos em demasia a exposição acerca do período de construção dos engenhos centrais basta destacar que durante a "política de centralização" [8]foram construídos no Brasil cerca de 87 engenhos centrais no período compreendido entre 1877 – 1890 . O primeiro deles (Quissamã), foi instalado na cidade de Macaé, em 1877, no Rio de Janeiro, "por alguns fazendeiros, descendentes do I Visconde de Araruna, associados a grandes fazendeiros da elite fluminense" (ANDRADE,1994,p.157).Em São Paulo, apesar da supremacia da cafeicultura, uma série de decretos concedeu subsídios para a modernização da lavoura canavieira. De acordo com Soares, até 1890, foram sete concessões, que se reduziram, em 1892, para quatro:

> "(...) Companhia Engenho Central de Lorena, com o capital garantido de 700:000$000; Companhia Engenho Central de Capivari com 550:000$000; Companhia Engenho Central Paulista (município de Porto Feliz), com 400:000$000; e Firmino Joaquim Ferreira da Veiga (em Ubatuba), totalizando 2.400:000$000. Por outro lado, somente os três primeiros engenhos mencionados encontravam-se em atividade na época." (2000,p.45).

Apesar dos esforços governamentais, voltados para o aperfeiçoamento do parque industrial canavieiro do Brasil, dobrando os valores das concessões em 1890 (60.000: $000), já na 1.ª República, a experiência dos engenhos centrais não logrou êxito. No mesmo ano em que dobrava as concessões o governo republicano praticamente abandonava a política de "centralização". Várias causas contribuíram para o insucesso dessas iniciativas em São Paulo:

- a debilidade do capitalismo nacional, que se desenvolvia de modo lento e irregular, sendo, portanto, vulnerável à entrada de capitais estrangeiros na agroindústria canavieira;

- o oportunismo e a falta de idoneidade da maioria dos concessionários, preocupados em obter vantagens com a especulação mercantil;

- os elevados preços da cana aliado à inexistente regularidade de fornecimento de cana às fábricas.

[8] No tocante à "política de centralização" do Governo Imperial, Alcides Ribeiro Soares realiza uma minuciosa pesquisa em torno da esteira dos decretos que concediam garantias de juros e demais favores à instalação de engenhos centrais na Província de São Paulo. A Experiência dos Engenhos Centrais (1877 – 1890), capitulo I, p.27-54.

No Nordeste o insucesso dos Engenhos Centrais foi maior ainda, visto que as máquinas e os equipamentos disponíveis eram obsoletos e, portanto, ineficientes para aumentar a produtividade. Como se não bastasse a incapacidade tecnológica, seus proprietários relutaram em dividir os lucros com os empresários estrangeiros, uma vez que perdendo o controle da totalidade do processo produtivo do açúcar, perderiam conseqüentemente o poder político e econômico tradicionalmente conquistados. A nova configuração da agroindústria canavieira pretendida pelo governo obrigava os senhores – de – engenho a abrirem mão do poder, já que ficariam praticamente subordinados aos grupos econômicos de outros países, tendo direito a uma parcela irrisória dos lucros, já que esta se relacionava à matéria – prima, que poderia ser desvalorizada ao sabor das circunstâncias pelos proprietários dos Engenhos Centrais.

É de grande importância destacar que, enquanto os usineiros nordestinos tinham na cana-de-açúcar a sua única garantia em auferir grandes lucros, os usineiros paulistas também eram comerciantes, cultivavam o café e mantinham ligações com a ainda incipiente indústria de equipamentos. Portanto, "as dinâmicas do café e da cana eram inter-relacionadas" (Vian, 2003, p.59). Esta é, com certeza, a principal explicação dos resultados mais "animadores" da instalação dos Engenhos Centrais em São Paulo se comparados com o Nordeste do país, visto que os conflitos envolvendo senhores-de-engenho e empresários estrangeiros foram mais incisivos nesta última região.

Guardadas as devidas especificidades quanto ao malogro da experiência dos Engenhos Centrais no Nordeste e no Sudeste do Brasil no fim do Governo Imperial, há que se mencionar um ponto comum entre os concessionários dessas duas regiões: a especulação mercantil. Para Andrade:

> "Os benefícios oferecidos pela lei estimularam não só capitalistas e proprietários de terra, como também capitalistas estrangeiros que se associaram para implantar engenhos centrais. O capital estrangeiro, sobretudo inglês e francês, já vinha operando largamente no Brasil, através de obras públicas, como estradas de ferro e serviços de energia para as principais cidades, podendo também aplicar recursos na modernização do parque açucareiro. Os políticos e capitalistas nacionais utilizavam o poder de *lobby* no poder público e obtinham concessões acima dos recursos disponíveis, associando-se depois, ou simplesmente transferindo a concessão, a firmas estrangeiras." (1994, p.156).

A presença do capital estrangeiro no Brasil em fins do último quarto do século XIX era reflexo de uma tendência do capitalismo mundial, evidenciado por Lênin [9] em 1911, uma vez que naquela época acontecia a passagem do capitalismo concorrencial para a fase monopolista, derivando daí a conquista de mercados ultramarinos por parte das potências industriais da Europa.

Das 87 concessões aprovadas mediante o Decreto n.º 2687, de 6 de novembro de 1875, 63 foram destinadas ao Nordeste. Pernambuco obteve 21, Bahia 15, Alagoas 8, Sergipe 8, Maranhão 4, Paraíba 4 e Rio grande do Norte 3. O Sudeste do país ficou com 21 concessões, a região Norte 1, Distrito Federal 1 e, por último, a região Sul, representada por Santa Catarina com 1 também. Na região Sudeste o Rio de Janeiro ficou com 9, São Paulo com 7, Espírito Santo com 3 e Minas Gerais com 2. Ao final do período de implantação dos Engenhos Centrais (1890) apenas 12 estavam totalmente construídos e em atividade: 3 no Rio de Janeiro, 3 em São Paulo, 2 na Bahia e apenas 1 em cada uma das já unidades federativas do Sergipe, Pernambuco, Paraíba e Maranhão.

Portanto, em virtude da vulnerabilidade da economia nacional diante da invasão de capitais estrangeiros, do conflito existente entre os agentes do complexo canavieiro, da especulação mercantil e da malsucedida produtividade canavieira causada pelo incipiente progresso técnico no setor, o Governo Provisório decidiu, por volta de 1890, proporcionar uma nova cara ao complexo canavieiro.

Tanto no Sudeste quanto no Nordeste do país, durante a Primeira República, observa-se o incremento tecnológico na agroindústria canavieira. Com o intuito de aumentar a produtividade e melhorar a qualidade do açúcar visando a conquista de novos mercados, os usineiros investiram na contratação de técnicos, no aperfeiçoamento de suas instalações industriais, na experimentação agrícola e ainda na assistência social.

Durante a última década do século XIX a economia açucareira do estado de São Paulo progredia a passos lentos, uma vez que a prioridade dos cafeicultores era a comercialização do café, já que este último produto obtinha ótimas cotações no mercado externo. Na primeira década do século XX já é possível verificar um aumento na produtividade açucareira no estado de São Paulo, relacionada, certamente, com as sucessivas crises do café, ocasionadas pela superprodução. Para alguns autores (Soares,

[9]Lênin, V.I. Obras Escolhidas. São Paulo. Alfa-Omega, 1979/80.

2000) não somente a expansão das áreas canavieiras foi possível com as sucessivas crises do café, como também favoreceu a diversificação de produtos voltados para o mercado interno (arroz, feijão e o milho).

É importante ressaltar que a expansão da área canavieira e o aumento da produtividade não foram causados somente pelo temor das sucessivas crises do café nesta unidade federativa. Como já mencionado anteriormente, a dinâmica agroindustrial destes dois produtos em São Paulo estava interligada desde o início do ciclo do café, em 1851, quando os lucros obtidos com a exportação do açúcar brasileiro serviram para aumentar a área plantada do café, visto que naquele momento era o açúcar que conhecia crises sucessivas. Curiosamente, no primeiro decênio do século XX a situação se invertia, já que os cafeicultores, temerosos quanto à crise oriunda das superproduções, resolveram investir os lucros auferidos com a exportação do café em modernas instalações no complexo canavieiro. Acerca deste fato, Vian aponta que:

> "A partir do início deste século, as unidades processadoras de açúcar proliferaram em São Paulo, sendo montadas por fazendeiros de café com os lucros das exportações. Também existiram casos de usinas montadas por grupos econômicos ligados ao comércio de açúcar e a outros ramos da indústria de transformação. Nesse período surgiram várias das grandes usinas do estado, como Da Barra (1901), Albertina (1916), Junqueira (1922), Amália (1903), Furlan (1930) e Esther (1905). Isso pode ser explicado pelo fato de que muitos destes agricultores já haviam se familiarizado com outros ramos de atividade, possuindo inclusive pequenas oficinas dedicadas à manutenção dos equipamentos utilizados na secagem do café. A família Ometto pode ser citada como exemplo deste processo, sendo que as atividades de reforma de máquinas e equipamentos de pequenos engenhos e de fazendas de café deram origem à Dedini, empresa de grande importância para o desenvolvimento tecnológico do complexo sucroalcooleiro neste século."(2003, p.69).

Como se vê, uma série de fatores favoreceu a retomada da produção canavieira em São Paulo no início do século XX. Outro fato que impulsionou a produção e a exportação do açúcar foi a devastação dos campos de beterraba da Europa no curso da Primeira Guerra Mundial. Terminado o período bélico verificou-se a retomada da produção do açúcar de beterraba. No entanto, o crescimento da produtividade canavieira manteve-se inalterado. Em contrapartida, "observou-se queda contínua dos preços do produto no mercado mundial, resultando na crise açucareira iniciada em 1929, constituindo-se,

assim, em parte integrante da crise econômica internacional do mesmo período". (Soares, 2000, p.61).

Mas é claro que não foram somente estes os fatores responsáveis pelo crescimento da produção e melhoramento do complexo canavieiro brasileiro e, particularmente, de São Paulo. O *lobby* no poder público tratou de garantir aos usineiros um aparato institucional voltado para a transformação da estrutura agroindustrial sem que se alterasse a estrutura fundiária. Os empréstimos governamentais fomentaram a implantação e a modernização das fábricas e demais aspectos de sua infra-estrutura, propiciaram a aquisição de grandes porções de terras para o aumento da área plantada, aumentando ainda mais a concentração fundiária, processo desencadeado por "investimentos subsidiados pelo Estado até a década de 1980, sendo que o PROÁLCOOL foi o último grande plano de extensão do setor. No final dos anos 80, o mesmo passou a ter dificuldades em obter financiamentos e subsídios". (Vian, 2003, p.68).

Durante o período ora abordado (1890 a 1930) ocorreu uma grande disputa entre os centros produtores do Nordeste – Pernambuco – e do Sudeste – Rio de Janeiro – pelo mercado externo, o que obrigou o governo federal a estabelecer quotas de exportação. De acordo com Andrade:

> "Associações de produtores de açúcar e de álcool enfrentavam uma luta em várias frentes: a interna, com os fornecedores, que reclamavam da pesagem das canas por parte das usinas e da desordem no processo do seu recebimento; a externa, para a manutenção do mercado internacional, de que dependia o excedente de consumo interno; e a luta entre os principais estados produtores por maiores quotas de exportação." (1994, p.161).

Cabe destacar que as associações de produtores de açúcar e álcool surtiram algum efeito somente enquanto os preços se encontravam deprimidos em razão da superprodução. Os produtores não alimentavam de início, o desejo de conferir ao Estado uma efetiva intervenção, uma vez que o liberalismo estatal junto ao setor favorecia a livre produção e comercialização do produto. No entanto, em virtude do oportunismo de alguns usineiros e da especulação dos armazenadores a tentativa de autogestão do setor não logrou êxito, levando, portanto, os próprios produtores a reclamarem a intervenção do governo federal (VIAN, 2003).

A crise da cafeicultura em 1929 também havia se estendido ao açúcar, visto que a crescente produção canavieira foi determinada pela preferência dos cafeicultores paulistas que, pressionados pela crise econômica internacional de 1929, aumentaram decididamente aa áreas produtoras de cana – de – açúcar. Com isso, surgiram os conflitos de interesse entre usineiros nordestinos e paulistas. Os primeiros não queriam abrir mão do mercado interno, enquanto os últimos se encontravam em vantagens competitivas mais fortes, uma vez que a produção seria escoada no estado de São Paulo e no Rio de Janeiro, o que barateava os preços do produto.

Portanto, a livre concorrência envolvendo produtores nordestinos e paulistas funcionou harmoniosamente apenas enquanto havia uma "complementaridade" entre as regiões Centro Sul e Nordeste (Vian, 2003, p.73). A partir do momento em que a crise de 29 começava a influenciar de modo mais decisivo na configuração do complexo canavieiro e nas políticas do mercado interno e externo do produto, os produtores dessas duas regiões entraram em desacordo, levando o governo federal a implantar, mediante uma resolução do Ministério da Agricultura, a Comissão de Estudos sobre o Álcool Motor (CEAM) em agosto de 1931.

Vimos nesta segunda parte da exposição que as medidas governamentais operadas no período compreendido entre 1890-1930 tiveram um caráter liberalizante, uma vez que a produção não era limitada e vigorava neste setor as leis do livre comércio. Este período foi marcado também pela vulnerabilidade da economia nacional diante da invasão dos capitais estrangeiros, pelo auge da produção cafeeira e, conseqüentemente, de sua superprodução e estagnação produtiva, decorrida, sobretudo, pela crise de1929. A participação do Estado na configuração das modernas instalações do complexo canavieiro neste período pode ser destacada pelos subsídios oferecidos aos agentes do setor, permitindo ao mesmo tempo a elevação da concentração fundiária e, ainda, o melhoramento da infra-estrutura dos engenhos, já que a partir dessa época é que surgem as usinas que caracterizam o setor até os dias de hoje. A seguir, a exposição focalizará a terceira e mais decisiva fase da intervenção estatal no setor sucroalcooleiro.

1.2 O início da hegemonia paulista na produção canavieira do Brasil e a criação do IAA.

A supremacia da produção canavieira paulista teve suas bases erguidas antes mesmo da esteira intervencionista da Era Vargas. A partir da segunda metade da década de 20 foram criados cursos voltados para a formação de técnicos agrícolas e engenheiros agrônomos com vistas ao melhoramento genético das variedades da cana-de-açúcar a fim de que se oferecesse maior resistência às eventuais pragas que assolavam a lavoura canavieira, como por exemplo, o *mosaico* em 1926. Este aparato tecnológico permitiu também que os usineiros do estado de São Paulo na década de trinta aumentassem a sua produtividade industrial, algo que seria afetado mais tarde com a limitação da produção exercida pelo IAA[10] (Instituto do Açúcar e do Álcool).

Antes da criação do IAA vale lembrar que o governo federal já havia implantado algumas medidas no tocante à manutenção do equilíbrio de mercado. Neste sentido, foi criado em 1931 mediante o Decreto nº. 20.761, de 7 de dezembro, a Comissão de Defesa da Produção de Açúcar (CDPA) já mencionado nesta exposição. Preocupado com a disputa existente entre as duas maiores regiões produtoras daquele período – Rio de Janeiro e Pernambuco – o governo de Vargas procurou disciplinar e racionalizar a intervenção estatal, uma vez que estas regiões, além de disputar no mercado externo, procuravam também escoar parte de sua produção no sul do país e em São Paulo, que naquele instante passava por um crescimento urbano e populacional, fato este que aumentava tendencialmente a demanda em detrimento da produção. Acerca da esteira intervencionista do Governo Vargas iniciada nos anos 30, Soares afirma que:

> "A organização compulsória dos usineiros, banguezeiros e fornecedores de cana, a limitação da produção, a aquisição dos excedentes de açúcar pelo governo, a formação de estoques reguladores dos preços do produto em poder do Estado, a transformação do excesso de cana em álcool-motor, mediante a construção pelo Estado e pela iniciativa privada de destilarias de álcool nas zonas açucareiras, eram as alternativas que então se apresentavam viáveis para a solução da crise, sem ferir os interesses dos usineiros nordestinos, nem os da burguesia do país considerada em seu conjunto. E essas medidas foram adotadas." (2000, p.85).

[10] O IAA (Instituto do açúcar e do Álcool) foi criado pelo Governo Vargas.

Embora algumas medidas chanceladas pelo Instituto do Açúcar e do Álcool, fundado em 1933 por meio da fusão do CPDA e do CEAM, amparada no Decreto nº.22.789, de 1º de junho do mesmo ano, agradassem a paulistas e nordestinos, a medida responsável pela limitação da produção não obteve grande aceitação entre os primeiros, visto que esta medida assegurava a manutenção do parque sucroalcooleiro nordestino como líder inconteste na produção de açúcar, ao passo que a produção açucareira paulista era colocada em xeque justamente no momento em que o estado se configurava como uma região auto-suficiente.

Assim, enquanto Pernambuco e os demais estados produtores de açúcar se encarregavam de abastecer o mercado consumidor de São Paulo, a produção açucareira paulista manteria estes estados como seus consumidores. Esta e outras medidas propiciaram durante a década de 30 uma relativa estabilização do mercado interno de açúcar. Acerca das dificuldades do governo federal quanto à manutenção da limitação da produção, Vian sustenta que:

> "O IAA controlava a produção de açúcar através das cotas. Inicialmente elas eram baseadas na capacidade instalada de cada unidade produtiva e nas previsões de crescimento de mercado. A instalação de novas unidades e a expansão das já existentes devia ser previamente autorizada pelo IAA. Mas essa obrigatoriedade não era respeitada pelos grandes grupos do setor, principalmente os paulistas. Eles conseguiam aprovar o maior número de projetos de instalação de novas unidades e garantiam a compra do açúcar produzido acima da cota, pois possuíam capacidade de investimento e tinham acesso a crédito, permitindo aumentos de capacidade de produção." (2003, p.76).

Os freqüentes conflitos envolvendo interesses distintos entre usineiros e senhores-de-engenho[11] obrigaram o governo federal a tomar algumas medidas que visassem criar cotas de fornecimento. Dessa forma, a Lei n.º178 foi aprovada no Congresso com o objetivo de minar os conflitos por meio da formação de uma comissão, em cada estado produtor, que se encarregasse de organizar a pesagem e o pagamento da

[11] Para mais detalhes acerca da diferença que se processou entre usineiros e senhores de engenho consultar a obra "O Sul: caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social" da autoria de Afrânio Raul Garcia Júnior.

tonelada de cana fornecida. O IAA se tornava, com a Lei n.º 178, o "intermediário entre as usinas de açúcar e álcool." (Bray, Ferreira e Ruas, 2000, p. 17).

No entanto, as relações entre os fornecedores de cana e os usineiros só foi efetivamente controlada com a promulgação do Estatuto da Lavoura Canavieira em 1941, que estabelecia, além de uma série de medidas neste setor, o prévio cadastramento dos fornecedores de cana junto ao IAA, regulamentava o modo como seria realizado o fornecimento e como deveria ser a absorção da cana pelas usinas. Segundo Bray, Ferreira e Ruas, no que tange a outras mudanças no setor canavieiro:

> "Em 1941, houve a promulgação do Estatuto da Lavoura Canavieira e, através do Decreto-lei N.º55, ficou estabelecido o salário mínimo ao trabalhador rural canavieiro. Entretanto, foi através do Decreto-lei n.º 6969, de 1944, que os trabalhadores rurais canavieiros foram legalmente tutelados pelo IAA, através da garantia do direito à estabilidade no emprego, direito à moradia-padrão digna, direito à assistência médico-hospitalar e odontológica gratuita, o direito a uma área de terras gratuita e próxima à moradia para a produção de culturas de subsistência e a proibição da redução de seus salários na má safra de cana-de-açúcar." (2000, p.18).

Se por um lado, os produtores do estado de São Paulo se sentiram prejudicados com a limitação da produção durante os anos 20, sustentando que as medidas favoreceriam os produtores nordestinos, estes se mostraram totalmente descontentes com a promulgação do Estatuto da Lavoura Canavieira em 1941, uma vez que o referido documento garantia a "participação dos produtores de cana na produção do açúcar, exigindo que cada usina utilizasse até 50% de cana dos fornecedores, ficando o restante para as canas próprias." (Andrade, 1994, p. 57). Além disso, os usineiros nordestinos não viam com bons olhos a concessão de cotas de produtividade a fazendeiros produtores e a lavradores que cultivavam terras arrendadas, portanto, aos usineiros, o Estatuto da Lavoura Canavieira, neste aspecto, atentava contra o direito de propriedade.

Com o advento da II Guerra Mundial, a exportação do açúcar brasileiro tornou-se praticamente inviável devido aos riscos do transporte marinho. Naquele momento o país se viu obrigado a diminuir a importação do petróleo, fato que se estendeu até o fim do segundo conflito bélico mundial e que proporcionou ainda mais a valorização do complexo alcooleiro, uma vez que o álcool anidro carburante se constituía num produto altamente estratégico para o país.

No que consiste à expansão da área canavieira, em regiões que antes da Segunda Guerra Mundial não eram produtoras tradicionais, o aumento da demanda, sobretudo em São Paulo, contribuiu para a efetivação de medidas de incentivos via cotas para a fundação de novas usinas de açúcar a partir da década de 40. Estas medidas foram justificadas também pelo fato da indústria açucareira nordestina não ser capaz de abastecer o mercado consumidor paulista, visto que o sistema de transportes de cabotagem se encontrava em crise devido à guerra. A revisão das quotas de produção de açúcar nas usinas favoreceu em grande medida os usineiros paulistas, que tinham a seu favor também as condições naturais adequadas ao cultivo do produto, além, é claro, de uma maior concentração de capitais. Outros fatores que serviram para alavancar a produção canavieira paulista foram a industrialização de seu parque canavieiro e o surgimento e desenvolvimento dos centros de pesquisas e experimentação agrícolas. "Ampliava-se assim, a tendência do deslocamento da hegemonia da produção açucareira do Nordeste para o Centro-Sul." (BRAY, FERREIRA & RUAS, 2000, p. 21). Nas palavras de Moreira e Szmrecsányi:

> "Essa demanda insatisfeita dos principais centros consumidores criou as condições necessárias para a expansão da produção de açúcar em regiões que anteriormente o importavam de outras, basicamente do Nordeste. E foi essa expansão dos anos da Segunda Guerra que deu origem à definitiva transferência do eixo da produção canavieira e açucareira para os Estados do sudeste do Brasil, uma transferência que só chegou a se completar de fato na década de 1950, mas que já podia ser percebida ao término do conflito." (1991, p.59).

Após os primeiros anos do pós-guerra as exportações brasileiras voltaram a aumentar, mas este aumento não se verificou por muito tempo, já que a produção do açúcar europeu se normalizou, o que obrigou o governo federal a subsidiar suas vendas externas. No entanto, o Fundo de Compensação dos preços do Açúcar, criado pela Resolução 154 de 1948, não foi capaz de controlar a superprodução açucareira, o que obrigou o Governo Federal a baixar o Decreto N.º.174-A, que visava estimular a produção alcooleira do país para fins carburantes.

Buscando uma maior produtividade na lavoura canavieira as empresas sucroalcooleiras do estado de São Paulo modernizaram seus equipamentos. O progresso

técnico almejado pelos usineiros desta unidade federativa só foi possível devido à participação do Grupo Dedini[12], que investiu na fabricação e no aumento da capacidade das modernas "moendas produzidas nos anos 30 e 40, além do início da fabricação de Destilarias de álcool completas com todos os acessórios a partir de 1946, com capacidade de produzir, no final dos anos 40, 20.0000 litros de álcool por dia." (Bray, Ferreira e Ruas, 2000, p. 23).

Passada a crise de superprodução, a hegemonia na produção açucareira paulista tornava-se mais visível nos primeiros anos da década de 50. Durante esta década o IAA, através de uma série de Resoluções, procurou aumentar ainda mais a produção nacional das usinas. Em 1951 o órgão baixou a Resolução n.º 501, responsável pela ampliação da produção nacional das usinas de 23,2 para 33,4 milhões de sacos de açúcar, com validade para cinco anos. Em 1957, baixa a Resolução n.º 1284, na qual a produção nacional tinha como meta 47,7 milhões de sacos. Essas medidas beneficiavam as usinas que mais haviam se modernizado nos últimos anos, fato que serviu para justificar a hegemonia do parque sucroalcooleiro paulista.

Quando a produção açucareira nacional já se preparava para enfrentar uma nova crise diante de uma eventual superprodução em fins dos anos 50, o mercado externo se abriu para o produto brasileiro. Esta abertura foi motivada pela Revolução Cubana, que rompeu a exportação do seu produto para os Estados Unidos, permitindo, portanto, que os produtores da América latina abastecessem o mercado americano. Assim, o IAA procurou melhorar a competitividade internacional do produto brasileiro, visto que Cuba enfrentava dificuldades para se manter como grande exportador, seja pelas catástrofes naturais que assolaram o país no início dos anos 60 (furacão), seja pela nova configuração política emanada da Revolução e até mesmo pelo bombardeio sistemático de suas plantações de cana-de-açúcar neste período, levado a cabo, segundo Fanon[13], pelos Estados Unidos.

Mas a exportação do produto brasileiro foi favorecida por outros fatores também: a crescente expansão das áreas canavieiras na região do Centro-Sul, o progresso técnico que permitia uma maior produtividade agrícola, a instalação de modernas usinas e todo

[12] O Grupo Dedini foi fundado por Mário Dedini em 1921e atua na fabricação de máquinas e equipamentos utilizados em usinas de açúcar e álcool, siderúrgicas e cervejarias.
[13] Os Condenados da Terra. Franz Fanon. 1961.

um aparato tecnológico voltado para a melhoria da qualidade do produto. Em virtude do otimismo crescente que tomava conta do setor canavieiro, causado pelos números positivos da exportação, o Governo Federal queria a todo custo retomar a liderança na exportação do produto. Para que essa meta fosse atingida o IAA concedeu créditos subsidiados de longo prazo para os usineiros ampliarem a produção de açúcar e cana. Tais medidas faziam parte do Plano de Expansão da Indústria Açucareira Nacional. De acordo com José Flávio Bertero:

> "Em 1965, inicia-se a execução do Plano de Expansão da Industria Açucareira Nacional, instituído em 1963/64, cujo objetivo era elevar a produtividade do subsetor, mediante a sua racionalização, elevação da escala de produção e ampliação das unidades produtivas, que redundariam em um aumento dos rendimentos agrícolas e industrial. Ainda nesse ano de 1965, ocorre a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), com a sua generosa oferta de créditos para investimento, e custeio, com o qual começa a etapa moderna do crédito rural do país..." (1991, p.621).

A este respeito, Moreira e Szmrecsányi destacam que:

> "A vasta expansão então prevista para a agroindústria canavieira do Brasil foi incorporada num programa governamental de longo prazo, o Plano de Expansão da Agroindústria Açucareira, cuja execução teve início em meados da década de 60. Uma boa parte dos recursos financeiros e das áreas necessárias para tanto acabou sendo proporcionada pelo programa de erradicação do café da mesma época, por meio do qual as autoridades governamentais daquele tempo pretendiam reestruturar e modernizar a cafeicultura, uma atividade tradicional mas então pouco lucrativa dentro da economia brasileira. Foi, aliás, esse mesmo programa de substituição e de reorganização de cultura que criou, pelo menos em parte, as condições necessárias para a expansão do cultivo da soja, um produto do qual o Brasil não tardaria a se transformar num dos principais exportadores mundiais." (1991, p. 66).

Entretanto, uma nova crise de superprodução veio afetar a agroindústria canavieira do Brasil. Em decorrência do declino dos preços e da demanda do açúcar no mercado externo e da forte recessão interna provocada pela política econômica do Golpe Militar, ocorreram muitos conflitos entre usineiros e fornecedores. Enquanto os primeiros se safaram da crise devido à reserva financeira obtida em safras anteriores, estes últimos conheceram a falência ou tiveram que mudar de atividade.

Passada a crise de superprodução, o avanço da capitalização da agricultura canavieira é balizado no início da década de 70 pelo Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-açúcar (PLANALSUCAR) e pelo Programa de Racionalização da Indústria Açucareira, que posteriormente, passou a ser denominado Programa de Apoio à Industria Açucareira. As metas traçadas pelo PLANALSUCAR consistiam no desenvolvimento em grande escala, das novas variedades de cana através da manipulação e experimentação genéticas. O Programa de Racionalização da Indústria Açucareira, criado pelo Decreto-lei N.°186 a 27 de agosto de 1971 serviu para revogar uma série de dispositivos do Estatuto da Lavoura Canavieira de 1941, o que valorizava a concentração empresarial e a concentração de terras por meio da absorção de quotas das usinas incorporadas e dos fornecedores.

Assim, estimulou-se a fusão e a incorporação de diversas usinas com pequena capacidade produtiva, ao mesmo tempo em que se intensificavam os processos de concentração de terras e rendas na agroindústria canavieira. O Decreto-lei 1266, de 26 de março de 1973, responsável pela criação do Programa de Apoio à Industria Açucareira, pode ser traduzido também como uma forma de aumentar a produtividade e reduzir os custos de produção agrícola e industrial através da generosa oferta de créditos, a longo prazo e a baixos preços, na maioria das vezes, com juros abaixo da taxa de inflação.

Somado tudo isso, o país julgava ter condições concretas de se firmar como um dos líderes mundiais da produção de açúcar, no entanto, não foi isso o que ocorreu. Em 31 de dezembro de 1974 o país perdia espaço no Mercado Preferencial Norte-Americano e, como se não bastasse, teve suas pretensões recusadas na Comunidade Britânica no momento em que a Grã-Bretanha entrava no Mercado Comum Europeu. Um ano antes, a situação já caminhava para um nível preocupante devido à crise energética que se instalou no país em 1973, advinda da elevação do preço do petróleo.

Diante da perda do Mercado Preferencial Norte-Americano e da declinante tendência dos preços do açúcar no mercado externo, o setor canavieiro começava a se preparar para enfrentar uma nova crise de superprodução. No entanto, mais uma vez, o Governo Federal decidia socorrer o setor, neste caso, por meio de um grande aumento da produção de álcool combustível. Começava, assim, a fase do PROÁLCOOL.

1.3 A agroindústria sucroalcooleira da Alta Paulista no contexto da segunda fase do PROÁLCOOL

O grande aumento na produção do álcool combustível era uma meta motivada pela crise do petróleo, uma vez que o álcool até este período era tido apenas como um subproduto da cana. Em face da vulnerabilidade energética do Brasil, que era dependente de 80% do petróleo importado, o Governo Federal via no álcool a solução para a crise, "pois geraria empregos, demanda para a indústria de bens de capital, e abrandaria os efeitos da importação de petróleo sobre o Balanço de Pagamentos do país" (Vian, 2003, p.84).

Assim, o PROÁLCOOL, administrado pelo Ministério da Indústria e Comércio por meio da CENAL – Comissão Executiva Nacional do Álcool - tinha como objetivo economizar divisas, reduzir drasticamente as importações do petróleo e garantir a capacidade ociosa das usinas através do aumento de safras agroenergéticas. Essa nova política no setor canavieiro visava à obtenção do álcool para a substituição da gasolina, porém, era necessário aumentar também a capacidade industrial e incrementar o uso do produto no setor químico. A implantação do PNA ou PROÁLCOOL ocorreu após um vigoroso debate entre os agentes do setor, a saber, a COPERSUCAR – Cooperativa Central dos Produtores de Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo - o Sindicato dos Produtores de Álcool de São Paulo, Cooperativa Fluminense dos Produtores de Açúcar e Álcool (COPERFLU) Associação Brasileira das Indústrias Químicas, associações de produtores de cana de vários estados e o IAA, além de técnicos da PETROBRÁS.

A discussão que precedia a criação do programa consistia na implantação de destilarias anexas ou autônomas. O órgão máximo do Governo Federal (IAA) defendia a instalação de unidades autônomas localizadas em regiões de fronteira, a fim de que o álcool não se constituísse meramente num regulador da oferta de açúcar. O fato é que foram aprovados pela CENAL na primeira fase do PROÁLCOOL 136 projetos de destilarias anexas e 73 projetos de destilarias autônomas (BRAY, FERREIRA e RUAS, 2000, p.58). Quanto à denominação de destilarias autônomas e anexas, Bray, Ferreira e Ruas apontam que:

> "A partir do PROÁLCOOL tivemos a implantação de destilarias autônomas e anexas. As destilarias anexas são as novas unidades industriais montadas junto às tradicionais usinas de açúcar do país. Por outro lado, as destilarias autônomas foram montadas pelos novos usineiros do PROÁLCOOL, independentes das usinas de açúcar existentes, sendo que a maioria desses novos grupos não possuía tradição no ramo açucareiro, com exceção dos *pingueiros*. Os pingueiros do PROÁLCOOL foram antigos produtores de aguardente que após o PROÁLCOOL passaram a produzir álcool, transformando seus alambiques em destilarias autônomas de álcool." (2000, p.58).

Cabe ressaltar que durante o período de implantação do PROÁLCOOL alguns empresários se dissociaram da COPERSUCAR devido à preferência desta entidade pela produção do álcool anidro. Assim, a partir desse desligamento criou-se a SOPRAL – Sociedade dos Produtores de Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo - entidade de pouco poder político na época, apesar de congregar em seus quadros grandes empresas. Verifica-se com a criação desta nova entidade uma fragmentação do complexo canavieiro em dois campos organizacionais distintos. Enquanto a COPERSUCAR e seus associados defendiam a produção de álcool anidro, a SOPRAL, por meio de suas destilarias autônomas defendia a produção do álcool hidratado, buscando alianças com o capital automobilístico com o intuito de viabilizar a fabricação de veículos a álcool. Coube ao Estado intervir mais uma vez para que os interesses diversos não prejudicassem a dinâmica do setor canavieiro, que caminhava para o recrudescimento do avanço do capitalismo monopolista na agroindústria canavieira do país.

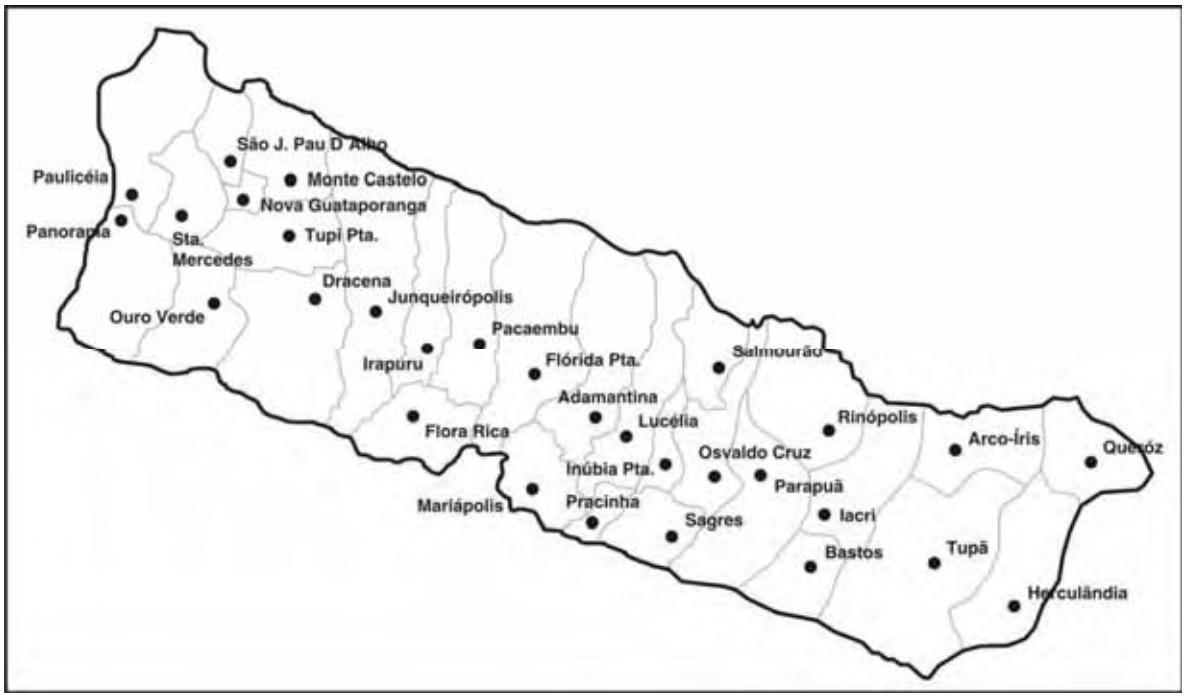
Um exemplo claro dessa política intervencionista e seus reflexos é a micro-região da Alta Paulista. Com seus 8.484 km quadrados, polarizada por Marília, que apresentava na década de 70 uma cultura diversificada, com base na produção de café, amendoim, algodão, milho e arroz. A cana-de-açúcar da área naquela época destinava-se à usina Paredão, localizada no município de Oriente. (SOARES, 2000).

O espaço rural do Oeste-Paulista, e particularmente, da Alta Paulista[14], sofreu transformações significativas após a implantação da segunda fase do PROÁLCOOL. A micro-região da Alta Paulista, além da produção cafeeira, agregava na época uma forte

[14] Importante lembrar que durante todo o trabalho, quando se fala sobre a Alta Paulista, pretende-se destacar a região especificamente recém - denominada Nova Alta Paulista (1977). Exclui-se, portanto, neste trabalho, os municípios de Garça e Marília, caracterizados, desde 1920, como pertencente à Alta Paulista. Para fins de elucidação, disponibiliza-se, adiante, um mapa da micro-região Nova Alta Paulista.

atividade pecuarista, onde o gado se constituía em excelente investimento, entretanto, os pecuaristas, "atendendo o chamamento da Pátria" , como eles mesmos se referem, enxergaram na cana-de-açúcar uma atividade agrícola moderna que, subsidiada pelo Governo Federal, oferecia vantagens creditícias que mesmo o mais bem-sucedido pecuarista se sentiria atraído em mudar de ramo.

Mapa da Nova Alta Paulista



Mapa 2
Fonte: Secretaria Estadual de Economia, Gestão e Planejamento do Estado de São Paulo, 2006. Escala: 1:In: Izabel Gil, 2007.
1.375.000

Esta oportunidade se concretizou para os pecuaristas e demais empresários que não atuavam no ramo graças ao Segundo Choque do Petróleo. O IAA, que na primeira fase do PROÁLCOOL, havia estabelecido como meta atingir em cinco anos 3,0 bilhões de litros de álcool, tinha na segunda fase a meta ambiciosa de atingir em cinco anos "10,7 bilhões de litros de álcool, o equivalente a 170 mil barris de petróleo-dia." (BRAY, FERREIRA & RUAS, 2000, p.56-57).

Durante esta segunda fase do PROÁLCOOL o programa não se constitui apenas como uma simples forma de alternativa energética ou uma oportunidade de resolver os problemas financeiros dos usineiros, advindos do Fundo Especial de Exportação, como ocorreu na primeira fase. O PROÁLCOOL neste segundo momento visava substituir, sobretudo, a gasolina, porém, persistia a política dos créditos subsidiados. Nas palavras de Andrade:

> (...) "por intermédio do programa, teriam um financiamento de 90% para investimentos com a implantação das destilarias e de 100% para a fundação das safras, financiamento pago com grande período de carência e juros inferiores à inflação." (1994, p. 65).

Assim, após a segunda fase do PROÁLCOOL, houve um crescimento significativo da produção alcooleira, devido à criação das novas destilarias autônomas, muitas delas no Centro-Sul, e do conseqüente aumento da capacidade produtiva, sobretudo nesta última região, visto que o estado de São Paulo surge como responsável naquele período, por 72,79% da produção alcooleira nacional.

Importante destacar que a nova configuração da produção alcooleira neste período foi determinada pelo incentivo do Governo Federal e Estaduais não somente aos empresários oriundos da atividade cafeeira e pecuarista, mas também a um acordo com a indústria automobilística.Com isso, a demanda por carros movidos a álcool cresceu substancialmente, visto que o Governo reduziu os impostos, concedeu financiamento subsidiado e fixou o preço do álcool em 50% do da gasolina, passando posteriormente para 65% e 75 % respectivamente. Além disso, o consumidor de carro á álcool pagava apenas 3% da Alíquota do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) enquanto que os proprietários de carro a gasolina contribuíam com 4%. Incentivos que conduziram a um crescimento significativo do consumo de carros a álcool, uma vez que corresponderam a 95% da produção total de veículos em 1985. (VIAN, 2003, p.89).

Para Vian:

> "As políticas de incentivo ao álcool combustível mantiveram e aprofundaram algumas características do Complexo Canavieiro, tais como: a integração vertical para trás, a heterogeneidade produtiva, o baixo aproveitamento dos subprodutos do processamento industrial da cana e a falsa competitividade baseada nos baixos salários e em más condições de trabalho na lavoura e na indústria." (2003, p. 90).

Dessas características elencadas pelo autor, a que chama mais atenção da opinião pública[15] atualmente é a situação degradante do cortador-de-cana no complexo canavieiro do Brasil e, em especial, de São Paulo. Situação que será abordada mais adiante, no segundo capítulo desta dissertação. Quanto à integração vertical para trás da agroindústria canavieira, nota-se que esta característica foi preterida e limitada pelo Estatuto da Lavoura Canavieira (1941) em 60% das áreas agrícolas da usina, porém, foi mantida e incentivada pelo decreto que originou as destilarias autônomas de álcool, já que previa que as unidades industriais deveriam possuir as terras destinadas ao cultivo da cana. Fato que comprova o poder político dos novos agentes que adentravam no setor canavieiro.

Consolidado o contexto facilitador para os novos e tradicionais agentes do setor canavieiro, associados com o capital da indústria automobilística (ANFAVEA) e com as indústrias nacionais de equipamentos (ZANINI e DEDINI), todos orquestrados pelo Governo Federal, restava a expectativa quanto aos lucros auferidos por cada setor. Entretanto, nem tudo correu conforme o previsto. Na análise de Szmrecsányi e Moreira:

> "Todas essas condições extremamente vantajosas capacitaram a agroindústria canavieira do Brasil a rapidamente alcançar e ultrapassar as metas de produção governamentais. Nos primeiros dez anos de existência do PROÁLCOOL, a produção brasileira de álcool aumentou a uma taxa média de 35% ao ano, sem que o setor deixasse de produzir quantidades volumosas de açúcar, tanto para a exportação quanto para o mercado interno. Uma tão rápida expansão só era possível á custa de grandes e graves distorções. No plano agrícola, ela provocou o excessivo crescimento de uma monocultura cheia de riscos, bem como uma exagerada concentração fundiária, extremamente deletéria do ponto de vista social. Mas, os seus efeitos no plano energético acabaram sendo talvez ainda mais destrutivos levando a agroindústria canavieira a um confronto direto, primeiro com a Petrobrás, depois com o Governo e, finalmente com os três interesses econômicos da sociedade brasileira como um todo." (1991 p.72-73).

[9] Segundo notícia veiculada na Agencia Brasil de Brasília no dia 15/04/2008 a CPT – Comissão Pastoral da Terra - informa que a cana-de-açúcar é a principal atividade responsável pelo aumento do trabalho escravo no país em 2007. De acordo com os dados expostos no caderno "Conflitos no Campo 2007" publicado pela Comissão Pastoral da Terra, o número dos trabalhadores explorados subiu de 6.930, em 2006, para 8635, em 2007. O crescimento mais significativo ocorreu na região Sudeste, onde o número passou de 279 para 705. E um dado geral impressionante e alarmante: dos 5974 casos envolvendo trabalho escravo, 52% foram detectados no setor sucroalcooleiro.

Antes de discorrermos acerca de mais uma crise do setor canavieiro, advinda da queda internacional dos preços do petróleo, voltaremos nossa atenção à realidade da lavoura canavieira expandida na região da Alta Paulista no contexto da segunda fase do PROÁLCOOL.

1.4 Algumas destilarias autônomas instaladas na Alta Paulista durante o contexto da segunda fase do PROÁLCOOL

Com a expansão do PROÁLCOOL em sua segunda fase, desde o fim dos anos setenta, instalaram-se na região da Alta Paulista oito destilarias num raio de cem quilômetros. A ocupação de áreas pela lavoura canavieira, que anteriormente eram destinadas à pecuária e à atividade cafeeira, provocou significativas mudanças nas relações de trabalho, nas formas de exploração da terra e no valor comercial das mesmas.

É importante sublinhar que a substituição de áreas cafeeiras por áreas canavieiras em fins da década de setenta na Alta Paulista não se deu exclusivamente por causa do contexto do PROÁLCOOL, mas também (mesmo que em menor medida) foi determinada pela ocorrência de uma forte geada que assolou a economia cafeeira da região e parte do estado do Paraná. Fato que não somente assolou a economia cafeeira da Alta Paulista como determinou a perda da segunda posição em termos de produção cafeeira do Brasil ao Paraná, visto que em decorrência das perdas acarretadas pela geada, o estado de Minas Gerais passava a ser o segundo maior produtor de café.

Portanto, mais que um programa alternativo voltado para a substituição de energia ou substituição à gasolina, o PROÁLCOOL direcionado para as áreas não-tradicionais do setor alcooleiro, dentre elas, a região do Oeste Paulista e, conseqüentemente, a Alta paulista, se revelou o "salvador" dos produtores de café naquelas regiões que foram mais intensamente devastadas pela geada de 1975/1976. Quanto aos pecuaristas, estes também se sentiram atraídos pelos incentivos governamentais, uma vez que, como já ressaltado anteriormente, os lucros a serem auferidos seriam mais compensatórios.

Apesar de num primeiro momento, os pecuaristas optarem pela cana-de-açúcar em detrimento da pecuária, verifica-se o inverso uma década depois, justamente pela ocorrência de mais uma crise do álcool. Assim, diminuiu-se a área de cana plantada ao passo que aumentava consideravelmente as áreas de pastagens na Alta Paulista. Esta tendência acabou por acelerar ainda mais o êxodo rural, trazendo como conseqüência imediata a precariedade das condições de vida nas periferias das pequenas cidades da região em estudo.

No que tange à situação da agricultura familiar e do espaço rural como um todo na Alta Paulista, Izabel Castanha Gil aponta que:

> "Durante a fase da cafeicultura e da policultura, predominavam as pequenas propriedades rurais, com exploração familiar direta. A decadência do setor cafeeiro, nos anos de 1970 e 1980, provocou a substituição de lavouras de café e de cereais por pastagens (pecuária bovina de corte, especialmente) e por canaviais. As famílias migraram para os centros industriais, principalmente São Paulo, Campinas, Americana, Limeira e Jundiaí. Outras venderam suas terras para usineiros e pecuaristas e migraram para o Centro-Oeste ou para a periferia da Amazônia. Outros, com menor poder aquisitivo, e com menor qualificação profissional (principalmente ex-empregados, meeiros e porcenteiros) instalaram-se nas próprias cidades da região, tornando-se trabalhadores volantes (bóias-frias)." (2007, p. 82).

Com o deslocamento de boa parte dos pequenos produtores para as cidades de pequeno e médio porte da região, aumentou substancialmente o contingente de bóias-frias. Esta migração do campo para a cidade exigiu a implantação de algumas políticas públicas, como saneamento básico, moradia, saúde e qualidade de vida, vagas em escolas públicas, uma vez que grande parte das escolas rurais foi fechada. Entretanto, a maioria das cidades que absorveram este contingente de trabalhadores não programou as políticas públicas mais básicas, visto que sua infra-estrutura era insuficiente.

Acerca das instalações imediatas das destilarias na Alta Paulista no contexto da segunda fase do PROÁLCOOL, denominada "Bases para um Plano de Desenvolvimento do Oeste do Estado de São Paulo – PRÓ- OESTE" – com vistas ao "equilíbrio econômico regional", destaca-se a criação das destilarias Vale Verde S.A no município de Junqueirópolis em 1978, Central de Álcool Lucélia no município de Lucélia, em

1979, Destilaria de Álcool Califórnia no município de Parapuã, no início dos anos 80 e Branco Pérez Álcool no município de Adamantina, também na década de 80.

Voltando as atenções para as instalações de destilarias autônomas na segunda fase do PROÁLCOOL, vale lembrar que a instalação da Central de Álcool Lucélia, hoje denominada Bioenergia do Brasil S.A, esteve também combinada com a ocorrência da grande geada de 1975 que devastou as plantações de café na Alta Paulista. Sobre a fundação da destilaria e seu contexto a página da empresa no site[16] da UDOP revela que:

> Naquela época, a região ainda sentia as conseqüências da grande geada ocorrida em julho de 1975, que praticamente havia destruído toda a cultura de café existente, provocando a evasão das pessoas que moravam nas propriedades rurais. Era premente encontrar mais uma alternativa para os agricultores de modo geral.
> Com apoio da prefeitura, na época, este mesmo grupo de agricultores visitaram uma destilaria que estava sendo montada em Junqueirópolis e outra que já operava em Valparaíso, onde tomaram conhecimento dos aspectos operacionais bem como os logísticos para constituição de uma empresa dessa natureza. Foi quando então os agricultores e empresários da região passaram a ser convidados para participarem do empreendimento.
> Contando sempre com o apoio da prefeitura, os vereadores e agricultores que lideravam o movimento, passaram a percorrer as propriedades expondo o que era o Proálcool e a incentivá-los a cultivar a cana-de-açúcar.
> [...]
> Quando a empresa foi fundada, era constituída por 55 acionistas. Atualmente a Central de Álcool é constituída por 44 associados, a maioria absoluta remanescentes da época da fundação.

A partir das informações acima é possível constatar a consubstanciação de interesses envolvendo os mais diversos atores na instalação de destilarias autônomas no contexto da segunda fase do PROÁLCOOL na Alta Paulista. Enquanto que naquela época a instalação de novas destilarias autônomas se justificava pela premente necessidade de substituição de energia ou da gasolina, atualmente a expansão das unidades de processamento da cana está sob a égide das energias renováveis defendidas pelo Protocolo de Kyoto, pela crescente fabricação de carros flex e pela valorização dos biocombustíveis, além, é claro, da vigente instabilidade nos preços do barril de petróleo.

O resultado desta expansão desmedida durante o PROÁLCOOL foi o avanço do capital monopolista na agricultura sob o discurso falacioso de geração de novos

[16] Informação obtida via acesso www.udop.com.br/associadas/bioenergia no dia 28/03/2008.

empregos (o corte e o plantio da cana são sazonais), enquanto que atualmente presenciamos no setor uma nova fase de concentração e centralização de capitais e ainda de concentração fundiária, uma vez que pequenos e médios proprietários de terra arrendam suas propriedades para as usinas, comprometendo, portanto, a produção de alimentos básicos, o que acaba encarecendo estes produtos. Outra causa advinda da desmedida expansão das unidades processadoras de cana e suas áreas plantadas, se refere à sujeição ou dependência econômica que pode causar nas regiões onde predomina a monocultura deste produto (*Informações econômicas, 2008, p.59*).

Outra destilaria autônoma, instalada na Alta Paulista dentro do contexto da segunda fase do PROÁLCOOL, que merece atenção nesta exposição é a Destilaria Califórnia, atualmente com sua razão social mudada para Parapuã Agroindustrial S/A, que se deu em 23/11/1980. De acordo com a página da empresa no site da UDOP:

> "A DACAL – Destilaria de Álcool Califórnia, nasceu dos esforços e responsabilidade de um grupo formado por 63 empreendedores que, empunhando a bandeira do Proálcool, atenderam ao chamamento da pátria frente à crise do petróleo. Foi fundada em 23 de novembro de 1980. A construção do parque industrial foi na Fazenda São Francisco, no município de Parapuã/SP, próximo à rodovia Assis Chateaubriand (SP-425), Km 391.
> Na primeira safra, em 1983, a DACAL moeu 259 mil toneladas de cana-de-açúcar e produziu 19.623.000 litros de álcool combustível. Após várias crises econômicas que abalaram o país, o grupo que fundou a destilaria se desfez e a DACAL passou a ser uma empresa familiar. [...]
> A partir de 1995, depois de estudos de viabilidade econômica, a DACAL ampliou a sua área agrícola e diversificou suas atividades, passando à produção de açúcar. Atualmente, a unidade produz álcool hidratado, álcool anidro e açúcar."

Além da consubstanciação de interesses dos diversos atores na instalação das destilarias autônomas da Alta Paulista, verifica-se a associação de numerosos empresários e pecuaristas com vistas à constituição de sociedades anônimas e cooperativas com o objetivo de aumentar o número de fornecedores para a empresa. Todavia, ao longo dos anos observa-se que os empresários mais pobres desse setor são gradativamente eliminados pelos mais fortes economicamente (Andrade, 1994, p. 61), o que acaba gerando uma maior concentração no controle das unidades processadoras e da própria terra. Outra tendência pode ser notada na organização pelas próprias destilarias

de empresas subsidiárias que se ocupam da produção canavieira, eliminando, portanto, os produtores independentes e expandindo sobremaneira as áreas plantadas.

Desativada em meados da década de 80, devido a uma das crises no setor, a destilaria FLORALCO pertencia à UNIVALEM. Em 1989 foi adquirida pelo Grupo Bertolo que acumulava certa experiência no setor desde os anos 30. A empresa faz parte de um conglomerado de quatro empresas, sendo duas estabelecidas em Pirangi - SP e duas em Flórida Paulista. Em Pirangi se localiza a Destilaria Bertolo e a Bertolo Agropastoril, enquanto que em Flórida Paulista se estabeleceu a FLORALCO Açúcar e Álcool Ltda. e a Agro Bertolo.

Um aspecto que chama a atenção, no caso da FLORALCO é a criação e a consolidação de uma empresa subsidiária no tocante à produção, como mencionado anteriormente. No mesmo ano da aquisição da destilaria FLORALCO a família Bertolo fundou na mesma cidade a Agro Bertolo, empresa subsidiária que planta e fornece cana-de-açúcar para a referida destilaria. A diversificação produtiva da empresa se ocupa com a produção de açúcar VHP, com o bagaço hidrolisado, com o etanol hidratado e com o etanol anidro.

A quarta empresa sucroalcooleira a ser priorizada nesta exposição foi fundada em 1982, no município de Adamantina, durante o contexto da segunda fase do PROÁLCOOL. A destilaria autônoma de álcool Branco Peres foi denominada por seus fundadores (fazendeiros e sitiantes) de ADÁLCOOL. Em 1985 o grupo familiar Branco Peres assume o controle acionário da destilaria e esta passa a se chamar Branco Peres Álcool S.A.

Atualmente a empresa é responsável pela geração de 1700 empregos diretos na indústria, no transporte, no cultivo do solo e na colheita da cana que ainda é predominantemente manual. A partir de 2002 a empresa incorporou uma fábrica anexa com vistas à produção de açúcar, mudando depois disso a sua razão social para Branco Peres Açúcar e Álcool S.A.

Após discorrer sobre o contexto do PROÁLCOOL na Alta Paulista, em sua segunda fase, denominado de “Bases para um Plano de Desenvolvimento do Oeste do Estado de São Paulo – PRÓ- OESTE” – e algumas das instalações advindas desse

programa, cabe focalizar no próximo capítulo as principais transformações no espaço rural da região em estudo.

CAPÍTULO II

CARACTERÍSTICAS DA AGRICULTURA NA ALTA PAULISTA NOS ÚLTIMOS 30 ANOS

CAPÍTULO II

CARACTERÍSTICAS DA AGRICULTURA NA ALTA PAULISTA NOS ÚLTIMOS 30 ANOS

> O processo evolutivo da agricultura realiza-se, necessária e basicamente através de um ou de outro dos seguintes dois caminhos: ou pelo caminho democrático da distribuição da propriedade da terra e dos demais meios de produção entre a maioria da população rural, isto é, pela reforma agrária; ou pelo caminho autocrático da transformação dos latifúndios tradicionais em grandes empresas rurais privadas, isto é, por uma política concentracionista da propriedade agrária, dos demais meios de produção e da renda.
> (GUIMARÃES, A.P.)

2.1 O fortalecimento do agronegócio na Alta Paulista depois dos anos 90.

É verdade que a concentração latifundiária ainda é uma realidade no Brasil desde os tempos coloniais. A grande propriedade, atualmente modernizada, já não comporta mais as mesmas características de três ou quatro décadas atrás, fato consolidado após o avanço do capital monopolista no campo. Assistimos, sobretudo a partir dos anos 80 e 90, a consolidação de uma nova ordem na agricultura brasileira. A supremacia do velho latifúndio na dinâmica da agricultura cedeu espaço para a moderna empresa agrícola capitalista (GRAZIANO NETO, 1996).

Caracterizada pela elevada produtividade, pelo alto grau de assalariamento da força de trabalho, pela gerência de empresários do agronegócio, pela perfeita sintonia com o complexo agroindustrial, a grande empresa rural é o reflexo de uma nova dinâmica no campo, de um novo reordenamento econômico na agricultura. Entretanto, estas transformações na agricultura brasileira não foram suficientes para melhorar a realidade do pequeno produtor nem tampouco do trabalhador volante, uma vez que o primeiro tem a sua produção determinada pelo complexo agroindustrial e o segundo convive com antigas (trabalho escravo) e novas formas de precarização do trabalho.

Quanto ao espaço urbano, a industrialização e o aumento da urbanização provocaram mudanças notadamente profundas na sociedade brasileira, haja vista o recrudescimento das favelas nas cidades de grande e médio porte, o aumento

considerável de conjuntos habitacionais também verificado nas pequenas cidades, a crescente proletarização dos habitantes nestas periferias, conseqüências advindas certamente do êxodo rural, fenômeno que vem crescendo de forma alarmante nas últimas décadas. De acordo com Francisco Graziano Neto, em 1950:

> "... a zona rural abrigava quase 70% dos habitantes do país, proporção que drasticamente se reduziu para perto de 25% em 1990, invertendo completamente a distribuição espacial da população. Em São Paulo, a população rural em 1990 já era, segundo o último Censo do IBGE, de 7,2 %."

Em face deste contexto, torna-se evidente a constatação de que a nova configuração do campo e das cidades da Alta Paulista está estreitamente associada à subordinação das diversas formas de produção na agricultura, à expansão, no fim dos anos 80 e durante parte dos 90, das áreas de pastagens e, mais recentemente, à proliferação da cana-de-açúcar em áreas que anteriormente eram destinadas às próprias pastagens e à policultura. Portanto, entre os diversos fatores que determinaram estas mudanças, destacamos a ocorrência da geada de 1975, das seguidas quedas no preço do café no mercado externo, da substituição sistemática das áreas cafeeiras pela cultura canavieira no contexto da segunda fase do PROÁLCOOL, e, posteriormente, a consolidação do agronegócio na região.

Todos estes fatores contribuíram direta ou indiretamente para a redução sistemática da população rural da Alta Paulista e o conseqüente enfraquecimento de sua produção diversificada, visto que pequenos e médios sitiantes vêm arrendando constantemente suas terras para o plantio da cana-de-açúcar.

No que consiste ao aumento da população urbana e ao declínio da população rural da Alta Paulista, observa-se a partir dos dados da Tabela 1 que este fenômeno vem se agravando profundamente nas últimas seis décadas. Em 1950, a população rural da Alta Paulista representava mais de ¾ da população total, ou seja, havia nas cidades 78.025 pessoas enquanto no campo concentravam-se 240.713. O deslocamento da população rural para as áreas urbanas da Alta Paulista está de certa forma, vinculado, nos anos 60, ao surgimento do trabalho volante na agricultura paulista, ou melhor, à consolidação desta nova categoria de trabalhador, uma vez que de acordo com alguns autores (ANDRADE, 1963; VASCONCELOS; 1973; e MELO 1975 apud

GUIMARÃES, 1982) a existência desta "nova" relação de trabalho na agricultura já se verificava em outras regiões do Brasil e em outras épocas, guardadas, é claro, as suas especificidades e contextos. Assim, em 1970, época em que se intensificava o trabalho volante na agricultura paulista, verifica-se que a população urbana desta região passa de 78.025, em 1950, para 179.572 habitantes.

Se por um lado a população urbana crescia, a população rural entrava em declínio permanente, uma vez que, em 1950, esta era de 240.713 e passou para 169.970. Já em 1990, a população urbana da Alta Paulista alcançava 277.769 pessoas enquanto que a população rural decresceu consideravelmente, passando de 169.970, em 1970, para 69.322, em 1990. No início desta última década os dados do IBGE mostram que a população urbana era de 309.329 habitantes enquanto que a população rural chegava a 51.301.

Com base nos dados da Tabela 1, presente em anexo, e nas informações colhidas por alguns autores da questão agrária (ANDRADE, 1996; GIL, 2007; GRAZIANO NETO, 1996; GUIMARÃES, 1982), procuramos mostrar em nossa análise que o êxodo rural, de modo geral, no Brasil, e de modo particular, na Alta Paulista, durante as últimas décadas esteve vinculado a diversos fatores. Enquanto nas décadas de 50 e 60 este fenômeno era fruto do desenvolvimentismo, da crescente urbanização e suas conseqüentes oportunidades de trabalho com promessas de melhores condições de subsistência, da crescente concentração latifundiária, do avanço do capitalismo monopolista na agricultura, na década de 70, 80, 90 e parte da de 2000, este fenômeno está intrinsecamente vinculado com a expansão das áreas de pastagens e as áreas canavieiras, com a nova dinâmica imposta pelo complexo agroindustrial que dita os rumos e a forma da produção na agricultura, além, é claro, com a modernização dos grandes centros urbanos. Para melhor compreendermos como se apresenta esta subordinação da agricultura pelo complexo agroindustrial nos últimos anos, vale destacar as características dessa estrutura produtiva:

> "Esse complexo produtivo inclui as fábricas de tratores e demais implementos agrícolas, as firmas produtoras de sementes, rações, agrotóxicos, fertilizantes e demais insumos, bem como engloba o setor processador de matérias primas agrícolas, como as fábricas de sucos de laranja, as usinas de açúcar, os frigoríficos, etc. Os cálculos econômicos

> mostram que esse "agrobusiness" movimenta entre 30 e 35 % do PIB brasileiro." (GRAZIANO NETO, 1996, p. 47).

Embora utilizemos o conceito de "complexo agroindustrial" é importante ressaltar que não pretendemos ampliá-lo como um modelo geral e explicativo acerca da apropriação capitalista da agricultura brasileira, mas sim os principais aspectos do processo de modernização da agricultura, uma vez que a utilização equivocada do conceito pode sugerir segundo John Wilkinson, uma expressão homogênea do capital. Para o referido autor:

> (...) o conceito de "complexo agroindustrial" é profundamente enganoso na medida em que implica uma forma unificada de capital. Uma vez adotada esta posição, a idéia de agroindústria e da agricultura familiar reproduzindo a relação capital / trabalho torna-se prontamente aceitável. (1986, p. 210).

O cuidado que se deve tomar em relação à utilização do termo é que os diversos setores da agroindústria possuem segundo Wilkinson, relações autônomas e, até certo ponto, conflitantes com o processo agrícola direto. Ao invés de uma combinação dos diversos setores voltada para uma subordinação unificada, ocorre antes de tudo, a busca por cada um desses setores de um mercado específico para escoar os seus produtos.

Ainda, na visão do autor, a tese agroindustrial apresenta alguma utilidade apenas no caso de análises acerca de certos processos de modernização, uma vez que no tocante à apropriação capitalista da agricultura esta se mostra limitada, já que defende uma falsa abstração de um "complexo agroindustrial" como expressão homogênea do capital.

Durante a década de 80, a polêmica em torno da utilização do referido conceito adquiriu grande importância no espaço acadêmico envolvendo dois dos principais estudiosos da questão agrária, como por exemplo, Tamás Szmrecsányi, que defendia uma "perspectiva sistêmica", e Geraldo Muller, que utilizou em seus trabalhos o termo "complexo agroindustrial". Entretanto, quem primeiro utilizou o termo no Brasil foi

Alberto Passos Guimarães no início dos anos 70, influenciado pela leitura de um artigo de dois economistas americanos, datado de 1957 (RAMOS et al, 2007). [17]

Convêm reproduzir algumas linhas a respeito da relação entre indústria e agricultura, presentes nas considerações de Geraldo Müller:

> Durante os últimos 15 anos o país edificou um conjunto de setores agrícolas interdependentes com setores industriais que afetou profundamente o lugar, o papel, a função e a dinâmica que a agricultura tinha no desenvolvimento do país. Essas interdependências entre agricultura e indústria, que podem ser chamadas de complexo agroindustrial, deslocaram de vez os interesses sociais dominantes até então nucleados no capital comercial e assentados na propriedade territorial e na generosidade da mamãe terra. Hoje quem predomina são aqueles interesses nucleados no capital industrial e financeiro, cuja expressão reside na agricultura dinâmica.
> [...] Neste sentido, a terra subordina-se ao capital. Ou, mais claramente: o trabalho agrícola, familiar e assalariado, subordina-se ao capital, no contexto de uma industrialização crescente da agricultura, processo no qual a terra-matéria perde suas forças determinadoras das condições de produção, em favor da terra-capital. (p.50, 1986)

A análise de Geraldo Müller acerca da modernização da agricultura operada no Brasil dos anos 70 se aproxima bastante da visão de Graziano Silva:

> [...] a industrialização da agricultura modificou radicalmente a sua base produtiva: a dissolução do "complexo rural" – particularmente com a externalização de subsetores do D1 para fora do setor agrícola – fez da agropecuária brasileira um comprador de meios de produção e um vendedor de matérias primas. (p.61, 1986)

Guardadas as dissensões existentes quanto ao uso correto do conceito, todos os estudiosos são unânimes em afirmar que o novo modelo de gestão da agricultura – o agronegócio que tem suas raízes no surgimento dos complexos agroindustriais – só é amplamente festejado pelos empresários e por parte da imprensa, pois os trabalhadores e os pequenos produtores não têm motivos para comemorar o grande *boom* da produtividade da cana, da soja, do café, da laranja e de outros produtos. Num recente

[17] Uma análise mais aprofundada acerca do conceito "complexo agroindustrial" e as polêmicas suscitadas em torno do mesmo, pode ser vista na obra Dimensões do agronegócio brasileiro: políticas, instituições e perspectivas. Pedro Ramos et al, 2007.

artigo, publicado na revista Lutas & Resistências, na cidade de Londrina, Silva e Martins ressaltam que:

> "A partir da década de 1990, foi sendo gestada a ideologia do agronegócio, no Brasil, que consiste em demonstrar que a aplicabilidade da ciência na agricultura, por meio de tecnologias cada vez mais sofisticadas, por grandes empresas nacionais e internacionais, é o modelo de progresso associado ao desenvolvimento econômico. Esta demonstração ganha força a partir dos dados quantitativos apresentados. Os números acerca do aumento da produção e da produtividade de grãos, tais como soja, café, algodão, cana-de-açúcar, bem como os derivados álcool, suco de laranja, além de outros produtos, são cada vez mais crescentes e contribuem para dinamizar as indústrias que fornecem equipamentos, máquinas e insumos empregados pelas empresas agrícolas, espalhadas por todas as regiões do país. Assim, por exemplo, notícias veiculadas pelos *media* acerca dos milhões de toneladas de soja, de açúcar, dos bilhões de litros de álcool são o certificado do sucesso deste modelo, algo verificado nas grandes feiras agrícolas – Agrishows – realizadas em várias cidades do país, onde são feitos grandes negócios, cujas cifras atingem, como na última feira de Ribeirão Preto, mais de um bilhão de reais!"(2006, p. 91-92).

Embora os autores afirmem uma movimentação de mais de um bilhão de reais no evento de 2006, números demonstrados na Folha de São Paulo[18] - praticamente dois anos depois, com base nos dados da Agrishow – afirmam que foi de 500 milhões de reais. De acordo com a Tabela 2, situada em anexo, a edição do evento que movimentou a cifra assinalada pelos autores acima, foi a de 2004.

"Do outro lado da moeda", enquanto os trabalhadores conheceram novas formas de precarização das condições de trabalho, nas quais, se convive ainda com o trabalho escravo, a terceirização e a eliminação de postos de trabalho, advinda da crescente mecanização nas lavouras, os pequenos produtores, por sua vez, tiveram sua produção estrangulada pela preferência na concessão de créditos voltada unicamente para os produtos altamente exportáveis, fato que culminou na proletarização destes trabalhadores, visto que muitos perderam suas propriedades e se deslocaram para os centros urbanos, passando a compor o enorme contingente de trabalhadores volantes. E o processo de estrangulamento da agricultura familiar segue seu curso atualmente, não

[18] Notícia veiculada no dia 22/04/2008 no Caderno Dinheiro B 8.

mais com a restrição do crédito agrícola, mas com as determinações do agronegócio. Esta realidade, verificada na agricultura brasileira, também se reflete nesta pequena porção do estado de São Paulo, a Alta Paulista.

A expansão da cana-de-açúcar no campo e a conseqüente transformação de produtores rurais, num primeiro momento, em meros arrendatários, e, posteriormente, em assalariados, têm evidenciado a perda da identidade dos pequenos e médios produtores com a terra. A paisagem rural da Alta-Paulista, assim como outras regiões de São Paulo e do Brasil, que sofrem com o surto da expansão canavieira, é dominada pela lavoura da cana, que circunda fazendas, rodovias e rios, causando sérias complicações sociais e ambientais, sobretudo, na época da queima da palha.

2.2 A concentração da produção sucroalcooleira e a expropriação dos pequenos produtores.

Após os anos 90 a "nova" política agrícola no Brasil está centrada, segundo Antônio Márcio Buainain, numa estratégia balizada por dois componentes:

> (...) de um lado, no fortalecimento da competitividade da agricultura empresarial, e, de outro, no fortalecimento da agricultura familiar. Enquanto a primeira linha de ação prioriza a melhoria da infra-estrutura e incentivos através de novos instrumentos de política agrícola, o fortalecimento da agricultura familiar está centrado em dois programas básicos: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e o Programa Nacional de Reforma Agrária. Infelizmente, a primeira linha, de investimento de infra-estrutura, nunca foi de fato implementada e o PRONAF tem sido, em grande medida, um programa de crédito e de custeio. (2007, p.90-91).

A adoção do PRONAF e o retorno da questão da reforma agrária na arena política, segundo Buainain, representaram um grande avanço na política agrícola brasileira, uma vez que o Governo Federal reconhecia a grande importância econômica e social da agricultura familiar, focalizando essa ampla camada de agricultores e trabalhadores rurais como possíveis beneficiários deste programa. Entretanto, no decorrer de sua análise, o autor demonstra que nem tudo correu conforme o previsto.

Instituído com o intuito de favorecer o fortalecimento da agricultura familiar, gerando mais postos de trabalho nas áreas urbanas e rurais, tendo em vista a melhora nas condições de vida dos pequenos agricultores o PRONAF é direcionado aos agricultores que atendem aos seguintes requisitos:

> "a. Utilizar trabalho familiar, com o apoio de empregados temporários e, no máximo, dois empregados permanentes";
> b. Possuir ou explorar área que não supere a 4 módulos fiscais;
> c. Residir no imóvel rural ou em vila urbana ou rural próxima ao imóvel;
> d. Ter 80% de sua renda corrente proveniente da exploração agropecuária, pesqueira e / ou extrativa ."(2007, p.91).

Segundo Buainain, o critério de mão-de-obra-familiar do PRONAF obstaculiza o crédito à grande parte dos pequenos agricultores, uma vez que estes passam a contar com um número maior da força de trabalho assalariada devido a um conjunto de fatores, dentre os quais, o deslocamento temporário do trabalho agropecuário por parte do agricultor ou de seus filhos, uma vez que precisam participar das atividades de gestão do processo de trabalho, negociar e acompanhar contratos de trabalho, operar com bancos, participar de atividades com suas cooperativas ou associações. Outro fator que leva o pequeno agricultor a contar com um número maior de assalariados é a migração de seus filhos para os grandes centros, causada, sobretudo, pela necessidade de ampliar seus estudos. Diante disso, o agricultor familiar se vê obrigado a arregimentar uma força de trabalho assalariada para comportar as atividades agropecuárias, o que acarreta a sua exclusão dos benefícios do PRONAF. Sem os recursos, o pequeno produtor decide vender sua propriedade e migra para as áreas urbanas.

Importante lembrar que não são somente estes os motivos que excluem os pequenos produtores da adesão de programas de crédito, preço e seguro. Ainda, segundo o referido autor, outras causas servem como impeditivos: a disponibilidade de recursos produtivos, a inserção nos mercados, a disponibilidade de tecnologia e informação, os entraves institucionais, bem como as características do sistema de produção utilizadas pelos pequenos produtores.

Considerado, sucintamente, o contexto da agricultura brasileira após os anos 90, a nossa exposição focalizará, a seguir, os principais impactos causados pelo agronegócio na Alta Paulista, bem como algumas peculiaridades de sua agricultura.

Antes de entrarmos no período previamente delimitado nesta pesquisa, convém repetir que o aumento expressivo da força de trabalho assalariada para atuar no campo foi causado, sem dúvida, pelo fim dos arrendamentos no início dos anos 80 em decorrência da expansão das áreas de pastagens, e, posteriormente, pela expansão das áreas canavieiras em meio à euforia da segunda fase do PROÁLCOOL. A euforia deste programa provocou alterações no espaço agrário de todo o estado, porém, importa lembrar que outro "dispositivo jurídico" – erradicação dos cafezais – (MORAES, 1999) também contribuiu para o enfraquecimento e a pauperização da agricultura familiar em São Paulo. Ao discorrer acerca dos dois projetos de erradicação dos cafezais e das bases de lançamento do PROÁLCOOL, Moraes aponta que:

> (...) mudaram totalmente o espaço rural do estado de São Paulo, especialmente o da região de Ribeirão Preto, cuja área plantada em cana saltou de 182.500 ha em 1968 para 624.700 ha em 1989, segundo dados do IEA, registrando um aumento de quase 3,5 vezes nesse período. Em síntese, a modernização da agricultura paulista teve como suporte estes dois dispositivos jurídicos, cuja eficácia garantiu a mudança nas relações de trabalho por meio da expulsão de milhares de parceiros, arrendatários, colonos, sitiantes, etc., reproduzindo a situação trágica analisada anteriormente (1999, p. 68).

Tanto as pastagens quanto a lavoura canavieira contribuíram decisivamente para o aumento deste contingente de trabalhadores assalariados, uma vez que o pequeno produtor é obrigado a se deslocar para as cidades da Alta Paulista em busca de trabalho. É claro que com o aumento das pastagens este deslocamento não se deu de forma imediata, já que uma parcela destes arrendatários permaneceu em distritos da região desenvolvendo algumas atividades agrícolas, como afirmam, num artigo recente, Luciene X. de Maria & Rosângela A. de M. Hespanhol:

> Residindo no Distrito, parte destes pequenos produtores continuaram resistindo nas atividades agrícolas, embora as dificuldades fossem gradativamente aumentando, seja pela não disponibilidade de terras para arrendar, a falta de implementos agrícolas para produzir e, sobretudo, a falta de crédito rural e condições econômicas.

> Após os anos 80, outro fator veio contribuir para o agravamento da situação dos pequenos produtores do Distrito de Guachos; a instalação da Destilaria de Álcool Califórnia (DACAL) no município de Parapuã. Esta usina arrendou grandes extensões de terras nas proximidades do Distrito, trazendo por um lado, a possibilidade de emprego para os trabalhadores volantes no corte da cana, mas, por outro lado, intensificando as dificuldades dos pequenos produtores em arrendar terras para o plantio de lavouras. (2003, p.54).

Continuando a exposição, as autoras afirmam que a situação se agravou ainda mais para os pequenos produtores daquele distrito, em fins dos anos 90, quando ocorreu a instalação de outra usina: a Alto Alegre – Unidade Floresta, que também arrendou enormes áreas para o cultivo da cana.

A situação dos pequenos produtores do Distrito de Guachos, revelada neste estudo de caso, é apenas uma das facetas verificadas na agricultura da Alta Paulista após a expansão das pastagens, durante os anos 80, e das áreas canavieiras, também nos anos 80 até os dias de hoje, esta última, traço mais forte do agronegócio no fim do século XX e início do século XXI.

A nova configuração da agricultura da Alta Paulista após os anos 90 é marcada pelo predomínio da cultura canavieira, pelas (re) instalações das unidades processadoras de cana-de-açúcar, pelo esgotamento da agricultura familiar, embora persista a produção de leite, frutas, seringueira, café e outras atividades, como os pesqueiros, por exemplo. Entretanto, em vista da expansão canavieira, motivada pelo discurso das energias renováveis, a diversificação de produtos tem ínfima participação, pois é limitada pela lógica do agronegócio, uma vez que o pequeno produtor não possui capital suficiente para investir na sua produção nem tampouco para reiniciar atividades mais lucrativas. Além disso, as áreas que anteriormente eram destinadas à cafeicultura ou à policultura, são ocupadas pela cana, visto que durante os últimos anos as pastagens – que substituíram a cafeicultura e a própria lavoura canavieira, devido à crise no setor em fins dos anos 80 – estão liberando grandes extensões de terra para o plantio da cana.

Em reportagem veiculada no *Globo Rural*[19], constatou-se a crescente valorização das terras na região da Alta Paulista e Noroeste, fato que vem causando o deslocamento dos pecuaristas para áreas de outros estados, uma vez que segundo alguns produtores

[19] Reportagem exibida no dia 20/03/2007.

entrevistados, o aluguel das terras para o cultivo da cana gera maior lucratividade. E esta tendência da expansão canavieira no estado de São Paulo não se verifica apenas nas áreas destinadas à pecuária. De acordo com José Marangoni Camargo:

> "A substituição de algumas culturas pela cana-de-açúcar no período recente, como no caso da laranja, por exemplo, deve-se à maior competitividade desta última e por preços mais atraentes, em função do aumento das exportações de açúcar nos últimos anos e pelo crescimento do mercado de álcool anidro, misturado à gasolina e do álcool hidratado". (CAMARGO, 2007, p.35).

Assim, como já salientado nesta exposição, a valorização da terra, a boa receptividade obtida pelo açúcar e o álcool no mercado externo, o aumento das vendas de veículos *flex*, as freqüentes altas nos preços dos barris de petróleo, decorrentes, em parte, do esgotamento dos combustíveis fósseis e a tendência mundial na utilização de energias renováveis são, certamente, os principais fatores que contribuem, direta ou indiretamente, para a expansão descontrolada da cana-de-açúcar no Centro-Sul e, particularmente, na Alta Paulista.

Para ter uma noção da importância deste fato, em 2000, a cana-de-açúcar ocupava nesta unidade federativa, mais de 45% das áreas de lavoura, sendo, portanto, a principal atividade geradora de postos de trabalho na agricultura paulista (Marangoni, 2007). Atualmente, na safra 2008-2009, os números são ainda mais expressivos, uma vez que 32 usinas[20] devem ser inauguradas neste ano no país, sendo 13 delas em São Paulo. São números que geram expectativas também quanto ao processamento da cana, já que as estimativas dão conta de um aumento de 12%. De acordo com o IEA[21] (Instituto de Economia Agrícola), a presente safra no estado de São Paulo atingirá a marca de 337 milhões de toneladas, 3% mais do que a anterior, sendo que o Centro – Sul será responsável por uma produção de 498 milhões de toneladas neste período, segundo a UNICA (União da Indústria de Cana-de-açúcar).

Em anexo, observa-se que a tabela 3 apresenta as referidas estimativas acerca da próxima safra.

No caso particular da Alta Paulista, algumas usinas já começaram a divulgar no início da safra 2008/2009 suas expectativas quanto ao aumento da produção. A

[20] Notícia veiculada no telejornal regional TV Fronteira no dia 07/ 04/ 2008.
[21] Site acessado em 23/ 04/ 2008.

USALPA (Usina Alta Paulista), localizada em Junqueirópolis, já admite um aumento de 30% da produção. Segundo informações divulgadas no site da UDOP[22], esta empresa moeu na safra passada cerca de 1 milhão de toneladas de cana-de-açúcar, esperando, portanto, para esta safra, alcançar 1,3 milhões de toneladas processadas.

A busca pela ampliação da produção canavieira é uma tendência verificada em todas as usinas e destilarias do estado. Na região do Pontal do Paranapanema, a ETH Bioenergia Destilaria Alcídia, agora com 85% de suas ações nas mãos do Grupo Odebrecth, também pretende ampliar o processamento da cana-de-açúcar em torno de 1,5 milhões na safra 2008/2009, que se inicia no mês de maio. E na safra 2009/2010 a expectativa gira em torno de 2,1 milhão.

Em artigo recente Sachs & Martins (Informações Econômicas, 2007) afirmavam, com base nos dados do IBGE, que a cana-de-açúcar ocupava na safra 2006/2007, uma área de 5,8 milhões de hectares em todo o país, enquanto que o estado de São Paulo respondia por 3,17 milhões de hectares, 7% maior que a safra 2005/2006. A análise de Sachs & Martins demonstra que as maiores taxas anuais de crescimento de área plantada com cana-de-açúcar no estado paulista se concentram nos EDRs de Presidente Prudente (12,76%), Dracena (12,70 %), São José do Rio Preto (12,04%), Tupã (11,88%) e Andradina (10,67%).

Interessante observar que o crescimento mais expressivo se concentra na região oeste do estado e que dois destes EDRs (Dracena e Tupã) estão situados no pólo regional da Alta Paulista, considerado, ao lado do pólo regional noroeste, a última fronteira para a expansão da cana-de-açúcar nesta unidade federativa.

No que consiste à disseminação das usinas/destilarias observadas no estado de São Paulo, Sachs & Martins demonstram que:

> "Na safra 2006/07 foram colocadas em funcionamento mais de 12 usinas em todo o Estado de São Paulo, no total, 174 usinas processaram cana no Estado (MAPA, 2007), com previsão de mais de 9 novas unidades industriais entrando em operação durante o ano-safra 2007/08, e o Centro – Sul contará com 17 novas unidades produtoras (SAFRA,2007)". (2007, p.48).

[22] Informação obtida no site www.udop.com.br no dia 04/04/2008.

Em análise posterior, divulgada no mesmo periódico (*Informações Econômicas*), os pesquisadores do IEA (CAMARGO et al, 2008), com base nos dados desta instituição e da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), no período 2001/06, confirmam que as culturas que mais perderam espaço para a cana-de-açúcar em São Paulo, foram o milho, o feijão da seca e o arroz. Acerca da expansão das usinas/destilarias os autores afirmam que:

> "Até o momento foram anunciadas 61 novas unidades industriais no Estado de São Paulo, segundo informações do Centro de Tecnologia Canavieira (CTC) e União dos Produtores de Bioenergia (UDOP). Algumas unidades já estão em geração e outras ainda em fase de implantação. Desse total de novas indústrias, a maioria concentra-se na região oeste do estado, nos seguintes EDRs: Andradina, Araçatuba, Dracena, Fernandópolis, General Salgado, Jales, Presidente Prudente, Presidente Venceslau, São José do Rio Preto, Tupã e Votuporanga, totalizando 45 novas unidades industriais. [...]." (2008, p.57).

Não precisa ser um leitor demasiadamente atento para perceber o contraste evidenciado nos números das duas citações acima. Enquanto na primeira publicação os autores ressaltam as instalações de 12 usinas nas safras 2006/07 com previsão de mais 9 para a safra 2007/08, na segunda publicação os autores falam em 61 novas unidades instaladas no período estudado (2001/06), ao passo que 45 concentram-se na região oeste de São Paulo. O aparente contraste na divulgação da quantidade de unidades industriais instaladas pode ser explicado por dois fatores: a dinâmica que o setor sucroalcooleiro adquiriu após a desregulamentação e à própria metodologia de pesquisa levada a cabo pelos autores, uma vez que as instalações são classificadas em fase de geração, implantação e perspectivas, sendo que estas últimas são baseadas em contatos pessoais com os técnicos da UDOP.

Guardadas as devidas disparidades presentes na avalanche de informações[23]que o setor sucroalcooleiro oferece, convém destacar que a expansão da área plantada, bem como das usinas/destilarias no Centro – Sul e, particularmente, na Alta Paulista, é uma evidência inquestionável. Os dados da Tabela 4, em anexo, mostram a quantidade de

[23] Neste sentido, vale destacar a estréia do Jornal Televisivo UDOP News a partir de 05/05/2008 no site da UDOP, que veiculará as principais notícias do setor sucroalcooleiro.

usinas/destilarias em fase de geração e implantação em dois EDRs da Alta Paulista, bem como as previsões sobre a capacidade de moagem no período 2006/08.

A nova configuração do espaço agropecuário do estado de São Paulo, evidenciada após os anos 90, nos leva à constatação de que presenciamos a expansão acelerada da cana-de-açúcar em regiões que outrora eram tidas como pecuaristas ou produtoras de alimentos diversos, fato que leva ao estrangulamento da agricultura familiar, ao esgotamento da produção diversificada de alimentos, à dependência exagerada das regiões diante da monocultura da cana-de-açúcar, especialmente as pequenas cidades, e ainda, ao domínio progressivo do agronegócio, este último, amparado sob a égide das energias renováveis, idéia predominante no início do século XXI.

A tabela 5, em anexo, nos proporciona uma noção acerca da expansão, em potencial, da área plantada com cana-de-açúcar pelas usinas/destilarias apresentadas na tabela 4, bem como da previsão sobre a capacidade de moagem das mesmas no período 2009/10.

Observa-se na última tabela que a estimativa do crescimento de área plantada com cana-de-açúcar nas novas destilarias da Alta Paulista nos próximos dois anos, corresponde à cerca de 140.000 há, números que justificam a afirmação da cana-de-açúcar na região em estudo. A tabela 6, também em anexo, apresenta a evolução do número de unidades recém-inauguradas nas últimas quatro safras na região Centro – Sul do país.

Resumindo, a tendência hegemônica do agronegócio trouxe com ela a intensificação da concentração de terras, os danos ao meio ambiente, a precarização das condições de trabalho, o predomínio das monoculturas (soja e cana, sobretudo) em algumas regiões, a sujeição econômica destas regiões, o definhamento da agricultura familiar, uma vez que o pequeno e médio produtor não consegue se enquadrar dentro dos ditames do agrobusiness, fato que leva num primeiro momento ao arrendamento, e, posteriormente, à venda da terra, devido à perda de identidade com a mesma.

A intensa produtividade levada a cabo pelo setor sucroalcooleiro, bem como o predomínio da monocultura da cana, suscita planejamento de políticas públicas por parte do poder público da Alta Paulista, de modo que seja possível avaliar o impacto deste

fenômeno na agricultura familiar, no meio ambiente, no mercado de trabalho, na produção alimentícia e no futuro desenvolvimento deste pólo regional.

2.3 O contexto histórico do fenômeno da migração na agroindústria canavieira paulista.

Ao encetar uma análise acerca da subcontratação de migrantes para atuar na lavoura canavieira paulista, procedentes, sobretudo, do nordeste brasileiro e do norte de Minas Gerais, nos três últimos decênios, cabe lembrar que movimentos migratórios desta natureza não são novidades no Brasil nem tampouco em outras partes do globo, visto que *movimentos migratórios associados à conquista de novas áreas para a exploração agrícola* (MORAES, in Migrações Internas, IPEA/INPES, p.126,1971) tem sido um fenômeno constante no desenvolvimento econômico das sociedades.

No caso brasileiro, o chamado "ciclo do café" que marcou o Planalto Paulista e, posteriormente, o norte e o oeste do estado do Paraná e o sul do estado de Mato Grosso, constitui um bom exemplo para ilustrar o tipo de movimento migratório assinalado acima.

Iniciando-se nas proximidades do Rio de Janeiro a cultura cafeeira logo alcançou o Vale do Alto e Médio Paraíba assim como as regiões vizinhas do sul de Minas Gerais. Com o esgotamento das áreas utilizadas para esta cultura, o "ciclo do café" se estendeu para a região nordeste de São Paulo e mais tarde, em decorrência de uma crise em 1930, foi substituído pela cultura algodoeira e pela pecuária, voltando com força total anos depois, desta vez, adentrando o extremo oeste paulista, penetrando no território paranaense e mato-grossense (MORAES, in Migrações Internas, IPEA/INPES, p.127, 1971).

O deslocamento de um significativo contingente de trabalhadores do nordeste brasileiro para atuar nas lavouras paulistas data do final dos anos 30. De acordo com Paiva (2004), a política migratória foi motivada por interesses do poder público e dos grandes fazendeiros de café do interior paulista, fato que demonstra certo planejamento. Nas palavras do autor:

> O processo de inserção dos trabalhadores na agricultura paulista demonstrou, em primeiro lugar, a necessidade de readequação da estrutura preexistente na Secretaria da Agricultura, montada desde o final do século 19 para essa finalidade. A reorientação dos serviços da Secretaria para a *captação, triagem e encaminhamento* dos trabalhadores migrantes para a lavoura, contou com a reedição de mecanismos antigos e a criação de outros, no atendimento das novas necessidades. (pp.106-107, 2004)

Tanto no surto da cultura cafeeira quanto no da algodoeira, esta última favorecida pela decadência da primeira, ocorreu arregimentação de um expressivo contingente de trabalhadores oriundo do nordeste brasileiro. É o que atesta, em obra de grande envergadura sociológica, Maria conceição D'Incao:

> A colheita do algodão exige uma grande quantidade de trabalhadores num tempo curto, sob pena de ser prejudicada a qualidade do produto. A praxe adotada era trazer grandes levas de trabalhadores do Nordeste. Estes chegavam pela Estrada de ferro Sorocabana. Eram alojados nas fazendas durante o período da colheita e a seguir aproveitados como arrendatários ou parceiros, em áreas até então inexploradas (1979 p.51).

Esta migração sazonal ou temporária, verificada nos tempos áureos do café e do algodão nos estados de São Paulo, Paraná e parte do Mato Grosso, se repete atualmente na safra canavieira do Centro – Sul, especialmente, São Paulo.

Entretanto, convém assinalar que embora os processos migratórios referidos acima possuam duas características comuns (*movimentos migratórios associados à conquista de novas áreas para a exploração agrícola e migrações sazonais ou temporárias*) a arregimentação de trabalhadores para o corte da cana nos últimos três decênios está também associada à conquista de novas áreas para a exploração agrícola, porém, não dispõe de um aparato subsidiário privado ou governamental como o verificado na cultura do café no oeste e norte do Paraná (auxílio da iniciativa privada) e na construção de Brasília (auxílio governamental) (GRAHAM, in Migrações Internas, IPEA/INPES, p.23,1971).

A migração dos cortadores – de – cana para atuar nas lavouras canavieiras do Centro – Sul não é planejada, não é organizada ou sequer *induzida* por uma política migratória, é nas palavras de Maria A. Moraes Silva: uma "migração *forçada, imposta* pela estrutura social, econômica e política atual" (p.290,2004). Discorrendo sobre o

processo migratório dos cortadores – de – cana na região canavieira mais desenvolvida do estado de São Paulo, Silva aponta que:

> São vidas definidas por um vaivém perene, por uma eterna migração forçada que lhes impinge a marca de um destino social. Na luta pelo direito à sobrevivência, resistem à condição de párias, de mendigos. Os trajetos de suas andanças refletem a busca de um ponto fixo na escala social. Resistem ao processo descendente imposto pela estrutura social e independente de suas vontades. Esta postura é contrária àquela que mostra que as pessoas migram porque querem. Defende-se, de antemão, a idéia de uma migração forçada, imposta pela estrutura social, econômica e política atual. A migração é resultado de um processo histórico e, ao mesmo tempo, causa de um outro (p.290,2004).

É de suma conveniência destacar aqui que os fatores determinantes da migração são vários e nem sempre se resumem a aspectos puramente econômicos. De acordo com Pastore (Migrações Internas, IPEA/INPES, p.59,1971), baseando-se nos estudos realizados por Lee (1966), os fatores podem ser resumidos da seguinte maneira:

- Fatores relacionados com a área de origem.
- Fatores relacionados com a área de destino.
- Obstáculos intervenientes.
- Fatores pessoais.

Assim, de acordo com o autor, os fatores de atração ou repulsão podem figurar tanto na área de destino quanto na área de origem do migrante, uma vez que os sujeitos de um sistema social podem ser constantemente submetidos a forças contrárias.

Foge, entretanto, do raio de análise deste trabalho, um estudo mais apurado acerca das motivações sociais, econômicas e psico-sociais que levam o indivíduo a "optar" pela migração, visto que aqui o objetivo se circunscreve apenas em descrever o fenômeno histórico da migração dos cortadores – de – cana em São Paulo, e particularmente, na Alta Paulista.

Desta feita, o presente trabalho concorda inteiramente com a assertiva de que os migrantes não têm escolha, de que são impelidos pela estrutura social, econômica e política social. No entanto, é de salutar importância lembrar que cada um desses trabalhadores possui aspirações e motivações específicas e que as imposições sociais, econômicas e demais determinações apresentam raízes distintas.

Há trabalhadores que migram para atuar na lavoura canavieira atraído pelo aumento salarial, visto que o ordenado rural em sua terra de origem não é suficiente nem para se reproduzir enquanto força de trabalho. Outros migram porque são seduzidos pelos prêmios por produção ao final da safra canavieira (carros, motos e afins). E há aqueles que saem de seu lugar de origem para poder "*através do novo, preservar o velho*". Em outras palavras, buscam durante a safra canavieira juntar dinheiro para investir na sua produção enquanto pequeno proprietário na terra de origem.

O último caso ilustrado acima representa uma das estratégias de reprodução da classe camponesa do norte do país. Trata-se de um fenômeno verificado nas últimas cinco décadas e analisado com muita profundidade em trabalho de campo de autoria de Afrânio Raul Garcia Jr. durante a segunda metade dos anos 70.

O autor descreve detalhadamente as mudanças ocorridas na agricultura da região nordeste, passando pelo declínio dos engenhos e o surgimento das usinas, pela reconversão de antigos senhores de engenhos em meros fornecedores de cana, uma vez que muitos não puderam acompanhar as exigências da modernização tecnológica. Outros motivos que levaram ao declínio dos senhores de engenho, segundo Garcia Jr., foram o surgimento de um mercado de trabalho no sudeste do país, causado, sobretudo, pelo intenso crescimento industrial e ampliação do mercado urbano, além da criação das primeiras associações camponesas e o grande impacto que causaram no campo político.

Assim, a partir dessas transformações o autor tece uma análise bastante sofisticada na qual relata claramente as relações sociais, econômicas e culturais dentro e fora dos engenhos, revelando o que significava ser *sujeito* e *liberto*, *meeiro*, *parceiro* e *arrendatário*, bem como trabalhadores *alugados*. A esmagadora maioria de migrantes atraídos pelo mercado de trabalho no sudeste brasileiro era exatamente aqueles caracterizados pela condição de *sujeitos* perante os senhores de engenho como bem revela a seguinte passagem:

> Uma alternativa concreta de trabalho fora do engenho, impensável àquela época, que só se materializou 20 anos mais tarde, foi a aparição de um mercado de trabalho industrial no Centro – Sul , em expansão rápida. Esta alternativa era extremamente custosa, pois implicava viver e trabalhar em universo social desconhecido, situado a 3.000 km de distância. Porém tal aprendizado, na prática, da geografia do país, ao menos por parte daqueles que escolheram partir e que descrevem

> retrospectivamente sua decisão como meio de "escapar da sujeição", passou a ser associado à noção de *liberdade* (1989, p.73).

Fica claro nesta passagem que o principal fator que motivava a migração do trabalhador rural, tido como *sujeito* dentro da propriedade do senhor de engenho, era o desejo de liberdade, uma vez que este trabalhador não se encontrava apenas sob uma sujeição econômica, mas também de caráter moral diante do grande proprietário. A fuga desta submissão lhe permitia às duras penas obter uma vaga no mercado de trabalho no sudeste brasileiro, algo que lhe possibilitava juntar dinheiro para poder voltar à terra de origem, não mais como morador no engenho, mas como negociante nas feiras, como pequeno proprietário de terras ou pequeno criador, qualquer investimento, desde que não fosse para retornar na mesma condição em que antes se encontrava.

Não se constitui enquanto objetivo, resenhar a obra de Garcia Jr. neste espaço, apenas julga-se necessária a descrição de alguns aspectos de seu trabalho de campo para tão-somente analisar e comparar em que medida se dá a migração dos trabalhadores advindos da região nordeste para atuar no corte da cana no Centro – Sul nos anos 80 até os dias de hoje.

Quais são os fatores que desencadeiam o deslocamento deste contingente considerável de trabalhadores advindos dos estados da região nordeste atualmente e quais as características que se apresentam?

Nota-se que enquanto nas décadas de 50, 60 e 70 vigorava uma migração caracterizada pela movimentação de trabalhadores do Nordeste rural para o Sudeste urbano e industrial, em meados dos anos 80 e de modo mais intenso, nos anos 90 e durante o primeiro decênio do século XXI, no que tange ao setor da agroindústria canavieira, esta migração assume outra característica, ou seja, é uma migração do Nordeste rural para o Sudeste rural, o que para alguns autores é considerada uma migração pendular. De acordo com Novaes:

> A migração atual é do Nordeste rural para o Sudeste rural. Essa é uma característica muito recente, porque é uma migração pendular. Significa que os trabalhadores (principalmente homens) deixam suas famílias no Maranhão, no Piauí, na Paraíba, e vêm trabalhar de seis a oito meses nas usinas de açúcar de São Paulo para cortar cana. Entre as conseqüências dessa migração está um processo de desintegração

> familiar. Na medida em que não há emprego nas regiões de origem, normalmente os jovens e homens adultos saem de casa deixando suas famílias. E essa migração se torna necessária porque nas regiões de origem desses migrantes, como Maranhão, Piauí e Paraíba, não há alternativa de emprego para a juventude. Então eles têm que migrar e as conseqüências disso são ruins. Basta imaginarmos como é uma família completamente desintegrada por uma necessidade vital que é a sobrevivência. Esse é o maior problema: a falta de oportunidade de trabalho na região, que gera a necessidade de busca para fora. (Entrevista concedida ao IHU – Instituto Humanistas Unisinos – em 21/06/2006).

O fato de Novaes considerar tal migração como pendular reside na constatação de que os indivíduos não se instalam definitivamente nessas regiões, o que para grande número de autores como também para o IBGE (2000) tais deslocamentos não são senão movimentos pendulares, visto que os fenômenos migração e deslocamentos pendulares guardam conceitos distintos. Vale lembrar que uma das características do deslocamento pendular é a mobilidade diária dos trabalhadores de cidades circunvizinhas ou de trabalhadores do campo que residem na cidade e ao final do dia retornam ao lar, mas há quem defenda a existência de movimentos pendulares de longa distância.

No caso dos trabalhadores arregimentados para o corte da cana no estado de São Paulo e que se constitui aspecto relevante nesta pesquisa, optamos por denominar este deslocamento como uma migração temporária, uma vez que a utilização do termo "pendular" levaria a crer que estivéssemos equivocados, visto que para muitos estudiosos da população este termo implica no retorno diário do trabalhador para o seu lar e que sua estadia na região de trabalho não é permanente. Entretanto, apesar da estadia do trabalhador migrante não ser permanente, assim como no caso dos deslocamentos pendulares, cremos que seria mais adequado caracterizar como temporária ou sazonal justamente porque está atrelada a uma cultura específica: a safra da cana – de – açúcar.

Foi possível observar durante o trabalho de campo, como também através do lastro bibliográfico, que a vinda desses trabalhadores para o sudeste está associada, em parte, à estratégia de reprodução camponesa tal como verificou Garcia Jr., porém, não mais, evidentemente, com a mesma conotação de antes, ou seja, a busca da *liberdade* ou a fuga da *sujeição* motivada pelas relações estabelecidas com os senhores de engenho –

ressaltando que na obra citada a migração não se resume apenas nesta motivação – mas pelo intuito de juntar capital suficiente para investir nas suas pequenas propriedades, na compra de um lote para construir habitação, na instalação de um pequeno empreendimento que vise melhorar o rendimento familiar, ou ainda, na busca de uma remuneração maior aliada aos prêmios por produtividade como já mencionado anteriormente.

Esta asserção pode ser corroborada através das declarações dos cortadores – de – cana coletadas durante a pesquisa de campo. Numa delas obtivemos a seguinte justificativa para a migração de um desses trabalhadores:

> Eu mesmo vim pra cá porque lá em Codó [interior da Paraíba] não tem emprego na cidade e o que ganha na roça não dá nem pra comer, aí a gente vem pra São Paulo porque aqui a gente sabe que pode juntar um dinheirinho pra investir em alguma coisa lá. (J.G.S. B em 14/08/2008).

O cortador – de – cana entrevistado acima revelou ainda que está em São Paulo há seis safras e desde então já trabalhou em quatro usinas neste período. Verificamos que outros trabalhadores locais ou provenientes da mesma cidade ou região maranhense também já passaram por mais de uma usina nas últimas safras. Constatamos no nosso trabalho que é fato corriqueiro esta mobilidade de força de trabalho migrante, seja de uma safra para outra seja dentro da própria safra, visto que algumas usinas da região terminam a safra em outubro, enquanto que outras, por terem um maior número de cana plantada ou maior número de fornecedores, precisam recontratar trabalhadores de modo "*avulso*" para acabar de colher a cana.

Assim, trabalhadores que cortaram cana até meados de novembro numa determinada usina, acabam optando pela subcontratação na categoria "avulso" em outra usina. Como exemplo vale citar o caso de alguns trabalhadores da Parapuã Agroindustrial, usina / destilaria situada em Parapuã, que terminaram a safra no fim de dezembro de 2008 e alguns já foram arregimentados na condição de "avulso" para o corte da cana na usina CLEALCO em Clementina, esta última, situada na região noroeste do estado.

A necessidade urgente de arregimentação destes trabalhadores geralmente é notificada por meio de carros munidos de alto – falantes. Após a divulgação os

interessados procuram um representante da usina, na maioria das vezes um fiscal de turma residente na cidade ou nas cidades circunvizinhas. Importante destacar que os trabalhadores migrantes, em sua maioria, não são arregimentados para este trabalho, uma vez que conforme já mencionado nesta pesquisa, retornam à terra de origem em dezembro, daí resulta a necessidade de reposição da força de trabalho para o corte da cana pelas usinas que "esticaram" suas safras até meados de janeiro ou fevereiro, algo inédito até alguns anos atrás, justamente porque assistimos a uma superprodução no setor canavieiro.

A subcontratação de trabalhadores locais em algumas usinas da região (CLEALCO – Clementina, por exemplo) durante o período em que se estende a safra serve também para estas empresas avaliarem o potencial de produção destes trabalhadores. Assim, o trabalhador que "mostrar serviço" durante a prorrogação da safra será contratado para a safra seguinte. Tendo em vista que não é somente a produtividade um dos critérios para a contratação para a próxima safra, mas também a idade, de preferência entre 18 e 29 anos, força física, a freqüência e o ritmo de trabalho condizente com a meta de 10 ou 12 toneladas de cana cortada por dia.

Apesar de na maioria das vezes a subcontratação em fins de safra ser realizada com base no pagamento da diária, o fiscal da usina é encarregado de observar os mais aptos, ou melhor, aqueles que possuem o perfil desejado pela empresa, caso contrário só trabalha neste período, já que em meados de março os migrantes retornam para seus postos de trabalho.

A escolha dos migrantes no início da safra obedece aos critérios acima, visto que grande parte dos trabalhadores locais se mostra incapaz de atingir as metas estipuladas por algumas usinas, além do fato de que estando distantes da terra de origem estes migrantes se submetem mais facilmente à disciplina imposta pelas usinas que não apenas estabelecem o ritmo de trabalho como também exigem um comportamento social adequado além dos limites da área plantada.

2.4 Características do modelo taylorista/fordista na agroindústria canavieira da Alta Paulista.

Alojados em galpões da própria usina ou nas cidades – dormitórios da região em imóveis precários, situados quase sempre na periferia, os trabalhadores migrantes são monitorados por encarregados da usina. Qualquer comportamento que se distancie do perfil desejado pela administração usineira pode ser motivo de dispensa: alcoolismo, drogas, visitas às casas "noturnas de entretenimento adulto" (bordéis) e desentendimento em bares são os motivos mais visados para o rompimento de contrato dos trabalhadores migrantes e também locais.

Este procedimento seletivo utilizado pelas usinas da Alta Paulista não é de modo algum uma característica particular na agroindústria sucroalcooleira no estado. Práticas abusivas semelhantes foram registradas por Moraes (1999) na região de Ribeirão Preto, considerada a mais produtiva do agronegócio canavieiro. Relatando parte do conteúdo de uma entrevista concedida pelo supervisor de uma determinada usina, a autora revela que:

> Indagado sobre os problemas de ordem moral ou sexual, este supervisor afirma ter acontecido algumas vezes. Sobre a seleção afirma ser feita por intermédio do escritório, que possui as fichas. Se as pessoas tiverem problemas relativos a brigas, desobediências, greves, são feitas anotações na ficha. Isto impede que a pessoa seja empregada novamente pela usina. A pessoa, segundo ele, fica *fichada* (1999, p. 188).

Percebe-se, assim, que esta atitude seletiva por parte das usinas tem sido a regra e não a exceção no universo do agronegócio sucroalcooleiro paulista. A exigência estabelecida por algumas usinas da região no que concerne ao perfil ideal do trabalhador se mostra bastante eficaz, sobretudo, com a força de trabalho migrante, uma vez que estes trabalhadores já internalizaram o discurso da administração usineira. Um trabalhador migrante ao ser entrevistado afirmou que:

> O sujeito que qué trabaia nem vai atrais de bebe, passiá de noite, ir no bordel e durmi tarde não cumbina cum quem tem de corta 400 metros de cana no outro dia. A genti qué trabaiá e levá o máximo de dinheiro que pudé ganha. Se fo pra diverti a genti só vai faze turismo aqui. (A. D. S. em 15/08/2008).

Não seria exagero afirmar categoricamente que a vigilância empreendida por estes setores da agroindústria no século XXI se aproxima estreitamente da ideologia fordista – taylorista relatada por Antonio Gramsci no ensaio denominado *Americanismo e Fordismo* há mais de setenta anos. Para sustentar nossa afirmativa vale a pena citar dois trechos do referido texto. No primeiro o autor aponta que:

> Na América, a racionalização do trabalho e o proibicionismo estão indubitavelmente ligados: os inquéritos dos industriais sobre a vida íntima dos operários, os serviços de inspeção criados por algumas empresas para controlar a "moralidade" dos operários são necessidades do novo método de trabalho. [...] A expressão "consciência do fim" pode parecer pelo menos espirituosa para quem recorda a frase de Taylor sobre o "gorila domesticado". Efetivamente, Taylor exprime com cinismo brutal o objetivo da sociedade americana; desenvolver ao máximo, no trabalhador, as atitudes maquinais e automáticas, romper o velho nexo psicofísico do trabalho profissional qualificado, que exigia uma determinada participação ativa da inteligência, da fantasia, da iniciativa do trabalhador, e reduzir as operações produtivas apenas ao aspecto físico maquinal. (2001, p.259 – 260).

No segundo:

> A partir deste ponto de vista, é preciso estudar as iniciativas "puritanas" dos industriais americanos tipo Ford. É claro que eles não se preocupam com a "humanidade" e a "espiritualidade" do trabalhador, que são imediatamente esmagadas. [...] As iniciativas "puritanas" só tem o objetivo de conservar, fora do trabalho, um determinado equilíbrio psicofísico que impeça o colapso fisiológico do trabalhador, premido pelo novo método de produção. Este equilíbrio só pode ser externo e mecânico, mas poderá tornar-se interno se for proposto pelo próprio trabalhador, e não imposto de fora; se for proposto por uma nova forma de sociedade, com meios apropriados e originais. O industrial americano preocupa-se em manter a continuidade da eficiência física do trabalhador, da sua eficiência muscular nervosa; é do seu interesse ter um quadro de trabalhadores estável, um conjunto permanentemente afinado, porque também o complexo humano (o trabalhador coletivo) de uma empresa é uma máquina que não deve ser desmontada com freqüência e ter suas peças renovadas constantemente sem perdas ingentes. (2001, 260 – 261).

É claro que as matizes do novo modelo de produção na agroindústria canavieira não se restringem somente às práticas de caráter taylorista – fordista e suas formas

variadas, trás consigo também as marcas do toyotismo, tendência verificada na reestruturação produtiva do capital que não só atingiu o universo fabril como se espraiou no campo, sobretudo, a partir dos anos 90 quando se consolidou a ideologia do agronegócio.

Acerca da subcontratação dos trabalhadores locais visando o término da safra, vale ressaltar que não apenas os trabalhadores de outras usinas que já terminaram suas safras são contratados na condição de "avulso" como também qualquer outro trabalhador volante que se encontra desempregado. O fato de temerem eventuais fiscalizações do Ministério do Trabalho leva algumas usinas a segurarem as carteiras de trabalho desse contingente de cortadores – de – cana.

O argumento utilizado para tal estratégia repousa na possibilidade de ocorrer algum acidente de trabalho com estes volantes ou na visita inesperada de fiscais do trabalho. Assim, caso ocorra alguma eventualidade desta natureza, as usinas registram imediatamente os empregados para evitar qualquer punição por parte do Ministério do Trabalho.

Ainda no que tange ao perfil do trabalhador idealizado pelas usinas, cabe lembrar que as mulheres são alijadas do corte da cana, seja pela incapacidade física alegada pela administração usineira, que compromete a produtividade almejada, seja pelos direitos trabalhistas que as usinas teriam que fazer valer em caso de gravidez. Assim, é muito comum encontrarmos usinas na região da Alta Paulista e no Centro – Sul como um todo, que não contratam mulheres.

No cenário sucroalcooleiro da Alta Paulista serve como exemplo o caso da usina/destilaria Parapuã Agroindustrial, antiga DACAL. Esta empresa não contrata mulheres para o corte da cana há mais de uma década.

Por outro lado, há algumas usinas na referida região que admitem a força de trabalho feminina, como é o caso da Usina FLORALCOOL em Flórida Paulista e da CENTRÁLCOOL situada em Lucélia, entretanto, de acordo com uma trabalhadora local que não quis se identificar o contrato só é definido se a mulher comprovar que não pode mais ter filhos. Esta exigência, se comprovada, se constitui numa violação aos direitos humanos e trabalhistas, é como se para garantir uma vaga no mercado de trabalho criado pela agroindústria canavieira, a mulher precisasse ser castrada.

Na usina CLEALCO em Clementina, situada na região noroeste do estado as mulheres contratadas para o corte de cana precisam acompanhar a média de produtividade desta usina, caso contrário são contratadas somente para o plantio, uma vez que nesta usina a média exigida é de 12 toneladas diárias de cana cortada e muitas mulheres, segundo a empresa, não reúnem as condições físicas ideais para atingir esta produtividade.

Apesar desta usina se localizar na microrregião noroeste do estado, alguns dados relativos à força de trabalho migrante que se encontra a seu serviço serão contemplados em nossa pesquisa, visto que muitos desses trabalhadores residem em Parapuã, Tupã, Iacri e Rinópolis, cidades que pertencem à região da Alta Paulista e que funcionam como cidades dormitórios. Lembrando que a empresa CLEALCO possui filial em fase de implantação em Rinópolis e Tupã, como também em Queiroz, esta última situada também na microrregião da Alta Paulista, daí explica-se a pertinência da utilização dos dados sobre a atuação desta usina.

Portanto, não somente a força de trabalho migrante desta usina se apresenta e participa social, econômica, política e culturalmente do cotidiano de algumas cidades da Alta Paulista como também a própria usina está presente na micro-região em estudo, tanto através dos impostos pagos aos municípios quanto pela quantidade de terras arrendadas para o plantio da cana.

Em termos de dados coletados, convém assinalar a ocorrência de algumas autuações efetivadas pelo Ministério Público do Trabalho a algumas usinas que recrutam trabalhadores migrantes e locais para o corte da cana na microrregião da Alta Paulista, dentre as quais, se destacam a CLEALCO com sua filial em Queiroz e a FLORALCO no município de Flórida Paulista.

Noticiários acerca das condições de trabalho precário e degradante têm sido comuns na mídia regional e nacional. Vale destacar a notícia sobre a autuação desferida pelo Ministério Público do Trabalho à empresa filial da CLEALCO situada em Queiroz:

> Em uma atuação relâmpago que durou cerca de 6 horas, em 9 de outubro, o Ministério Público do Trabalho de Bauru, através dos Procuradores Marcus Vinícius Gonçalves e Luís Henrique Rafael, inspecionou lavouras de cana da Usina Clealco S/A, na cidade de Queiroz, região da Alta Paulista, a cerca de 550 km de São Paulo. A blitz foi feita a pedido do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Tupã,

> cujo presidente, Paulo Oyamada, acompanhou os trabalhos. Nas frentes de trabalho da Fazenda São Bento, arrendada pelo Grupo Clealco, no município de Queiroz, foram flagrados canavieiros usando óculos impróprios, ônibus sem autorização do DER, inexistência de banheiros separados por sexo, ausência de assentos, mesas e abrigo contra intempéries, EPI's deteriorados.
> [...]
> A Ação Judicial distribuída no mesmo dia na Vara do Trabalho de Tupã requer também que a Clealco pague a multa de R$2.484.000,00 (dois milhões, quatrocentos e oitenta e quatro mil reais), devido à comprovação das violações aos direitos coletivos e difusos da classe rurícola, robustamente apuradas e comprovadas em Inquérito Civil que fora instaurado pelo Ministério Público do Trabalho no ano passado, além da multa diária até a regularização das condutas, o que deverá beneficiar os cerca de quatro mil cortadores de cana do Grupo Clealco.
> ***Fonte: Procuradoria do Trabalho Ofício de Bauru*** [24]

Quanto à empresa Destilaria Flórida Paulista – FLORALCO, consta que foi acusada pelo Ministério Público Federal[25] por meio de uma ação civil pública da Procuradoria da República em Marília (a 03 de maio de 2005) de não realizar a correta aplicação dos recursos do PAS – Plano de Assistência Social previsto nos artigos 35, 36 e 37 da Lei nº. 4870 / 65.

Assim, com base na fiscalização do Ministério Público federal foi constatado que os trabalhadores vinculados à citada empresa sucroalcooleira não dispunham dos direitos sociais básicos oriundos do Plano de Assistência Social (PAS), ou seja, permaneciam excluídos de um programa de acesso à saúde, à educação, à moradia, etc.

Ainda durante o ano de 2005, exatos cinco meses após a ação civil pública mencionada acima a empresa voltou aos noticiários devido à explosão de uma greve[26] que movimentou cerca de 1500 trabalhadores:

> Cerca de 1.500 canavieiros da Usina FLORALCO da cidade de Flórida Paulista, próxima à Adamantina – 600 km de São Paulo completaram nesta segunda, dia 17 de outubro, cinco dias de greve.
> As razões da paralisação, iniciada na última quinta, dia 13, são o descumprimento da empresa de todas as cláusulas do acordo coletivo que visam melhores condições de trabalho/salário; preços irrisórios da cana de açúcar e da diária de trabalho, que estão abaixo das lavouras da

[24] Informação obtida em 10/10/2008 no site www.isindical.blogspot.com .
[25] Informação obtida em pdf no site www.prsp.mpf.gov.br/marilia/ no dia 10/10/2008.
[26] Informação obtida em pdf no site www.fetecsp.org.br no dia 10/10/2008.

> região, uma média de R$ 13 por produção e condições precárias de trabalho e de alojamento.
> Segundo Luciana Nunes de Souza, Secretária Geral da Federação Estadual dos Assalariados Rurais do Estado de São Paulo (FERAESP – CUT), as condições dos canavieiros são subumanas. "Eles ganham uma média de R$ 300 por mês, moram em abrigos sem higiene e ainda os patrões os obrigam a pagar água, luz, aluguel e a utilização dos equipamentos de trabalho. Isso é trabalho escravo, portanto, é ilegal", adverte.
> A maioria dos canavieiros é de Minas Gerais, homens e mulheres que chegam a trabalhar mais de 10 horas por dia.
> [...]
>
> Violência
> A paralisação dos canavieiros foi marcada por violência e agressão de policiais militares. No último sábado, dia 15,
> PMs invadiram alguns alojamentos, levaram documentos pessoais e intimidaram os trabalhadores a pararem a greve.
> Segundo Luciana, essa atitude foi um ato covarde da Polícia, já que a greve é um direito constitucional. "Formalizamos queixa contra essa ação e estamos aguardando providências urgentes", finaliza.

A exploração dos trabalhadores observada nas mais diversas mediações (informalização, precarização das formas de trabalho, contratos temporários, terceirização, flexibilidade do trabalho, cooptação, despossessão, repressão, etc.,) é uma realidade mais sentida no século XXI e cabe ao poder público e à sociedade civil tomar os procedimentos cabíveis para coibir estas práticas aviltantes à condição humana.

A crise econômica deflagrada em setembro de 2008 e que assolou a economia de vários países também repercutiu negativamente no setor canavieiro. Portanto, cabe ao Ministério Público do Trabalho, sindicatos e associações, ficarem atentos aos abusos cometidos por esta casta de empresários no tocante aos direitos trabalhistas, uma vez que é justamente em tempos de crise que o patronato mostra a sua face mais sinistra apelando para a "flexibilidade" das legislações trabalhistas.

Assim, torna-se mais intensa a redução da jornada de trabalho e a retração dos salários. Algo que já vem ocorrendo nas montadoras de automóveis e nos mais diversos ramos da indústria no Brasil e em grande parte do globo. Em entrevista[27] concedida recentemente, Ricardo Antunes alertou para o fato de que "no Brasil, a "marolinha"[28] já

[27] Entrevista concedida no Caderno + Mais! no Jornal Folha de São Paulo em 01/02/2009.
[28] Denominação dada pelo presidente Lula aos reflexos, no Brasil, da crise financeira que assolou a economia mundial a partir de setembro de 2008.

desempregou milhares de trabalhadores na indústria, nos serviços e na agroindústria (atingindo até o etanol do trabalho semiescravo)".

2.5 O impacto social da migração em cidades de pequeno porte da alta paulista.

A migração da força de trabalho, advinda do nordeste e de outras regiões do Brasil para atuar na agroindústria sucroalcooleira da Alta Paulista, tem causado mudanças significativas na vida dos habitantes das cidades de pequeno porte da mencionada microrregião.

Como um dos exemplos desse fenômeno, podemos citar o caso do município de Salmorão, alardeado recentemente numa reportagem especial da TV Fronteira (leia-se TV Globo) que foi ao ar nos dias 25/04 e 26/04/2007. De acordo com a reportagem, os moradores do pequeno município já estão sentindo na pele os reflexos da migração da força de trabalho, uma vez que a população de 3.500 habitantes na entressafra aumenta para 4.500 com o início da safra.

Continuando, a reportagem aponta que o reflexo negativo desse surto migratório sem planejamento pode ser verificado no atendimento médico do Posto de Saúde, já que as pessoas amontoam-se nas filas de atendimento médico por volta das 05h30min da manhã em busca de uma vaga. Só que nem todos conseguem atendimento, o que gera revolta nos moradores da referida cidade.

As autoridades responsáveis já solicitaram auxílio da Secretaria Estadual da Saúde assim como da regional de Marília, mas não obtiveram resposta até o momento. O curioso é que o imposto das usinas localizadas na região não é destinado ao município, mas aos municípios vizinhos, uma vez que a localização das usinas se circunscreve nos limites de Lucélia e Flórida Paulista.

Já o reflexo positivo desse fenômeno da migração, de acordo com a reportagem, pode ser sentido no pequeno comércio de Salmorão, assim como nos de outras cidades da região, o que é muito festejado pelos comerciantes.

Outra conseqüência desse fato, que não foi ressaltado pela reportagem, mas que é visível até para o observador menos atento, é o desprezo da população local em relação

aos migrantes. E isso não é exclusividade de Salmorão, pois pode ser notado em todas as cidades de pequeno porte da Alta Paulista.

No município de Rinópolis, que possui cerca de 10.000 habitantes os inquilinos locais já sentem o reflexo negativo da migração quando procuram alugar uma casa para morar. Um imóvel de três dormitórios com sala, cozinha e banheiro poderia ser encontrado há algum tempo atrás por R$ 150, 00, mas depois que os migrantes se estabeleceram na cidade, os imóveis adquiriram valor de cidade de porte médio. Hoje os moradores locais reclamam que não se encontra uma casa nas dimensões citadas para alugar por menos de R$ 400,00. Essa valorização do imóvel pode ser explicada pelo fato dos migrantes se reunirem em grupos de oito ou dez pessoas para dividir os custos do aluguel, o que inviabiliza a locação do imóvel por parte dos moradores locais.

Em Parapuã, município com 10.300 habitantes, a contenda com os migrantes adquire conotações semelhantes, mas também explode na esfera do trabalho, visto que os trabalhadores locais sustentam veementemente que os migrantes não aceitam fazer greve ou qualquer outra tentativa de luta por melhores salários ou condições de trabalho, além de "roubar a vaga" de quem mora na cidade, já que a produção média desses migrantes gira em torno de 10 a 12 toneladas de cana cortada por dia.

Em Osvaldo Cruz, cidade com aproximadamente 30.000 habitantes a contenda dos trabalhadores locais com relação aos migrantes pode tomar outros rumos, visto que o prefeito desta cidade pensa em acatar o abaixo-assinado de seus munícipes prometendo que não mais permitirá o estabelecimento dos migrantes. Fato não comprovado até o momento e que se vier a ocorrer recairá num ato inconstitucional.

Seguindo o exemplo dos osvaldo-cruzenses os trabalhadores locais de Iacri, Parapuã, Rinópolis e Salmorão cogitam entregar para seus respectivos prefeitos documento semelhante a fim de impedir que os migrantes permaneçam nas cidades da região.

Diante deste conflito envolvendo trabalhadores locais e migrantes, três questões se colocam: quando e como o poder público poderá tomar alguma providência que satisfaça as populações locais sem que prejudique os interesses dos migrantes? Seria o caso de construir galpões ou alojamentos de boa infra-estrutura nos limites das usinas da

região?Até que ponto o capital usineiro reafirma a prevalência de seus interesses diante do interesse público nas pequenas cidades da Alta Paulista?

2.6 O conflito trabalhador local / trabalhador migrante na Alta Paulista.

O conflito existente entre o trabalhador migrante e o trabalhador local tem sido evidenciado nas relações sociais de produção no interior das usinas/destilarias da Alta Paulista e repercute também fora do ambiente de trabalho. Uma das principais queixas dos trabalhadores locais reside no fato de que a subcontratação dos cortadores –de – cana de outros estados contribui para a diminuição de postos de trabalho para os trabalhadores locais. De acordo com o depoimento de José Elias, um cortador – de - cana local da usina FLORALCO:

> Depois que os migrantes chegaram ficou mais complicado permanecer no corte da cana. Na maioria das usinas da região tem um limite mínimo de toneladas que a gente tem de cortar. Este limite é medido com base no tanto de toneladas que eles (migrantes) cortam. Na FLORALCO mesmo o limite é de seis toneladas. Se em 90 dias (o prazo de experiência da usina) o cortador não atingir esta média... "facão" nele.

Outro aspecto do conflito entre o trabalhador migrante e local observado na pesquisa de campo reside no tabelamento do preço por metro de cana cortada. Segundo o depoimento de Renato Roberto, também cortador – de – cana local, o preço do metro de cana cortada deveria, por lei, ser estipulado antes de o trabalhador iniciar o corte. No entanto, somente ao final da empreitada diária é que o preço é determinado pela usina.

Nas palavras do cortador – de – cana Renato Roberto:

> De manhã, quando pegamos no eito a gente não vê nenhum tabelamento de preços. O fiscal só fala o preço do metro cortado ao final do dia. Assim, por exemplo, se a gente pega uma cana mista (em pé ou deitada) tem muito peão que sai com prejuízo, pois ao final do dia o preço é colocado com base na metragem do melhor cortador, que geralmente é migrante. O duro é que muitas vezes o melhor cortador pega uma cana fácil de cortar, que é a cana em pé, aí quem pegou a cana deitada sai prejudicado, já que o cara que pega uma cana em pé corta uns 400 ou 500 metros de cana enquanto que outro peão sem sorte pega uma cana deitada e só corta 70 ou 80 metros. Se a cana era pra ser de R$ 0,32 o metro, o fiscal coloca o preço por volta de R$ 0,19. Aí o coitado que

> pegou cana deitada ganha só uns R$ 20, 00 no dia enquanto que o cara que pegou cana em pé ganha R$ 80, 00 ou R$ 100, 00 no dia.

Neste aspecto é interessante notar que a estratégia utilizada pela usina em questão visa à obtenção da maximização do lucro por meio do tabelamento dos preços da cana cortada após a jornada diária do trabalhador. Grande parte dos cortadores – de – cana locais parece desconhecer que os migrantes não são os responsáveis pelo tabelamento abusivo do metro de cana cortada. Como o preço do metro de cana é balizado pelo rendimento do melhor cortador – de – cana, geralmente migrante, os trabalhadores locais atribuem aos primeiros a culpa pelo tabelamento abusivo.

Sobre a estratégia que visa a maximização do lucro obtido pelas usinas de açúcar da região através da pesagem e medição da cana cortada, cabe destacar o depoimento de um ex-fiscal da Parapuã Agroindustrial que pede para não ser identificado:

> A usina já orienta a gente no começo da safra pra não ser tão generoso na hora de medir a cana cortada. Usando o olhômetro a gente mede rápido a cana que o sujeito cortou porque a meta da usina é ganhar o máximo possível em cima do que ele (o trabalhador) produziu. Tem uns peões que são chatos, principalmente os migrantes, no final do dia eu tinha que medir duas ou três vezes a quantidade de cana cortada por um mesmo cortador. (Entrevistado em 21/08/2008).

No que tange ao preço da tonelada de cana cortada, de acordo com os dados obtidos via entrevista, este varia bastante, uma vez que é determinado pela qualidade da cana. No entanto, os cortadores – de – cana entrevistados sustentam que a tonelada tem seu preço determinado também pelo preço do metro cortado, dado que se mostrou de difícil compreensão para o pesquisador.

Em reportagem especial na Folha de São Paulo[29] Magalhães e Silva procuram esclarecer a confusão existente no tocante à pesagem e medição da cana:

> Embora o pagamento seja por peso, o desempenho dos cortadores é aferido por distância. Usinas e fornecedores de cana fixam o peso existente por metro colhido. O peso depende de altura, espessura e outras características da cana. Multiplicam-se os metros colhidos pelo

[29] Notícia veiculada no Caderno + Mais! em 24 de agosto de 2008.

> peso de 1 metro. O resultado é o peso da cana cortada. Este é multiplicado pelo valor da tonelada, determinando o ganho do dia.

Verifica-se na agroindústria sucroalcooleira da Alta Paulista, assim como em todo o país, a descabida utilização de um instrumento primitivo que lesa os trabalhadores no corte da cana. Tal instrumento, o compasso, é feito de madeira, com ponta de ferro e mede cerca de 2 raios. Apesar da fiscalização do Ministério Público do Trabalho esta prática arcaica ainda está em vigência, fato que causa grande insatisfação por parte dos trabalhadores no corte da cana.

A tonelada média de cana cortada por um trabalhador no estado de São Paulo é de 9,3 toneladas por dia. Estudos comprovam que uma tonelada de cana processada serve para encher o tanque de um automóvel com 49 litros. O cortador de cana recebe em média R$ 3,00 por tonelada. Assim, ao final do dia a jornada diária será pouco mais de R$ 27, 00, valor insuficiente para abastecer o tanque de um automóvel.

Acerca da relação existente entre os chamados “gatos” (agenciadores da mão – de – obra do setor sucroalcooleiro) e os usineiros, no decorrer da pesquisa de campo percebe-se que alguns “gatos” recrutam os trabalhadores migrantes nas cidades da Alta Paulista, uma vez que no início da safra desembarca um grande contingente desses trabalhadores. Há algumas safras a subcontratação tinha início lá nos estados de origem dos migrantes, porém, atualmente muitos deles desembarcam na região porque já trabalharam em safras passadas ou em outros casos, tomou conhecimento por meio de algum parente ou amigo que divulgou a promessa de trabalho a mando das usinas.

Durante a pesquisa de campo verificou-se também que o termo “gato” é muitas vezes remetido a outro significado. Muitos trabalhadores se referem aos “gatos” como “encarregados”, o que dá no mesmo. Interessante observar que estes “gatos” também são proprietários de alguns ônibus utilizados para o transporte de trabalhadores, fato que eleva ainda mais o rendimento destas personagens, visto que a usina paga pelo aluguel dos ônibus.

De acordo com os dados obtidos na pesquisa de campo, apenas os “gatos” da usina CLEALCO situada em Clementina, região noroeste do estado, agenciam a subcontratação de migrantes em seus estados de origem. As empresas FLORALCO em Flórida Paulista e Bioenergia S.A. de Lucélia se utilizam da força de trabalho agenciada

pelos “gatos” também, porém, os trabalhadores, migrantes e locais, são arregimentados nas cidades da Alta Paulista por meio da divulgação em carros de som.

Capítulo III

A FLEXIBILIZAÇÃO DO TRABALHO E A ATUAÇÃO DOS SINDICATOS NA ALTA PAULISTA

Capítulo III

A flexibilização do trabalho e a atuação dos Sindicatos na Alta Paulista

> A globalização neoliberal e a internacionalização dos processos produtivos estão acompanhados da realidade de centenas e centenas de milhões de trabalhadores desempregados e precarizados no mundo inteiro. O sistema fordista nos havia acostumado ao trabalho pleno e de duração indeterminada. Agora, ao contrário, um grande número de trabalhadores tem um contrato de curta duração ou de meio expediente; os novos trabalhadores podem ser alugados por algumas horas ao dia, por cinco dias da semana ou por poucas horas em dois ou três dias da semana.
> (VASAPOLLO, L.)

3.1 O processo de reestruturação produtiva do capital na agroindústria sucroalcooleira a partir de meados dos anos 90.

Cumpre nesta terceira parte da exposição, analisar em que medida a flexibilização das relações de trabalho na agroindústria canavieira da Alta Paulista tem influenciado na vida dos trabalhadores bem como na atuação dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs). A análise que se pretende realizar neste espaço será calcada nas transformações que se seguiram na esfera da produção e dos sindicatos na Alta Paulista a partir dos anos 90, tendo como pano de fundo o processo de reestruturação produtiva do capital que atingiu sobremaneira a agricultura brasileira como um todo nos últimos quinze anos, em especial, a agroindústria sucroalcooleira.

Tendo em vista que para a consecução da presente pesquisa procurou-se delimitar apenas uma usina/destilaria da Alta Paulista (Parapuã Agroindustrial, antiga DACAL) faz-se necessário esclarecer que as entrevistas com os membros sindicais foram realizadas no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Parapuã que tem base territorial nesta cidade, estendendo o foco de atuação para Osvaldo Cruz, Sagres e Salmourão.

Já em relação ao grupo de trabalhadores entrevistados, estes foram selecionados na usina/destilaria Parapuã Agroindustrial, porém, optou-se também por entrevistar trabalhadores de outras usinas/destilarias e que residem na cidade de Parapuã, considerada uma das cidades – dormitórios da região.

Como já mencionado anteriormente, os cortadores – de – cana, especialmente os oriundos de outras regiões do país, mudam constantemente de usinas, o que acaba gerando uma mobilidade desta força de trabalho. Portanto, ao discorrer acerca do aspecto migratório na agroindústria sucroalcooleira da Alta Paulista, optou-se por entrevistar os trabalhadores migrantes que atuam ou não na usina/destilaria Parapuã Agroindustrial.

No entanto, ao focalizar a atuação do Sindicato Rural dos Trabalhadores Rurais como representante dos interesses dos trabalhadores do corte da cana, no segundo item deste terceiro capítulo, buscou-se entrevistar um maior número de trabalhadores da Parapuã Agroindustrial, justamente porque a empresa circunscreve-se nos limites territoriais deste município, bem como pertence à abrangência da atuação do STR desta cidade ou ainda porque os trabalhadores migrantes empregados em outras usinas/destilarias estão vinculados a outros sindicatos da região da Alta Paulista.

No que concerne à análise do processo de reestruturação produtiva do capital e seus reflexos na agroindústria sucroalcooleira da Alta Paulista, tema deste primeiro item do terceiro capítulo, utilizando como objeto de estudo de caso a usina/destilaria Parapuã Agroindustrial, as mudanças operadas na agricultura brasileira após os anos 90, trouxeram como característica marcante a tendência hegemônica do agronegócio, redefiniram a política agrícola, alteraram profundamente o espaço rural no que tange à área plantada, sufocaram a pequena produção de tipo familiar e contribuíram decisivamente para aumentar o contingente de trabalhadores expropriados dos meios de produção.

Portanto, ao analisar a situação dos trabalhadores da agroindústria sucroalcooleira na Alta Paulista no final do primeiro decênio do século XXI, é imperioso observar que a modernização agrícola operada durante a última década do século passado se apresenta com cariz conservadora e que está estreitamente vinculada à reestruturação produtiva do capital.

Reestruturação produtiva do capital que abarcou todo o mundo do trabalho, desde o setor automotivo, passando pelo têxtil, calçadista, telemarketing e outros tantos. Inicialmente perceptível nos primeiros anos da década de 80, a reestruturação produtiva

do capital se faz mais sentida durante os primeiros anos da década de 90. De acordo com Ricardo Antunes (2006, p. 18):

> Foi nos anos 90 que a reestruturação produtiva do capital desenvolveu-se intensamente em nosso país por meio da implantação de vários receituários oriundos da acumulação flexível e do ideário japonês, com a intensificação da *lean production*, dos sistemas *Just-in-time* e *Kanban*, do processo de qualidade total, das formas de subcontratação e de terceirização da força de trabalho, da transferência de plantas e unidades produtivas [...].

Verifica-se, de modo mais intenso, a partir da reestruturação produtiva desenvolvida nos anos 90 uma enorme onda de desregulamentação e flexibilização dos direitos sociais, capitaneada pela política de cunho neoliberal que apregoa a desestatização, a terceirização e a conseqüente heterogeneização e fragmentação dos trabalhadores, fato que culminou na intensa precarização do trabalho, uma vez que cresceu consideravelmente o trabalho parcial, temporário e terceirizado. E no setor da agroindústria sucroalcooleira não foi diferente.

Embora a época hegemônica do neoliberalismo seja caracterizada pela predominância de uma economia livre da ação estatal, evidências dão conta de que "*muitos governos atuam como agentes da globalização, criando "vantagens comparativas", desregulando a economia e agindo como parceiros das grandes empresas multinacionais"* (Corsi, 2003). Segundo este mesmo autor:

> Estamos muito longe de uma economia baseada em mercados auto – regulados e integrada em escala mundial. Nesse aspecto, a globalização não passa de uma quimera. O capitalismo não vive sem uma forte presença estatal na economia. Observam-se mudanças nas formas dessa intervenção. Verifica-se, por exemplo, uma alteração na natureza do gasto público, reduzem-se os gastos sociais em nome do controle do déficit público e da inflação, ao mesmo tempo em que ocorre uma explosão da dívida pública, relacionada, em grande medida, à sustentação da especulação financeira. Os mercados, mesmo o exterior, continuam sendo regulados pelo Estado, embora o livre comércio tenha avançado. (2003, p.25)

Apesar de o setor sucroalcooleiro ter vivenciado uma desregulamentação no Governo Collor, por meio da extinção do IAA (Instituto do Açúcar e do Álcool),

verifica-se uma retomada da política protecionista levada a cabo pelo governo federal na segunda metade dos anos 90 quando mais uma crise se instalou nas usinas.

No âmbito do livre mercado, durante esses últimos anos, uma série de medidas de cunho estatal, motivadas por uma redefinição da função do governo na economia brasileira procuraram oferecer a este empreendimento agroindustrial um "planejamento adequado da oferta da matéria – prima, a necessidade de desenvolver um modelo de gestão para esse setor e o mercado de álcool combustível" (MORAES, 2002, p.22).

A modernização da agroindústria sucroalcooleira está intimamente entrelaçada com a modernização industrial ocorrida nas demais esferas empresariais do Brasil, tanto no que diz respeito às novas formas de gestão e organização do capital sobre o processo produtivo quanto às novas formas de gestão e controle do capital sobre o trabalho.

É cada vez mais comum nas usinas de açúcar a implantação de ganhos salariais vinculados à lucratividade e à produtividade onde o trabalhador é considerado "colaborador" da empresa. Assim, por meio de programas desta natureza, como o PLR – Programa de Participação e Lucro nos Resultados – o trabalhador "veste a camisa da empresa" sentindo-se peça indispensável no processo produtivo, com slogans do tipo *"esta empresa também é sua"*, o que configura certamente uma estratégia da empresa visando capturar a *subjetividade operária*[30], conceito de origem taylorista e que se desenvolveu com maior precisão no toyotismo. Assunto que voltará a ser abordado no final deste capítulo.

No que tange aos investimentos em tecnologia observados no setor da agroindústria canavieira, são pertinentes as considerações de Oliveira (2003, p. 85), segundo a qual,

> O aumento da qualidade da matéria – prima tem sido apontado como alternativa para que as empresas do setor obtenham saltos na produtividade industrial. Mas o aumento da eficiência do maquinário fabril, também tem sido de fundamental importância, tanto para o aumento do processo de extração como de integração da agricultura com a unidade processadora.

[30] Alguns estudiosos da agroindústria sucroalcooleira optam pela expressão "Estratégias de Envolvimento", por julgarem que esta expressão seja mais utilizada no cotidiano dos gestores da força de trabalho nas empresas estudadas, como pode ser notado, por exemplo, no estudo de caso de Marcos Lázaro Prado – *Flexibilização e novas estratégias de intensificação e trabalho nas usinas de açúcar e álcool a partir dos anos 90*.

> As tendências sinalizam para a efetivação dos investimentos em tecnologia, novas formas de gestão e controle do processo de trabalho, passando pela automação microeletrônica na planta fabril, pela intensificação do corte mecanizado e mesmo pela sofisticação dos mecanismos de gestão e controle do processo de produção e de trabalho.

A adoção do corte mecanizado em detrimento do corte manual da cana também tem se mostrado como uma das alternativas visadas pelo capital sucroalcooleiro em solidificar o controle do processo de trabalho, uma vez que o corte mecanizado reduz os custos da produção. É este o assunto a ser tratado no próximo item.

3.2 A fragmentação dos trabalhadores na agroindústria sucroalcooleira e os dilemas advindos do corte mecanizado.

Com a adoção do corte mecanizado e o conseqüente desemprego que esta tecnologia acarreta aos cortadores – de – cana, verifica-se que a capacidade de desenvolver e manter uma greve por esta categoria se reduz consideravelmente, visto que não são mais capazes de paralisar as atividades das usinas. A capacidade de realizar uma greve não se encontra mais nesta categoria. Atualmente quem pode se insurgir contra o capital sucroalcooleiro por meio de uma greve que ameace a produção destas empresas são outros profissionais: tratoristas, motoristas de caminhões e de colheitadeiras, técnicos, químicos, etc..

Entretanto, o enfraquecimento do operariado agroindustrial causado pela fragmentação, somado ao medo do desemprego, impede que as ações destes trabalhadores, tanto na esfera do trabalho, quanto na esfera sindical se traduzam em melhorias significativas.

Assim como em outras partes do mundo e em outras esferas de produção, a classe operária tem sido afetada pelo processo de reestruturação produtiva, expressas na flexibilidade das relações de trabalho, na terceirização, na informalidade, no trabalho temporário, na subcontratação e demais formas de trabalho precarizado. Acerca do fenômeno da fragmentação da classe trabalhadora, interessante as observações de Alain Bihr:

> E a fragmentação do proletariado exerce efeitos igualmente negativos sobre a prática de *greve*, reduzindo singularmente sua eficácia. O recurso à subcontratação (principalmente das empresas de serviços) permite, com freqüência, que a empresa que utiliza essa mão – de – obra evite qualquer risco de conflito desse gênero, ou que repasse o risco à empresa que a fornece. Do mesmo modo, a cisão jurídica do coletivo de trabalho resultante do desenvolvimento do trabalho transitório torna mais difícil qualquer eventual apelo à greve, que se proponha valer reivindicações comuns. Sem contar que os trabalhadores temporários podem às vezes furar a greve. (1991, p. 103)

Embora este trabalho utilize como referência as argumentações de Bihr e Ricardo Antunes no que tange à fragmentação da classe operária, é necessário apontar análises que discordam sobre este fenômeno. Vale a pena transcrever um longo trecho que reflete a opinião de Armando Boito Jr sobre este assunto.

> [...] alguns autores têm apontado mudanças que estariam ocorrendo na situação do trabalho e de mercado da classe operária. Firmaram a idéia de que a fragmentação da classe operária seria o elemento básico ou exclusivo para explicar as dificuldades do sindicalismo – o principal seria a diferenciação nos contratos de trabalho (tempo completo ou parcial tempo indeterminado ou tempo determinado, funcionário da empresa ou funcionário terceirizado). Essa tese contém equívocos factuais e teóricos.
>
> A classe operária sempre foi fragmentada pelo grau de qualificação, pelo nível salarial, pelas condições de trabalho, pelo tamanho e poder econômico das empresas em que trabalham os diferentes setores da classe operária, pelo acesso diferenciado a direitos e garantias sociais [...]
>
> O operariado homogêneo é um mito produzido pela observação superficial. De resto, uma segmentação básica e decisiva no momento atual, que tem dividido as classes trabalhadoras frente à política neoliberal, é a segmentação entre trabalhadores do setor privado e trabalhadores do setor público; essa segmentação precede, de muitas décadas, a etapa atual e, no entanto, só agora, devido às condições conjunturais, ela produziu efeitos pertinentes na luta política.
>
> [...] Ou seja, a heterogeneidade e a fragmentação podem ter se acentuado em alguns aspectos, e se reduzido em outros, mas, de qualquer modo, são características constitutivas das classes trabalhadoras e, por isso, não podem explicar o fato novo que são as dificuldades e o refluxo do sindicalismo na atualidade. (1999, pp. 202 – 203)

A crítica de Boito se apresenta de modo contundente e não há como discordar dele sobre este ponto. Entretanto, como o próprio autor aponta, deve-se observar que a época hegemônica do neoliberalismo intensificou sobremaneira a fragmentação da classe operária. Fazemos coro às observações do autor de que, após os anos 90 ocorreu no Brasil, de modo geral, um refluxo do movimento operário causado, sobretudo, pela ideologia neoliberal que se espraiou e se consolidou nas centrais sindicais alcançando posteriormente as camadas populares da população brasileira. A "inércia" da CUT (Central Única dos Trabalhadores) e a cooptação da Força Sindical dentro do contexto neoliberal percebido na última década do século XX alavancou de maneira decisiva o refluxo do movimento operário brasileiro (Boito, 1999).

No que consiste à subcontratação de trabalhadores por empresas prestadoras de serviços na agroindústria sucroalcooleira da Alta Paulista, vale a pena citar um fato no mínimo curioso, verificado na greve realizada pelos canavieiros da usina FLORALCO – Flórida Paulista em 2005, já mencionada no segundo capítulo desta dissertação. Naquela oportunidade os canavieiros grevistas reivindicavam melhores condições de alojamento e salários, uma vez que se encontravam defasados em comparação com o preço médio do metro de cana cortada nas demais usinas da região.

Terminada a greve, dirigida, sobretudo, por migrantes (mineiros, maranhenses e piauienses) a usina depois de atender parte da pauta de reivindicações dos grevistas, demitiu todos os trabalhadores migrantes e desde então não mais admitiu em seus quadros trabalhadores provenientes de outras regiões do Brasil, por julgar que a maioria destes migrantes cria caso, sendo, portanto, "desordeiros" e "encrenqueiros".

Este caso particular destoa do que Alain Bihr apontou no trecho citado acima, quando diz que "*os trabalhadores temporários podem às vezes furar a greve*", porém, as observações do referido autor são muito válidas, principalmente se analisadas sob a luz dos acontecimentos pós-greve no caso da usina FLORALCO – Flórida Paulista. Justamente por medo de futuras retaliações é que uma determinada categoria de trabalhadores não adere de modo unificado às reivindicações que na maioria das vezes são comuns á classe trabalhadora.

No caso desta usina em questão, os trabalhadores locais também se sentiram lesados pelo barateamento do preço da cana e da diária oferecida pela usina, mas este

segmento não apresentou queixas referentes à questão habitacional, uma vez que esta última reivindicação era de exclusividade dos migrantes que estavam residindo em péssimas condições de moradia e de saneamento básico. De comum as reivindicações tinham somente o preço da diária e do metro de cana cortada, sendo a questão da moradia um problema só dos migrantes. A questão habitacional que fazia parte da pauta de reivindicações dos trabalhadores migrantes pode ter sido a clássica "gota d'água que transbordou o copo" naquela ocasião. A atitude da usina um mês após o término da greve justifica o medo dos trabalhadores em aderir de forma unificada à greve.

De modo geral, a sensação que prevalece no tocante à greve é que ao cortador – de – cana cabe apenas se sujeitar aos imperativos das usinas, os quais podem ser traduzidos nas exigências impostas quanto à quantidade de cana cortada manualmente por dia, ao preço irrisório estabelecido pelas usinas no que diz respeito ao metro de cana cortada e à diária trabalhada, à ameaça constante do desemprego, visto que a mecanização contribuiu para o crescimento considerável de em exército de reserva pronto a substituir qualquer grevista de plantão.

No entanto, a história recente de luta dos cortadores – de – cana nos mostra que nem sempre os abusos cometidos pelo capital sucroalcooleiro bem como suas estratégias de envolvimento conseguem paralisar ou minar a resistência desta categoria no tocante às reivindicações. Acerca da Greve de Guariba, episódio de maior relevância no cenário de lutas empreendidas pelos trabalhadores canavieiros nos últimos anos em São Paulo, cabe reproduzir as considerações de Penteado, quando afirma que:

> Se os trabalhadores da cana pouco ou nada resistiram ao processo de proletarização na década de 1970, os fatos acontecidos em maio de 1984 demonstraram que resistiram com paixão à exploração dos usineiros. Impuseram-se no cenário político do país. (...) este episódio significou um momento de auto-formação da consciência dos trabalhadores da cana. Muito significativo para a percepção dos trabalhadores como categoria social. (1995, p.222).

Não seria exagero frisar que a Greve de Guariba é considerada por muitos estudiosos da questão agrária como o momento fundante da formação de consciência de classe dos cortadores – de – cana bem como um marco na tradição de luta da classe

trabalhadora brasileira e que se constitui uma referência para todo movimento grevista canavieiro nos dias atuais.

Retornando à questão do corte mecanizado, destaca-se que a seletividade do trabalhador no corte da cana realizada pelas usinas passa pela quantidade média de seis toneladas diárias, sendo que em algumas usinas exigem-se oito a dez toneladas cortadas. Assiste-se, portanto, uma superexploração do trabalho onde a atividade precarizada, parcial, temporária e terceirizada parece ser a regra e o trabalho estável e com carteira assinada tem sido a exceção.

Importante destacar que a intensificação do corte mecanizado na região da Alta Paulista pode ser considerada, de certo modo, incipiente, uma vez que este processo se desenvolveu com maior intensidade nas regiões mais tradicionais desta unidade federativa como, por exemplo, na região de Ribeirão Preto.

Na região da Alta Paulista, considerada a última fronteira da expansão sucroalcooleira no estado, a intensificação do corte mecanizado adentrou apenas nas usinas de maior capital, não sendo ainda uma realidade mais sentida nas pequenas unidades produtoras. É claro que quase todas as usinas da Alta Paulista trabalham com o corte mecanizado, no entanto, a grande maioria delas possui poucas máquinas colheitadeiras, sendo, portanto, predominante o corte manual da cana.

Na usina que se constitui em objeto de estudo do presente trabalho (Parapuã Agroindustrial), até bem pouco tempo atrás, informações davam conta de que não existiam máquinas colheitadeiras e que toda a cana era colhida manualmente, no entanto, de acordo com informações coletadas junto a alguns trabalhadores e à própria empresa, houve a aquisição recentemente de ao menos duas colheitadeiras.

Paralelamente com o fim das queimadas e a adesão ao corte mecanizado, tendência imposta pelo acordo entre o governo e as usinas, levará, como se sabe, um grande contingente de trabalhadores ao desemprego.

Informações veiculadas na mídia[31] na entressafra davam conta de que a subcontratação de trabalhadores para o corte de cana no interior de São Paulo iria cair 20% na safra 2009 / 2010. Como a data para o fim das queimadas está mais próxima (de 2021 foi antecipada para 2017, depois já houve acordo com as usinas visando 2014) a

[31] Notícia veiculada no *Jornal Nacional* da Rede Globo em 28/03/2009.

tendência é que a colheita mecanizada aumente cada vez mais. Na safra passada 50% da cana foi colhida mecanicamente e a tendência é aumentar ainda mais essa porcentagem.

As empresas do setor, os sindicatos e demais associações envolvidas na questão sucroalcooleira procuram combater o desemprego oferecendo cursos de alfabetização e profissionalizantes para a massa de trabalhadores. São programas de qualificação de mão – de – obra idealizados para realocar este contingente de trabalhadores, entretanto, boa parte não conseguirá se firmar no setor sucroalcooleiro, seja porque as vagas são insuficientes, seja porque a (re) qualificação desta mão-de-obra através do estudo pode variar de cinco a seis anos, tempo demais para quem precisa de resultados imediatos.

Nas cidades que comportam atividades setoriais como o de calçados, têxtil, metalurgia, alimentação e outras esta realocação se dará mais facilmente, mas naquelas que dependem demasiadamente do setor sucroalcooleiro as mudanças serão mais dramáticas.

Nas cidades de pequeno porte, muitas da Alta Paulista, que não concentram unidades industriais a dependência em relação ao setor sucroalcooleiro é maior ainda e, além disso, faltam programas de requalificação da mão – de – obra volante e a lavoura diversificada encontra-se ameaçada pela expansão dos canaviais. Sobre esta dificuldade de reabsorção da força de trabalho canavieira para outros setores o presidente do STR de Parapuã aponta que:

> A gente não sabe o que fazer neste "corredor da fome"[32]. Veio a cana e melhorou a situação de muitas famílias que viviam miseravelmente. Hoje o pessoal que atinge os 18 anos engrossa o contingente de canavieiros porque não têm alternativa, vão todos para o setor de corte de cana. [...] E o que acontece? Acabando o corte manual o que vamos fazer para absorver toda esta mão – de – obra desempregada? Nesta região há poucas idéias que podem achar solução para esta problemática. Nós não sabemos o que fazer. Eu acompanhei os casos de mecanização do corte de cana em Piracicaba, Limeira, Americana, Ribeirão Preto e Sorocaba. Lá essas cidades absorveram a mão – de – obra porque muitos trabalhadores encontraram emprego nos outros setores e aqui só Deus pra dar jeito porque nós estamos de mãos atadas, não sabemos o que fazer. (Entrevista feita no dia 15 / 07 / 2009)

[32] Termo pejorativo da Alta Paulista que foi cunhado por um colunista da Folha de São Paulo em 1989.

Ainda acerca da mecanização da lavoura canavieira, convém lembrar que no ano de 2007 as vendas de colheitadeiras[33] bateram recorde no Brasil, com 645 unidades comercializadas, o que configurou num aumento de mais de 100% se comparado ao ano anterior. A quantidade de máquinas colheitadeiras alcançava naquele momento 2.263 unidades, sendo que a grande maioria se localizava nas usinas do Centro – Sul.

No ano de 2008 estimativas da UNICA [34]falavam na supressão de 114 mil postos de trabalho nas lavouras de cana – de – açúcar no Estado de São Paulo. Assim, dos 189, 6 mil postos de trabalhos manuais observados em 2008 despencariam, segundo esta estimativa, para praticamente zero na safra 2020 / 2021, ao passo que as ocupações mecânicas avançariam de 15, 5 mil para 70, 8 mil.

Segundo Marcos Jank, presidente da UNICA, o desemprego no campo obrigará o setor sucroalcooleiro a passar por uma nova fase, uma fase de requalificação. Para alguns sindicalistas da região de Ribeirão Preto, a exemplo do presidente do STR de Parapuã, os cursos de qualificação não serão suficientes para solucionar a alta do desemprego.

Seja como for, o Protocolo Agroambiental, que faz parte do Programa Etanol Verde, um dos 21 projetos estratégicos da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, pode acelerar a aquisição de um maior número de colheitadeiras pelas usinas da Alta Paulista, uma vez que este acordo entre o poder público e as empresas tem como objetivo antecipar a eliminação das queimadas nos terrenos com declividade até 12%, de 2021 para 2014. No tocante ao prazo para a eliminação da queima em áreas com declividade superior a 12% a data prevista é 2017, segundo a UDOP (União dos Produtores de Energia).

A eliminação da queima da palha e a crescente mecanização no setor trarão inevitavelmente vários desafios para a classe trabalhadora canavieira da Alta Paulista, uma vez que a maciça maioria dos cortadores – de cana são desqualificados perante o mercado de trabalho. A saída de cena do trabalho manual no corte da cana significa a entrada de um imenso contingente de trabalhadores no já saturado exército de reserva.

[33] Notícia veiculada no Jornal Folha de São Paulo em 15 de junho de 2008.
[34] Notícia veiculada no Jornal Folha de São Paulo em 11 de abril de 2008.

As ações empregadas pelo Estado e pelo capital no que tange à certificação ambiental não passam de estratégias para assegurar as taxas de acumulação, de reprodução e controle social do capital sobre o trabalho. Acerca do papel desempenhado pela Câmara Setorial Paulista Sucroalcooleira na questão da técnica e da tecnologia empregada no corte da cana – de açúcar visando se adequar às necessidades do desenvolvimento sustentável, Thomaz Jr argumenta que:

> A dimensão e o conteúdo dos formatos do empreendimento do capital, anunciados, nesse caso *travestidos* de desenvolvimento sustentável – quando das preocupações dos empresários em diversificar a produção e ampliar os nichos de mercado –, por exemplo, por meio da certificação ambiental, deve ser compreendido como novos elementos que compõem o sistema de controle do capital. A Câmara Setorial (...) é pois, um instrumento de exercício do controle social que não produziu efeitos diretos e imediatos sobre as pautas que chamou para si prioritárias, tais como, por exemplo, o disciplinamento do corte mecanizado e da despalha da cana – de – açúcar, mas alavancou os caminhos para a consumação de um *novo modus vivendis* ou novo ambiente institucional, entre capital, Estado e trabalho na agroindústria canavieira em São Paulo. (2003, p.96).

Verifica-se assim, parte de um conjunto de medidas que favorecem o capital sucroalcooleiro na elevação dos índices de produtividade, na acumulação sistemática das taxas de lucratividade, assegurando espaço no mercado externo tendo como braço – forte o Estado, ao passo que a massa trabalhadora procura se desvencilhar da subproletarização e do desemprego recorrendo às entidades de representação organizativa dos trabalhadores rurais, que por sua vez, encontram-se fragmentadas.

3.3 A crise do sindicalismo rural. O STR de Parapuã – SP em questão.

No tocante à atividade sindical desempenhada na Alta Paulista, no caso o STR de Parapuã, os dados ora apresentados foram coletados através de entrevista com o presidente desta organização. Importante ressaltar que as variáveis desta pesquisa qualitativa e quantitativa basearam-se num estudo realizado por pesquisadores do IEA (Instituto de Economia Agrícola) realizado há mais de 13 anos.[35]

[35] O Sindicato de Trabalhadores Rurais na Região de Nova Alta Paulista. *Informações Econômicas, SP, v. 26, n. 6, jun, 1996.*

Assim, boa parte das questões foi formulada com o intuito de identificar a base territorial do sindicato, a quantidade de sindicalizados, as categorias de trabalhadores filiados, estrutura e infra – estrutura na qual se amparam, as categorias de trabalhadores predominantes na organização do sindicato, despesas com administração e organização, além dos desafios e perspectivas do trabalho que se colocam como meta da entidade nos dias de hoje.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Parapuã surgiu no contexto de uma crise verificada no setor cafeeiro, algo que se estendia desde a *geada* que atingiu a região em 1976, já relatada anteriormente neste mesmo trabalho. Assim, a fundação desta entidade se deu por meio da influência política de meeiros do café em 06 de novembro de 1985, no entanto, só foi reconhecida oficialmente a 26 de junho de 1986.

Como já mencionado anteriormente, a base territorial deste sindicato abrange os municípios de Parapuã, Osvaldo Cruz, Sagres e Salmourão, tendo como sede Parapuã. Na época em que foi realizado o estudo do IEA (junho de 1996) a sede deste sindicato ocupava o prédio da prefeitura e atualmente, há mais de um ano, ocupa prédio próprio. Quanto às bases territoriais, na cidade de Osvaldo Cruz não há sede própria, em Salmourão o atendimento é feito num gabinete dentário e na cidade de Sagres não existe nenhum prédio vinculado à base territorial do sindicato.

Acerca das gestões desta entidade representativa, o presidente Francisco José da Silva revelou que, em 23 anos foram seis mandatos, todos sob a sua gestão. Ao final do ano que se finda o sindicato passará por mais uma eleição, tendo como candidato novamente o presidente da atual gestão que concorrerá ao pleito com seu vice.

De acordo com o depoimento do presidente deste sindicato, o seu vice manifestou grande desejo de se tornar presidente. Assim, durante a entrevista o presidente deixou no ar a sensação de que o movimento sindical naquela unidade estava "relativamente rachado", visto que o vice – presidente do STR de Parapuã e o presidente do STR de Tupã (Paulo Ayamada) fizeram junto ao Ministério do Trabalho uma denúncia na qual acusavam a gestão atual deste sindicato de ter doado 9000 reais à Santa Casa de Misericórdia de Parapuã. Dinheiro que segundo os denunciantes deveria ser direcionado aos gastos do sindicato em ações que beneficiassem tão somente os rurícolas.

Sobre o número total de trabalhadores sindicalizados, incluindo todas as categorias, o presidente do sindicato informou que são cerca de 1800. Sobre o número de trabalhadores sindicalizados em dia revelou que:

> Continua 1800. Por quê? Por que são descontados em folha. Nós proporcionamos desconto em folha porque hoje houve uma mudança, pelos computadores, não tem como os trabalhadores virem aqui pessoalmente pagar a sua contribuição mensal. E nem viriam, mesmo que tivessem uma melhora salarial, pois por algum motivo eles não viriam. Por isso que o uso da informática facilitou o pagamento da contribuição mensal do trabalhador, assim é descontado automaticamente. (Entrevista no dia 15/07/2009)

No que se refere à assistência sindical, esta se caracteriza, como jurídica (aposentadoria) e despachante. Nas palavras do presidente daquela entidade:

> A assistência é ampla aqui no sindicato, é jurídica, lidamos com a aposentadoria, é despachante, mas advogado a gente só trabalha nas emergências, não diretamente. Eu acho que o sindicato tem total poder de conciliação e entendimento, então nunca pensei em usar um advogado no cotidiano, só mesmo quando há a necessidade usamos o advogado. Na questão do despachante, como tudo hoje é pela internet não tem muito que fazer nessa área, quando alguém procura por este atendimento a gente dá encaminhamento através da internet. (Entrevista no dia 15/07/2009)

Durante a entrevista ficou evidente que as ações desempenhadas pelo sindicato no tocante ao atendimento dos trabalhadores pautavam-se no assistencialismo. Evidencia-se ainda a política conciliatória do STR de Parapuã, mais preocupado em estabelecer um acordo amigável entre o capital usineiro e os trabalhadores do que necessariamente partir para um enfrentamento. O comportamento conciliatório pautado no entendimento entre os operários e o patronato neste município não surpreende, uma vez que o *sindicalismo propositivo* é uma realidade no Brasil desde o início dos anos 90.

Discorrendo sobre as mudanças na política sindical da CUT no contexto do surgimento "tardio" do neoliberalismo no Brasil, Boito apresenta uma clara definição do *sindicalismo propositivo*:

> O sindicalismo propositivo é [...] um sindicalismo que pretende elaborar propostas que interessariam tanto aos governos neoliberais e às empresas quanto aos trabalhadores. Acredita ser possível conciliar a burguesia com os trabalhadores e os trabalhadores com o neoliberalismo. [...] Hoje, a hesitação frente ao neoliberalismo dissemina, nos sindicatos, a idéia de que não há caminho alternativo à situação econômica do país, o que desestimula a luta reivindicativa nos sindicatos. (1999, p.144)

Prioriza-se assim uma linha de ação voltada para a conciliação, entendimento ou harmonia dos interesses do proletariado e da burguesia, como se nesta correlação de forças os dois pólos estivessem em igualdade de condições. O STR de Parapuã não foge à tendência conciliatória do *sindicalismo propositivo* que tomou conta da CUT a partir dos anos 90, muito embora seu presidente se encontre filiado à Força Sindical, central surgida de uma corrente sindical de direita denominada por si mesma como "sindicalismo de resultados". Sobre o papel da Força Sindical desde sua fundação é interessante reproduzir alguns comentários de Boito a este respeito:

> A Força sindical deve ser considerada, ao mesmo tempo, uma central pelega, cujos dirigentes têm uma atuação governista, e neoliberal, porque esses dirigentes apóiam-se, de fato, na adesão passiva de parte dos trabalhadores à ideologia do neoliberalismo.
> [...] O chamado sindicalismo de resultados e sua sucessora, a Força Sindical, sempre foram dependentes dos governos.
> [...] O papel da Força Sindical em apoio à política neoliberal tem sido muito importante no processo de privatização e no processo de desregulamentação do mercado de trabalho. (1999, pp. 182 – 186)

No que se refere aos gastos obtidos com a organização e administração do STR de Parapuã, de acordo com informações coletadas via entrevista, giram aproximadamente em torno de 70% na organização e 30% na administração. A justificativa para tal proporção está, segundo o presidente, amparada no fato de que recentemente as despesas se concentraram na construção da sede própria desse sindicato.

Outra justificativa dada pelo dirigente refere-se ao contexto da crise financeira iniciada em setembro de 2008 nos Estados Unidos e sentida de modo mais abrupto no Brasil a partir de dezembro do mesmo ano até os dias atuais. Segundo o dirigente, a crise instalou-se por setor e como o setor sucroalcooleiro é o que comporta todo o montante da contribuição confederativa percebida pelo STR de Parapuã, este último encontrou

dificuldades para se organizar. Sobre a crise no setor sucroalcooleiro o entrevistado ressalta que:

> A crise é por setor. No setor automobilístico a ausência do IPI proporcionou o crescimento das vendas de automóveis porque o setor estava passando por dificuldades, até para a manutenção dos empregos, e no setor sucroalcooleiro seus empresários plantaram cana de mais, foram muito gananciosos e por isso muitos se arrebentaram, por isso a crise é por setor, você não vê no atual momento nenhum banco brasileiro quebrando por causa dessa crise. (Entrevista no dia 15/07/2009)

Sobre o impacto que a crise do setor sucroalcooleiro provocou no STR de Parapuã o dirigente foi enfático:

> As empresas do setor sucroalcooleiro, é importante frisar, descontaram já quatro meses da folha de pagamento dos trabalhadores a contribuição sindical e não repassaram para as instituições que são: o sindicato, à confederação e federações e também às centrais sindicais que levam a fatia desse valor das contribuições sindicais. Nós estamos indo com calma para que eles paguem os nossos trabalhadores e que depois possam voltar a receber esse valor que lhes é de direito e que estas empresas estão devendo. (Entrevista no dia 15/07/2009)

Vale observar que durante a entressafra foi veiculado na imprensa local e regional o descontentamento dos trabalhadores das empresas Parapuã Agroindustrial e Bioenergia S.A., esta última localizada nos limites territoriais de Lucélia e que têm como sindicato a base territorial de Osvaldo Cruz, pertencente ao STR de Parapuã.

Segundo os noticiários, o não pagamento do FGTS (Fundo de garantia do Tempo de Serviço) aos rurícolas da cana – de – açúcar e o "calote" nos arrendatários de terras foi causado pela crise financeira mundial que começava a se introduzir no setor sucroalcooleiro. O caso foi levado pelos trabalhadores da Bioenergia ao STR base de Osvaldo Cruz, que decidiu formalizar um termo de Ajustamento de Conduta entre empresas e trabalhadores. Quanto aos trabalhadores da Parapuã Agroindustrial houve sim um descontentamento, porém, os detalhes do caso não chegaram á imprensa local e regional.

O fato é que em virtude da crise financeira mundial as exportações do álcool brasileiro declinaram justamente quando dezenas de empresas do setor sucroalcooleiro entraram em funcionamento, sendo que algumas aumentaram a produção, e outras, como afirmamos anteriormente neste trabalho, prolongaram sua safra porque não conseguiram colher toda a cana plantada na safra 2008/2009.

O declínio da exportação alcooleira e o conseqüente desaquecimento da agroindústria sucroalcooleira podem ser explicados também pelo baixo preço do petróleo, uma vez que quanto menor o preço do barril de petróleo menos vantajoso se torna o etanol. De acordo com a UNICA[36], durante 2007 o barril de petróleo valia US$ 70. Em 2008 alcançou aproximadamente US$ 150 e no início deste ano caiu para US$ 50. Além disso, no mercado externo (Estados Unidos, Alemanha e Japão) as tarifas de importação do etanol brasileiro ainda não conseguiram uma redução que permitisse fortalecer ainda mais esse setor em curto prazo.

Não obstante a queda dos preços do petróleo, a superprodução causada pelo entusiasmo empresarial sucroalcooleiro e a crise econômica mundial terem lançado previsões pessimistas para a agroindústria sucroalcooleira, permanece o crescimento desordenado da área plantada e a proliferação das instalações das empresas sucroalcooleiras na região Centro – Sul do Brasil. Mesmo em face da crise financeira que assolou a economia mundial, das 86 usinas que seriam implantadas em 2009 no Centro – Sul (previsão feita pela ÚNICA em 2007) 20 entrarão em operação neste ano e 15 entrarão em safra em 2010.

Os representantes do capital sucroalcooleiro insistem na necessidade de frear os investimentos no que se refere à implantação de novas plantas fabris, porém, o que se observa é que tal medida se reflete também no âmbito do trabalho, uma vez que a crise financeira mundial serviu de justificativa para o atraso do FGTS dos trabalhadores e a não – observância de outros direitos trabalhistas, o não – pagamento de aluguel referente às terras arrendadas e mais recentemente (junho de 2009) a dispensa de 520 rurícolas na Parapuã Agroindustrial, assunto que será abordado mais adiante neste trabalho.

Retornando à análise da atividade sindical desempenhada pelo STR de Parapuã, cumpre colocar em destaque a composição dos sindicalizados na sua base territorial. As

[36] WWW.udop.com.br Site acessado em 19/07/2009.

categorias de trabalhadores sindicalizados que predominam na base territorial desse sindicato são os pequenos produtores enquadrados na agricultura familiar, os assalariados rurais, incluindo todos aqueles que trabalham na canavicultura como, por exemplo, os tratoristas, cortadores – de – cana e auxiliares de serviços gerais.

Na direção do STR de Parapuã a categoria de trabalhadores que predomina é a de agricultor familiar, no entanto, diante da nova eleição para a direção do sindicato, a ser realizada no final do ano, existe a possibilidade, segundo o presidente, de incluir na chapa situacionista integrantes da categoria assalariados.

Sobre a representatividade do sindicato e à manutenção do mesmo, propiciada pelo recebimento da contribuição confederativa na folha de pagamento dos trabalhadores, o presidente do STR de Parapuã revelou existir uma disputa acirrada com sindicatos de outros setores de serviços no que tange ao recebimento da contribuição confederativa dos trabalhadores enquadrados na esfera técnica e dos transportes. Segundo o presidente do STR de Parapuã:

> A gente está tendo um problema sério, alguns dirigentes vieram de outros Estados e se acomodaram aqui como diretor sindical representando condutor de veículos, de transporte rodoviário e estão tirando a manutenção dos sindicatos dos trabalhadores rurais. Assim, os tratoristas e outros profissionais que mexem com outras áreas estão aos poucos passando a ser representados pelos sindicatos dos rodoviários. Por isso, estamos entrando com uma briga judicial para resguardar o que está na CLT como direito adquirido do trabalhador rural, aquele que vive na área rurícola. Estão entrando na nossa base porque sabem que a daqui a quatro anos não haverá mais cortador – de – cana e assim poderão enfraquecer os Sindicatos de Trabalhadores Rurais, já que ainda continuamos a representar, mesmo que em menor número, os tratoristas, os bituqueiros, os que trabalham na vinhaça, os que passam veneno, etc.. Esses dirigentes querem tomar pro Sindicato do Álcool, da Alimentação e dos Rodoviários toda a contribuição confederativa desses trabalhadores e deixar a gente numa situação precária. Isso é geral, todas as unidades agroindustriais estão tendo problemas assim, inclusive a Parapuã Agroindustrial. [...] Inclusive tem tratorista daqui, que pertence a nós está pagando contribuição ao Sindicato de Condutor de Veículos de Dracena.

A preocupação do presidente dos STR de Parapuã faz sentido justamente quando se constata a dependência dos pequenos sindicatos com o setor sucroalcooleiro. Considerando-se que o carro – chefe da contribuição confederativa no sindicato é o setor

sucroalcooleiro, a mecanização do corte da cana acarretaria sérias dificuldades para a manutenção da entidade, uma vez que os profissionais da esfera técnica da produção sucroalcooleira passariam a ser representados por outras instituições e a grande massa de cortadores – de – cana desempregados deixariam de contribuir com o sindicato.

Acerca da fragmentação das categorias de trabalhadores do setor sucroalcooleiro operada no âmbito sindical, cabe ressaltar as considerações de Oliveira:

> Na agroindústria sucroalcooleira, de modo particular, essa fragmentação se expressa nos trabalhadores rurais (cortadores de cana), nos trabalhadores ligados ao processo fabril (químico e alimentício) e nos trabalhadores do setor de transportes das empresas (condutores, motoristas, tratoristas, etc.). Desse modo, o trabalho fraciona-se no âmbito categorial e personaliza-se no âmbito corporativo. (2003, p.100)

Esta preocupação acompanhada por incertezas quanto à manutenção do sindicato com base na sustentação financeira da contribuição sindical, não é exclusividade do STR de Parapuã, visto que outros STRs no interior de São Paulo, sobretudo aqueles com menor número de sindicalizados, dependem em demasia do setor sucroalcooleiro. Para fins de esclarecimento sobre a contribuição sindical, Oliveira fornece informações elucidativas a este respeito:

> São estes, o imposto sindical e o imposto assistencial: o imposto sindical constitui-se num desconto compulsório que é fixado com base num dia de trabalho, conforme o disposto nos artigos 580 e 582 da CLT e no artigo 8º da Constituição Federal. O imposto assistencial é fixado em assembléia no mês da data-base, ou através de convenção ou acordo coletivo. Ambos são recolhidos pelos próprios sindicatos, mas não são repassados às suas instâncias superiores (federações e confederações). Além destes, a Constituição Federal instituiu (art. 8º-, inciso IV) outro mecanismo contributivo, qual seja, a contribuição confederativa, a qual é descontada na folha de pagamento e repassada percentualmente às federações e confederações. (2003, p.100)

Voltando a atenção ao STR de Parapuã no que concerne a sua atuação, o presidente da entidade informou que a opção de greve entre os assalariados do setor canavieiro é restrita. Segundo o entrevistado, o sindicato procura estratégias que

viabilizem o diálogo conciliatório entre trabalhadores e usineiros, uma vez que o recuo da entidade garante a permanência dos empregos no setor.

Interessante notar que na época da entrevista a Parapuã Agroindustrial estava devendo há três meses o ticket Vale refeição e o sindicato estava tendo muitas dificuldades para lidar com o descontentamento entre os trabalhadores. Como já ressaltado anteriormente, o STR de Parapuã procura através de um *sindicalismo propositivo*, desenvolver uma política conciliatória que possa amenizar as tensões entre o patronato e os assalariados.

A busca pela ampliação das bases territoriais dos STRs, ligados à FETAESP, no Estado de São Paulo obedece na maioria das vezes ao desejo de arrecadar cada vez mais por meio da contribuição mensal dos trabalhadores, uma vez que "acreditam que quanto maior o domínio territorial maior a arrecadação e a assistência prestada ao trabalhador" (Oliveira, 2003, p.109). A imobilização, a permanência ou a acomodação das lideranças sindicais por muito tempo à frente desta entidade representativa permite ao capital sucroalcooleiro subjugar livremente o trabalhador rural. Um exemplo ilustrativo presente em nosso trabalho é, como afirmamos anteriormente, a permanência do presidente Francisco José da Silva no STR de Parapuã desde a sua fundação, ou seja, 23 anos.

A consubstanciação dos diversos interesses de pequenos produtores, de parceiros e de rurícolas assalariados presentes nos STRs ligados à FETAESP constitui-se, para muitos estudiosos da questão sucroalcooleira[37], como também para a FERAESP (Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo) um antagonismo, visto que para os críticos a congregação de patrões e trabalhadores num mesmo sindicato é quase um contra - senso.

Foi a partir de tensões políticas entre as lideranças no interior da FETAESP no final dos anos 80 que surgiu a FERAESP, categoria sindical que reivindicou para si a especificidade de representar os assalariados rurais, não apenas do setor sucroalcooleiro, como também de outros segmentos do conjunto agropecuário desta unidade federativa. Uma das características da atuação dessa instância sindical é a sua organização por local de trabalho. Conforme Thomaz Júnior:

[37] Thomaz Júnior (2002) e Ana M.S. de Oliveira (2003).

> Enquanto questão precípua, tanto para os SER's como para a Federação, a organização dos sindicatos e dos trabalhadores a partir da base, está assentada nos locais de trabalho - local privilegiado da exploração capitalista, ou o seu território de ação - e fundamentada no entendimento amplo do enquadramento sindical onde, desde o início, defrontou-se com predisposições e, sobretudo, reações corporativas. (2000, p.24)

Assim, a atuação dos SERs (Sindicatos dos Empregados Rurais) não ficou circunscrita apenas no limite territorial dos municípios, como também passou a figurar nas frentes de trabalho, independentemente destas últimas se localizarem ou não na extensão de base territorial dos STRs vinculados à FETAESP. Este fato gerou contendas sindicais – corporativas que refletiram "no âmbito dos trabalhadores e do próprio movimento sindical" (Oliveira, 2003, p.113).

A crise política entre os STRs e SERs ligados, respectivamente à FETAESP e á FERAESP, pela disputa por representação dos trabalhadores rurais ganhou em 2001 mais uma concorrente: a FERCANA (Federação dos Empregados Rurais no setor Canavieiro do estado de São Paulo). Para as lideranças da FERCANA o trabalhador rural canavieiro não é representado coerentemente pela FETAESP e nem pela FERAESP, uma vez que ambas representam várias categorias de trabalhadores rurais, daí resulta a necessidade, segundo seus dirigentes[38], da criação de uma federação que represente exclusivamente os canavieiros.

Até meados de 2003 a FETAESP contava com 180 sindicatos filiados no Estado de São Paulo ao passo que a FERAESP contava com 43 e a FERCANA detinha apenas 23. No entanto, informações[39] recentes apontam que o número de sindicatos controlados pela FETAESP, que é ligada à Força Sindical, diminuiu para 150 enquanto que a FERAESP já apresentava 56 entidades filiadas. Os números indicam uma evolução da quantidade de sindicatos filiados à FERAESP em detrimento de uma ligeira diminuição dos sindicatos filiados à FETAESP.

[38] Curiosamente, o presidente da FERCANA – Mauro Alves da Silva – já esteve na presidência da FETAESP.
[39] A informação foi coletada no site www.f.sindical.org.br em 27/02/2008.

3.4 As reivindicações dos assalariados rurais do setor sucroalcooleiro no último qüinqüênio.

No que tange à atuação do STR no âmbito da agricultura familiar, o presidente da entidade revelou que, após o corte da cana, na entressafra, as ações se direcionam para a organização do empreendimento agrícola dos pequenos proprietários visando ao fortalecimento da agricultura familiar. Para tanto, o sindicato trabalha em parceria com o SEBRAE (Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de São Paulo), a CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), a Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Estado de São Paulo, o MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) e a CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento).

Essa parceria com outras instituições favorece, segundo o presidente, a criação de um conjunto de medidas que beneficiem a produção dos pequenos e médios agricultores pertencentes ás bases territoriais do sindicato. Durante a entrevista, a direção do STR de Parapuã criticou duramente a Cooperativa dos Agricultores de Parapuã alegando que a mesma não contribui para o fortalecimento da agricultura familiar no município. Na visão do entrevistado, a cooperativa deveria ser uma cooperativa de idéias para o fortalecimento da agricultura familiar e não uma cooperativa voltada apenas para a venda de produtos.

A respeito do PRONAF – Programa Nacional de Reforma Agrária – e os benefícios que este programa poderia trazer para o pequeno agricultor, o dirigente do STR de Parapuã afirma que:

> O PRONAF é uma solução e uma opção, mas não temos aí o preço mínimo e a garantia do produto. Antigamente a gente tinha a garantia do produto, se você fazia um financiamento você tinha como saber que o Governo atuava em cima do preço mínimo do produto dele. Então ele assegurava o preço mínimo. Hoje não tem como você ter a mesma garantia. Então é a lei da oferta e da procura. O agricultor adere ao PRONAF e muitas vezes gasta exageradamente ou não faz o que deveria ser feito porque não tem à disposição um acompanhamento técnico, ficando, portanto, à mercê das incertezas do mercado, por isso muitos agricultores hoje estão enterrados no PRONAF. Isso é uma falha do Governo Federal e de todas as instituições envolvidas nesse programa, que é bom, mas em muitos municípios como Parapuã não tem uma fiscalização nem tampouco uma assistência técnica ao

> agricultor, voltada para o custeio e o financiamento da produção. (Entrevista realizada em 15/07/2009)

De acordo com as informações coletadas via entrevista, a atuação do sindicato no âmbito da agricultura familiar está condicionada à parceria de outras instituições no que se refere ao auxílio prestado aos pequenos produtores. Apesar de trabalhar em parceria com as instituições que mencionamos acima, o STR de Parapuã alega que as condições de adubação, preparo do solo, colheita e produção são em si muito precárias. Daí deriva, nas palavras do dirigente sindical, a necessidade de uma assistência técnica que permita ao agricultor produzir com segurança e qualidade, o que não vem ocorrendo com boa parte de pequenos agricultores, visto que se encontram seriamente endividados com as instituições bancárias.

A ausência de uma assistência técnica à agricultura familiar causa estranheza pelo fato de que no município de Parapuã existe uma unidade da CATI (Coordenadoria de Assistência Técnica Integral). Questionado acerca da relação do STR com a CATI o dirigente sindical respondeu que as instituições não trabalham em parceria e que cada qual procura realizar o seu trabalho separadamente.

Nos últimos cinco anos, dentre as principais reivindicações do assalariado rural sucroalcooleiro, o maior êxito obtido foi, segundo o presidente do sindicato, a folga aos domingos. Nas palavras do dirigente:

> Através do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Parapuã e do apoio incondicional do Senador Eduardo Suplicy nós conseguimos que na região da Alta Paulista, desde o município de Tupã até Dracena, que em nenhuma usina se cortasse cana aos domingos. Enviamos com a ajuda do senador, um ofício ao Ministério do Trabalho de Presidente Prudente e ao Ministério do Trabalho em Marília e à Delegacia Regional de São Paulo informando aos Fiscais do Trabalho que aqui não se corta cana aos domingos. É o único lugar no Estado que acontece isso. Mas na UNIÁLCOOL pode. Lá na região de Guararapes, na região noroeste, eu propus isso, mas me puseram pra correr de lá. (Entrevista realizada em 15/07/2009)

O dirigente revelou ainda que outra norma trabalhista respeitada na Alta Paulista é o horário em que se encerram as atividades no corte da cana. Após as 15: 20 nenhum trabalhador corta cana. Vigora ainda outra norma. Denominada de *pausa ergonômica*,

esta paralisação ocorre durante 15 minutos e visa melhorar as condições de trabalho no corte da cana, uma vez que muitos trabalhadores sucumbiram nos últimos anos em virtude do desgaste físico exigido nesta atividade.

Como não estava sendo devidamente respeitada a *pausa ergonômica* na Parapuã Agroindustrial na safra de 2008/2009 o STR de Parapuã levou ao conhecimento do Ministério Público do Trabalho de Bauru. Assim, ficou estabelecido que a pausa ergonômica fosse paga e discriminada em linhas separadas no holerite para que o trabalhador percebesse que aquela pausa estava sendo remunerada. Assim, a primeira pausa ergonômica ficou estabelecida entre 09h e 09h15min min. e a segunda das 13h às 13h 15min.

Ainda sobre as conquistas do trabalhador assalariado do setor sucroalcooleiro, o dirigente do STR de Parapuã se mostrou muito entusiasmado em afirmar que seu sindicato foi o primeiro da região da Alta Paulista a conseguir para o trabalhador deste segmento o direito à cesta básica, ao ticket alimentação e a incorporação de 4% do PLR (Participação nos Lucros e Resultados). Entretanto, acerca deste programa, o entrevistado afirma que:

> Esta Participação nos Lucros e Resultados estava sendo uma enganação para o trabalhador. O sujeito trabalhava o ano todo, mas se perdesse um dia perdia tudo o que o PLR oferecia. Na verdade ele ia perdendo tudo proporcionalmente, inclusive férias e décimo terceiro. O sindicato interveio e exigiu que fosse embutido no salário 4%. São conquistas do STR de Parapuã para que o trabalhador tenha o privilégio de usufruir o que é seu por direito. (Entrevista realizada em 15/07/2009)

O programa conhecido como PLR (Participação nos Lucros e Resultados) faz parte das estratégias de flexibilidade salarial e gestão e controle do capital sobre o trabalho, tendência que começou a ser observada no Brasil desde o fim da década de 90 e que tem influenciado diretamente na intensificação do ritmo de trabalho.

A busca pelo aumento da produtividade baseada no envolvimento do trabalhador, iludido com metas impossíveis de se concretizar, levou ao recrudescimento da exploração do capital sobre o trabalho. A intensificação do ritmo de trabalho no corte de cana impele, sem dúvida, muitos trabalhadores ao esgotamento físico, uma vez que

acossados pelas metas a serem atingidas, acabam ocultando doenças ou evitam as ausências com receio de perder proporcionalmente as premiações.

Na Parapuã Agroindustrial não é diferente. Muitos trabalhadores, sobretudo do setor do corte da cana, insistem em trabalhar doentes. A conseqüência desta atitude, motivada pelas metas de produtividade, reflete no atendimento hospitalar do município ao final do dia, visto que freqüentemente os trabalhadores desgastados pelo esforço físico se submetem à reposição de soro na Santa Casa de Misericórdia de Parapuã.

Do ponto de vista econômico, a Participação nos Lucros e Resultados só traz vantagens às empresas. Enquanto o trabalhador, seja qual for o segmento que atua, sofre uma intensificação no ritmo de trabalho, tornando-se este último uma atividade precarizada, a empresa se destaca pela eficiência, pelo crescimento e abrangência no mercado, tudo isso, graças à integração, ao estímulo e à captura da subjetividade operária.

Sobre os maiores problemas enfrentados pelos assalariados do setor sucroalcooleiro representados pelo STR de Parapuã, o dirigente apontou que o tabelamento do preço da cana bem como a sua medição foram alvos de insatisfação nos últimos anos, sendo, portanto, a atuação do STR fundamental para que logo no início da jornada de trabalho o valor estivesse pré-estabelecido pela Parapuã Agroindustrial. Entretanto, as reclamações ainda persistem, uma vez que o acordo continua sendo desrespeitado pela empresa.

A este respeito vale lembrar que uma diligência [40]realizada entre o Ministério Público do Trabalho, profissionais do CEREST (Centro de Referência da Saúde do Trabalhador) de Marília e da Vigilância Estadual constatou que o pagamento por produção em vigor na Parapuã Agroindustrial continha irregularidades. A diligência realizou uma análise, por amostragem, do corte de cana manual empreendido num determinado talhão e foram constatadas diferenças em relação ao preço pago aos trabalhadores e o real peso da cana cortada e, sobretudo, entre o preço da tonelada paga aos trabalhadores e o preço da tonelada pré-estabelecido no instrumento coletivo de trabalho.

[40] Informação cedida pela Assessoria de Comunicação Social da Procuradoria Regional do Trabalho da 15ª Região (Campinas) ao site www.pgt.mpt.gov.br , acessado em 06/05/2009.

Sobre a precariedade das condições de vida e de trabalho na lavoura canavieira da Parapuã Agroindustrial constatada pela diligência do MPT, CEREST e Vigilância Estadual em 28 de maio de 2008, convém reproduzir algumas considerações sobre esta ocorrência:

> Antes de amanhecer os trabalhadores já estão a postos para ir a uma das lavouras de cana na região de Parapuã, Oeste Paulista, depois de dormirem mal em alojamentos precários, sujos e desconfortáveis. São apanhados em Piacatu, Rancharia, Martinópolis, Rinópolis e na própria Parapuã, por ônibus com bancos soltos. Os cortadores, muitos migrantes do Nordeste e Norte de Minas, pegam no "podão" (ferramenta do corte de cana) desgastado por quase um mês de uso, para trabalhar sem saber o quanto vão ganhar no dia. O "pirulito" (papeleta com o descritivo da produção) referente ao corte de cana é entregue a cada quatro ou cinco dias, ou não é entregue. O "podão", de baixa qualidade, é reposto somente de 30 em 30 dias, e muitas vezes é comprado por R$ 15,00 pelo cortador antes deste prazo, para render na produção.

Quanto às condições de alimentação, a pausa ergonômica e ao fornecimento dos EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) a diligência liderada pelo Ministério Público do trabalho constatou que:

> Não existem abrigos para refeições, fornecimento de água fresca e potável, nem sanitário. As pausas para refeição ou descanso não são respeitadas. A refeição é feita "no meio da cana", em proteções improvisadas tais como guarda-chuvas, ou embaixo de toldos também armados no meio do canavial, sem mesas ou assentos. O empregador não fornece vestimentas de trabalho ou recipiente para as marmitas dos trabalhadores. Dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), fornece apenas um par de sapatões para os rurícolas, sem a previsão de um reserva. Os trabalhadores desempenhavam a atividade de corte de cana sem proteção para os olhos, uma vez que os óculos de proteção fornecidos são inadequados e não há substituição.

Durante a diligência foi realizado um teste para verificar a capacidade de atendimento ao trabalhador em casos de acidente que necessitasse de urgência na remoção do trabalhador lesionado, e o resultado mostrou o despreparo e a ineficiência dos profissionais da empresa para prestar os primeiros socorros, uma vez que estes não

souberam lidar com os instrumentos em tempo hábil nem tampouco acionar a ambulância até o local da simulação, fato que se consumou somente após 52 minutos de espera.

Passado mais de um ano da diligência liderada pelo Ministério Público do Trabalho, os trabalhadores do corte de cana da Parapuã Agroindustrial ainda convivem com o descaso de seus empregadores. Uma das poucas mudanças motivadas pela fiscalização deste órgão ocorreu nas condições de transporte dos trabalhadores, visto que a Parapuã Agroindustrial adquiriu uma frota de ônibus própria e o serviço deixou de ser terceirizado.

A situação dos migrantes não sofreu nenhuma alteração, uma vez que permanecem alojados em moradias coletivas precárias e a empresa não se responsabiliza pela melhoria das condições de alojamento e sequer reconhece a necessidade desta força de trabalho. A fala de um funcionário que atua na área dos Recursos Humanos da empresa reflete fielmente o caráter descartável deste segmento de trabalhadores:

> De uns tempos prá cá se tornou inviável a manutenção dos migrantes no quadro de funcionários da empresa. Todo ano, neste período da safra a gente dispensa estes trabalhadores porque muitos querem voltar pra casa e se a gente não os demite criam caso aqui na empresa. A situação fica tão crítica que eles depredam tudo aqui. Neste mês dispensamos quinhentos e vinte rurícolas, boa parte deles migrantes. (Entrevista realizada no dia 27/07/2009)

Outro problema enfrentado pelos assalariados rurais sindicalizados no STR de Parapuã, este verificado em outros setores da agricultura, é o transporte inadequado e inseguro de trabalhadores que atuam nas pequenas e médias propriedades da região. Neste caso, o presidente revelou que tem feito vistas grossas limitando-se apenas a apresentar algumas advertências aos empregadores que ainda utilizam tratores ou caminhonetes para transportar seus empregados até o campo.

Assim, em face desta última problemática, crê-se que pelo fato de, contraditoriamente, aglomerar num mesmo sindicato patrões e empregados os STRs vinculados à FETAESP ficam com sua representatividade fracionada e limitada permitindo que se perpetuem condições de trabalho consideradas precárias e arcaicas. O conflito entre capital / trabalho é escamoteado, os rearranjos propiciados pela atuação do

sindicato têm a função de suavizar a relação conflituosa entre patrões e empregados porque a prioridade é a prevalência da harmonia entre as partes envolvidas.

Acerca do rol de reivindicações das diversas categorias de trabalhadores sindicalizados no STR de Parapuã, o dirigente deixou claro que a prioridade é o oferecimento de um acompanhamento técnico para os pequenos produtores visando o fortalecimento da agricultura familiar, cursos de capacitação para evitar pragas nas lavouras e aumentar a produtividade bem como conscientizá-los sobre o uso correto dos recursos do PRONAF.

Quanto aos rurícolas que atuam no cultivo de lavouras temporárias as ações se direcionarão para as condições de trabalho a que estão submetidos, ao preço diário da jornada a ser fixado pelo sindicato, patrões e empregados, assim como as condições de transporte dos trabalhadores, visto que muitos ainda são transportados ao local de trabalho de forma insegura e inadequada.

Já para os trabalhadores do setor sucroalcooleiro, o STR de Parapuã pretende elaborar em parceria com o poder público cursos de aperfeiçoamento e de qualificação com o intuito de prepará-los para as mudanças que ocorrerão com o advento do corte mecanizado nas lavouras de cana de açúcar da região. No entanto, durante a entrevista, o presidente da entidade não revelou quais seriam os cursos em pauta.

Enquanto o corte mecanizado ainda não é uma realidade na base territorial do sindicato, as ações serão direcionadas ao atendimento dos trabalhadores no que tange ao tabelamento dos preços, à pesagem da cana e às condições de trabalho, em geral, a que estão submetidos.

Capítulo IV

A PARAPUÃ AGROINDUSTRIAL EM QUESTÃO. BIOCOMBUSTÍVEIS, ENERGIA RENOVÁVEL E CRISE DOS ALIMENTOS.

Capítulo IV

A Parapuã Agroindustrial em questão. Produção de biocombustíveis, energia renovável e a crise dos alimentos.

Em lugares distantes,
Onde não há hospital,
Nem escola, homens que não sabem ler e morrem de fome
Aos 27 anos
Plantaram e colheram a cana
Que viraria açúcar.
Em usinas escuras, homens de vida amarga
E dura
Produziram este açúcar
Branco e puro
Com que adoço meu café esta manhã
Em Ipanema.
(Gullar, F.)

4.1 A Parapuã Agroindustrial em questão.

O quadro empregatício da empresa sucroalcooleira Parapuã Agroindustrial pôde ser analisado através da última etapa de entrevistas planejada. Quando confrontados os dados quantitativos obtidos nos quatro setores da empresa nota-se uma pequena discrepância nos números, porém, nada que pudesse comprometer seriamente as informações prestadas pelos depoentes.

De acordo com as informações prestadas, são 1861 trabalhadores que atuam na empresa, considerando os diferentes setores. No corte da cana, atividade pertencente ao quadro rurícola, as informações revelam que são exatamente 1181 trabalhadores envolvidos. Nas demais atividades rurícolas caracterizadas como de *suporte*, há 134 trabalhadores distribuídos nas funções denominadas de “bituca”, “vinhaça” e “engate”.

Como é de praxe, em quase todas as empresas sucroalcooleiras, as funções de bituqueiros, engatadores e trabalhadores da vinhaça, são exercidas por trabalhadores permanentes, ou seja, aqueles trabalhadores que não estão vinculados com um subcontrato vigente apenas durante a safra canavieira. Por isso, é muito comum que durante a entressafra esses trabalhadores, com exceção dos chefes de turma, sejam remanejados para capina e outras atividades rurícolas.

No setor industrial, as informações dão conta que 204 trabalhadores estão ocupados com o esmagamento da cana em moendas, seu processamento em açúcar e álcool obtidos através do caldo bem como o bagaço a ser utilizado como fonte de energia para a própria usina e para a ração animal após ser hidrolisado.

Já o subproduto da produção de álcool, resíduo denominado de vinhaça, é transportado posteriormente para os canaviais com o intuito de fertilizar o solo tanto após o corte da cana em plena safra quanto após o término da mesma. Neste caso os trabalhadores rurícolas pertencentes à categoria *suporte* se ocupam de manuseá-la.

Os trabalhadores envolvidos com o transporte da cana-de-açúcar na Parapuã Agroindustrial totalizam 293, já incluídos aqueles que trabalham com caminhões, tratores, carregadeiras, treminhões e colheitadeiras. Na administração da empresa as informações obtidas apontam para 49 funcionários distribuídos nas diferentes atividades burocráticas: recursos humanos, administração, produção e indústria.

De um total de 1861 trabalhadores da empresa Parapuã Agroindustrial, 1441 são considerados pela administração como permanentes enquanto que os 420 restantes são tidos como temporários. Os trabalhadores temporários são aqueles ocupados com o corte da cana, função desempenhada geralmente entre os meses de março a dezembro.

Em circunstâncias extraordinárias, quando a safra canavieira se estende até meados de janeiro, a empresa observa a freqüência dos trabalhadores do corte da cana com vistas a contratar definitivamente aqueles que melhor se enquadram no perfil por ela exigido, circunstância já mencionada nesta dissertação no fim do segundo capítulo.

No que diz respeito ao número de trabalhadores locais, a empresa informou que conta com exatamente 761. Já os trabalhadores considerados migrantes totalizam apenas 420. Importante lembrar que a safra 2009 /2010 nesta empresa começou com aproximadamente 1700 trabalhadores no corte manual da cana-de-açúcar. Entretanto, como demonstrado no terceiro capítulo, através do depoimento do gerente de recursos humanos da Parapuã Agroindustrial, foram demitidos 520 trabalhadores migrantes no mês de julho.

Questionado se a empresa aderiu ao Compromisso Nacional da Cana – acordo construído pelo governo federal, empresários e trabalhadores em junho de 2009 – o funcionário do setor de recursos Humanos da Parapuã Agroindustrial não soube

responder com exatidão. De acordo com as informações obtidas via entrevista, ficou claro que a empresa ainda está tentando se adequar às normas exigidas pelo governo federal e que tão logo esteja dentro do perfil exigido a adesão será efetivada.[41]

O Compromisso nacional da Cana tem como meta melhorar as condições de trabalho no corte da cana-de-açúcar e sua adesão por parte das empresas é de caráter voluntário. O acordo prevê a contratação direta dos trabalhadores com carteira assinada, condição que eliminaria em definitivo os agenciadores de mão-de-obra no setor sucroalcooleiro, conhecidos como "gatos" e o transporte gratuito e seguro dos trabalhadores até o local da colheita.

No que tange á saúde do trabalhador canavieiro, os termos do compromisso apontam para o fornecimento gratuito dos equipamentos de proteção individual (EPIs) e duas pausas coletivas durante a jornada diária do trabalhador, uma no período matutino e outra no vespertino.

Outros pontos do acordo indicam a necessidade de estabelecer uma transparência no que concerne á aferição da produção, algo que as empresas habitualmente não cumprem e que é motivo de descontentamento por parte dos trabalhadores como já descrevemos anteriormente. Assim, com base nesse eixo do acordo, a aferição da produção seria realizada diante de representantes dos trabalhadores, com o preço informado de forma antecipada.

Convém apontar que durante conversas informais com trabalhadores migrantes e locais da empresa pertencentes ao quadro rurícola, obteve-se a informação de que a empresa disponibiliza com trocas previstas apenas luvas e limas para o corte da cana. Os outros equipamentos de segurança são fornecidos apenas no início da safra, ficando, portanto, o trabalhador responsável pela substituição de caneleiras, óculos, botinas e podão ao longo da safra.

Em relação á contratação direta de trabalhadores pela própria usina com carteira assinada, informações oficiosas dão conta de que o serviço ainda é terceirizado, sobretudo, quando o contratado é o migrante. Especula-se que na cidade de Parapuã há

[41] Percebeu-se claramente que o entrevistado se mostrou visivelmente constrangido em falar sobre o Compromisso Nacional da Cana. Tal desconforto ao tratar da questão se remete ao fato de que em fins de maio de 2008 uma diligência liderada pelo Ministério Público do Trabalho flagrou trabalhadores atuando na empresa em condições precárias de alojamento, alimentação, saúde e segurança.

um agenciador de mão-de-obra migrante que obtém remunerações com grupos de trabalhadores da Parapuã Agroindustrial e de outras empresas sucroalcooleiras da região. Procurado pelo pesquisador o provável agenciador de mão-de-obra respondeu que é apenas um funcionário da empresa e que sua função é considerada como chefe de turma.

Indagado se a empresa fornecia os equipamentos de proteção individual ao trabalhador, o funcionário que atua nos Recursos humanos da empresa afirmou que "sim, todos conforme a lei exige". Sobre a contratação de trabalhadores para o corte da cana, tanto locais quanto migrantes, o entrevistado garantiu que a contratação é direta e com carteira assinada a exemplo do que exige o Compromisso Nacional da Cana.

É bom que se frise que recentemente o presidente da república tem utilizado no exterior o Compromisso Nacional da Cana como um dos aspectos positivos da produção do etanol no Brasil. Entretanto, notícia divulgada recentemente[42], apontou que o Ministério Público do Trabalho encontrou irregularidades em pelo menos cinco usinas das 331 que aderiram ao acordo com o governo federal.

Apesar dessas usinas se localizarem em outras unidades federativas do Brasil (Bahia, Minas Gerais e Mato Grosso) é comum também a constatação de irregularidades pelo órgão em solo paulista, uma vez que freqüentemente os telejornais da região de Araçatuba, Rio Preto e Presidente Prudente mostram a situação periclitante dos trabalhadores da cana-de-açúcar. Um exemplo para ilustrar e corroborar esta afirmação é o caso de trabalhadores da região de Potirendaba, demitidos compulsoriamente após uma greve por melhores salários no começo de outubro de 2009.

4.2 Algumas características produtivas da Parapuã Agroindustrial.

Por motivos que não ficaram muito claros, os dados acerca da produção da última safra bem como as perspectivas da atual não foram contemplados satisfatoriamente na entrevista, fato que causa bastante estranheza, visto que normalmente as empresas utilizam esses dados para realizar o balanço de suas atividades agroindustriais ao fim da safra e lançar, em seus sites relacionados à UDOP, as perspectivas para a próxima.

[42] Folha de São Paulo. Agrofolha, Caderno Dinheiro B 10 em 06 de outubro de 2009.

Quanto à área com cana plantada por hectare, a empresa possui 15.300 ha de área arrendada e 1.600 ha são de fornecedores. Sobre o percentual de cana a ser colhida 90% é arrendada e 10% são de fornecedores. Assim, de acordo com essas informações, a empresa não possui área própria com cana plantada. Operam com a empresa sete fornecedores enquanto que o número de arrendatários chega a 170.

Sobre o percentual de cana colhida manualmente, a empresa informou que são 80%, sendo os 20% restantes colhidos com as duas colheitadeiras. De acordo com o funcionário do setor industrial da empresa, a redução da força de trabalho no corte da cana na Parapuã Agroindustrial será aproximadamente de 40 % a 50 % nas safras de 2010/ 2011 e 2011 / 2012.

No que se refere se ao desenvolvimento de programas ou projetos voltados para a gestão ambiental, o funcionário de recursos humanos garantiu que a Parapuã Agroindustrial possui equipe especializada para o plantio de árvores e tratos culturais. Com relação ao Sistema de Gestão Ambiental denominado de ISO 14000 e ao Programa de Qualidade Total relacionado às normas da série ISO 9000, estes ainda não foram adotados pela empresa.

Sobre a terceirização presente na empresa, o funcionário revelou que alguns serviços são desempenhados para o transporte de trabalhadores, carregamento da cana, plantio e conservação do solo. Sobre a crise econômica e seu impacto na atividade agroindustrial, o mesmo revelou que a empresa passou por situações desagradáveis nos últimos meses, no entanto, não especificou quais setores foram mais atingidos, limitando apenas a dizer que houve empréstimos junto aos bancos para que fossem cumpridos os compromissos da usina.

O teor das conversas via entrevista dos trabalhadores da Parapuã Agroindustrial e o sindicato leva à conclusão de que o elo mais frágil – os trabalhadores da Parapuã Agroindustrial – foi o mais prejudicado, uma vez que durante a entressafra boa parte dos trabalhadores não havia recebido remuneração referente aos direitos trabalhistas da última safra bem como durante o mês de junho constatava-se o atraso de três tickets de vale refeição.

4.3 As novas tendências na geração de energia renovável.

Após a realização do evento ECO 92 – Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento – realizada no Rio de Janeiro, a preocupação em torno das mudanças climáticas tem ocupado grande destaque na agenda política internacional. Anos mais tarde, em dezembro de 1997, foi lançado o Protocolo de Kyoto, o qual defendia a redução sistemática das emissões de gases geradores de efeito estufa em volumes que fossem inferiores a 5,2% observados em 1990 naqueles países mais industrializados. O prazo para atender ao primeiro período de cumprimento do Protocolo foi estipulado entre 2008 e 2012.

Não obstante o cumprimento do Protocolo de Kyoto seja de fundamental importância, o discurso da energia renovável e a adesão aos projetos de MDL (Mecanismos de Desenvolvimento Limpo) têm servido oportunamente às grandes empresas e corporações, justamente porque o que se visa em primeiro lugar é o lucro e não a qualidade de vida nem à extinção das condições degradantes a que o trabalhador está sujeito.

Por isso, é muito comum deparar-se com colocações entusiasmadas acerca da capacidade da agroindústria sucroalcooleira em atender às exigências do Protocolo no que se refere á produção e conservação de energia limpa e renovável:

> O Brasil apresenta enorme potencial para a conservação de energia e, da mesma forma, facilidades estruturais que permitem que a nova energia a ser ofertada seja produzida em bases sustentáveis e menos emissoras. Reforçando ainda mais nossa posição, a competitividade e a excelência brasileiras nas atividades de agrobusiness e, nesse caso, com grande especial destaque, na atividade canavieira, formam um quadro bastante positivo para os projetos de MDL. [...] a cultura de cana-de-açúcar apresenta uma *performance* especialmente harmoniosa de convivência com o meio ambiente.[...] Os números e os fatos, a tradição e o Know-how que o Brasil desenvolveu no uso dos combustíveis renováveis de biomassa agrícola [...] constituem um incontestável e altamente positivo *curriculum* para ações nacionais de redução do efeito estufa e de contribuição para o combate às mudanças climáticas. (Tetti, 2002, pp.202-204)

Este trabalho não visa desqualificar ou minimizar as preocupações ambientalistas, no entanto, é preciso atentar para o fato de que o discurso amparado sob

a égide das energias renováveis foi incorporado pelas empresas do agronegócio e pelas grandes corporações a fim de que pudessem lucrar ainda mais com a expansão desordenada de suas atividades.

Ao longo do texto citado acima não há nenhuma linha dedicada á situação degradante dos trabalhadores nas culturas de cana-de-açúcar nem tampouco à situação calamitosa por que passa a pequena produção voltada à alimentação humana em decorrência deste novo modelo de gestão da agricultura brasileira. São preocupações que estão distantes do imaginário das empresas como também da agenda dos intelectuais propagandistas desse discurso.

Não se sustenta a afirmação equivocada de que "a cultura de cana-de-açúcar apresenta uma *performance* especialmente harmoniosa de convivência com o meio ambiente". Para corroborar esse posicionamento vale lembrar que recentemente[43] pesquisadores norte-americanos constataram que depois da soja e da pecuária, a cultura da cana-de-açúcar é que mais degrada o ambiente do cerrado brasileiro. Na reportagem denominada "Perdendo a floresta para abastecer carros", o jornal Washington Post aponta que o cerrado brasileiro perdeu metade de sua área nos últimos 40 anos em virtude da pecuária, da soja e mais recentemente da cana-de-açúcar.

A constatação de que a expansão da cana-de-açúcar contribui diretamente para a devastação do cerrado não é uma novidade desvelada pelos pesquisadores norte-americanos, visto que há mais de um ano, antes da crise econômica mundial, pesquisadores e estudiosos brasileiros e sul-americanos já denunciavam a atividade predatória do agrobusiness no cerrado brasileiro. Conforme Montes:

> Os agrocombustíveis estão iniciando um novo ciclo de expansão e devastação na região do **Cerrado**, (grifo do autor) onde a superfície plantada está em rápida expansão e onde se prevê que já não restará nada de sua cobertura vegetal natural até 2030. A Amazônia está ameaçada. O engenheiro químico brasileiro Expedito Parente, proprietário da primeira patente registrada no mundo para produzir biodiesel a nível industrial declarou: "Temos 80 milhões de hectares na Amazônia que serão transformados na Arábia Saudita do biodiesel". (2008, p.89)

[43] Informação veiculada no "Washington Post" e reproduzida no site www.uol.com.br em 31/07/2009.

A exuberância dos números, das cifras e de todo o Know-how desenvolvido pelo setor sucroalcooleiro no que se refere aos combustíveis renováveis contrasta com as condições degradantes de trabalho semiescravo verificado pelos fiscais do trabalho nas lavouras de cana-de-açúcar bem como com a destruição sistemática do meio ambiente que as circundam.

A "performance especialmente harmoniosa de convivência com o meio ambiente" não evitou que o setor sucroalcooleiro liderasse o ranking do valor de multas aplicadas pelo governo de São Paulo por poluição ou desrespeito à legislação ambiental entre todas as áreas da indústria, de acordo com dados fornecidos pela CETESB (Companhia Tecnológica de Saneamento Ambiental).[44]As usinas foram penalizadas com 102 autuações no período compreendido entre janeiro de 2007 e abril de 2008.

Dentre as ações poluidoras do meio ambiente, aquelas que mais preocupam é o lançamento sistemático de poluentes líquidos nos cursos d'água capazes de atingir o lençol freático. Como se sabe, para cada litro de álcool produzido, são gerados até 14 litros de vinhaça, um poluente orgânico que serve de fertilizante, mas que costumeiramente tem sido mal empregado pelas empresas sucroalcooleiras. Usada para irrigar e fertilizar as plantações, a vinhaça quando entra em contato com os rios e lagos derruba os índices de oxigenação da água ou afeta depósitos subterrâneos de água.

Entretanto, as multas aplicadas pela CETESB são quase sempre objeto de recurso administrativo nas próprias companhias, quando não são questionadas na Justiça. Assim, de acordo com a reportagem, somente 30% delas são pagas imediatamente após a aplicação. Discorrendo acerca da diversificação de produtos oriundos da atividade agroindustrial canavieira, em particular, da vinhaça, Szmrecsányi ressalta que:

> Até agora, a vinhaça, resultante da destilação do mosto fermentado oriundo do caldo da cana ou do melaço, vem sendo mais conhecida por seus efeitos poluidores no meio ambiente do que por seu potencial produtivo. Trata-se, no entanto, não apenas de um fertilizante de primeira qualidade (mas que precisa ser usado com qualidade e parcimônia), como também de uma valiosa matéria-prima para a fabricação de levedura-alimento para consumo animal. (2002, p.114)

[44] Reportagem exibida pela Folha de São Paulo no Caderno Cotidiano no dia 1º de junho de 2008.

Ainda, de acordo com a última reportagem citada, um estudo realizado no Rio Ipojuca, em Pernambuco, revelou que a vinhaça é capaz de proporcionar acúmulo de potássio no solo em níveis tóxicos, além de diminuir pela metade a quantidade de oxigênio na água, o que comprometeu seriamente a vida aquática.

O discurso dos industriais, cientistas, governo e demais promotores dos biocombustíveis enxergam no etanol a alternativa ideal para a substituição dos combustíveis fósseis, a oportunidade perfeita para os agricultores engordarem suas receitas, fomentando o desenvolvimento rural e a geração de empregos. Entretanto, esquecem ou preferem ignorar que "o boom da indústria de biocombustíveis em grande escala será desastroso para os agricultores, o meio ambiente, a preservação da biodiversidade e para os consumidores, particularmente os pobres" (Montes, 2008, p.87).

A convivência com a fuligem da cana na Alta Paulista, bem como em todas as regiões que predominam a lavoura canavieira, tem sido uma rotina para as populações. Este resíduo expelido pela queima da palha é apontado como o principal causador do agravamento de doenças respiratórias e pela piora gradativa da qualidade do ar nas cidades.

Em matéria de multas aplicadas durante 2007 nas empresas sucroalcooleiras da Alta Paulista, obteve-se através de pesquisa de campo, junto à Polícia Ambiental, alguns dados que merecem ser mencionados no presente trabalho. De acordo com a tabela 7, em anexo, a liderança em termos de valores compete à empresa Parapuã Agroindustrial, responsável por cinco infrações, sendo que o valor total das multas foi aproximadamente de R$ 132.000, 00. A incidência mais comum corresponde à queima desenfreada da palha da cana, fato que comprometeu seriamente a regeneração natural.

A queda vertiginosa das reservas petrolíferas, o crescimento da população mundial, o aquecimento global e o aumento do consumo de energia levam os defensores da agroindústria canavieira a exaltar o agronegócio como a atividade econômica salvadora dos países emergentes. Para muitos, as políticas de estímulo à produção e consumo de energias renováveis se sustenta devido às externalidades positivas que a mesma proporciona:

> É importante considerar, no entanto, as chamadas externalidades do álcool em face dos benefícios ambientais de sua produção e uso; a criação de empregos e renda; a economia de divisas; o desenvolvimento sustentado e descentralizado; a redução da migração rural. (Carvalho, 2002, p. 171)

Embora reine o otimismo no que se refere ao preenchimento de vagas no mercado de trabalho de açúcar e álcool, é importante lembrar que em virtude da mecanização no setor canavieiro, muitos postos de trabalho serão extintos e que nem mesmo a tão propalada (re) qualificação não garantirá emprego para todos os trabalhadores manuais do corte de cana.

Outra controvérsia verificada é que o desenvolvimento sustentado e descentralizado não se constata em todas as regiões do Brasil, uma vez que continua sendo o Centro – Sul o maior produtor da atividade canavieira, sendo São Paulo responsável por praticamente 60% da produção. E a redução da migração rural apontada pelo autor como um dos pontos positivos do desenvolvimento descentralizado não se sustenta, haja vista o enorme contingente de migrantes nas lavouras canavieiras do Centro – Sul, em especial, de São Paulo.

A economia de divisas é interessante apenas para as empresas sucroalcooleiras, as quais são acusadas, após a crise financeira iniciada no segundo semestre de 2008, de sonegação fiscal[45], embora o setor tenha sido o campeão de investimentos no Brasil, sendo um dos mais incentivados pelo Estado, de modo que a alíquota de ICMS para o álcool hidratado é de 12% e, para o açúcar, de 7 %. Mesmo não tendo ocorrido quedas nas vendas, a Secretaria da Fazenda de São Paulo, revelou que as empresas sucroalcooleiras estão recolhendo menos impostos do que em 2008.

A criação de empregos no setor sucroalcooleiro é significativa, sobretudo, no mês de abril quando as contratações ocorrem com vistas à colheita da cana e o reinício das atividades de processamento do açúcar e do álcool. Em 2008, por exemplo, no mês de maio o setor sucroalcooleiro paulista foi responsável pela criação de 80% de empregos industriais no Estado de São Paulo[46].

[45] Reportagem da Folha de São Paulo (Caderno Dinheiro B 4) do dia 10 de agosto de 2009, indicou que as empresas sucroalcooleiras paulistas não repassaram a arrecadação de ICMS para o fisco e constam como sonegadoras.
[46] Reportagem exibida pela Folha de São Paulo (Caderno Dinheiro B 3) no dia 16/05/2008.

Não obstante, o setor sucroalcooleiro seja responsável pelo alto índice de contratações, especialmente no início da safra, é importante sublinhar que as condições de trabalho oferecidas são precárias, fato que chama a atenção não apenas do Ministério Público do Trabalho, dos sindicatos comprometidos com a luta operária e demais instâncias do poder público, mas também de organizações internacionais como a Anistia Internacional.

No mesmo mês que foi festejado o alto índice de contratações no setor sucroalcooleiro, a Anistia Internacional, organização que investiga os direitos humanos em mais de 150 países, apresentou relatório criticando o "trabalho forçado" nas lavouras de cana do Brasil. De acordo com o documento, o trabalho nos canaviais cresceu significativamente com o boom dos biocombustíveis, no entanto, ainda comporta condições precárias. O destaque negativo do setor sucroalcooleiro paulista apontado pela Anistia Internacional foi o resgate de 288 trabalhadores em seis lavouras de cana. No Mato Grosso do Sul o destaque negativo ficou por conta da situação degradante de 409 trabalhadores, 150 deles indígenas, que prestavam serviço a uma usina de etanol.[47] Para a ÚNICA, entidade que congrega os interesses do capital usineiro do Centro-Sul do Brasil, os dados apresentados pela Anistia Internacional são fruto de uma "visão equivocada e fora de contexto", afirmação que não causa nenhuma surpresa.

4.4 A crise dos alimentos, a expansão canavieira e seus reflexos na Alta Paulista.

Embora, previamente, a crise dos alimentos não fizesse parte dos excertos deste último capítulo, optou-se por dissertar sobre este tema em virtude dos acontecimentos mundiais verificados entre março e agosto de 2008, período anterior à crise econômica mundial iniciada em setembro.

Assim, diante da importância que o tema alcançou durante boa parte de 2008, o que levou a grande mídia a qualificar os levantes em algumas partes do globo de "a rebelião dos famintos", considera-se fundamental tecer uma análise sobre o papel do agronegócio nesse fenômeno. Portanto, esta explanação procurará demonstrar que o

[47] Reportagem exibida pela Folha de São Paulo (brasil A 10) no dia 29 de maio de 2008.

desenvolvimento do agronegócio nos últimos anos tem apresentado uma tendência lenta, porém constante, da redução sistemática das culturas agrícolas com vistas à alimentação humana e que na Alta Paulista o processo é similar, mesmo que em menor escala. Tal assertiva advém do fato de que grande parte da produção atende aos imperativos do mercado de biocombustíveis e ao consumo animal (Iturbe, 2008).

A crise alimentar demonstrou que a produção de alimentos caiu consideravelmente, fato que desencadeou o desabastecimento da população de vários países. Por outro lado, uma análise que se mostrou mais contundente permite verificar que a produção de *matérias-primas alimentícias*[48] está sendo direcionada para o consumo animal e também para a produção de biocombustíveis.

O fato de milhões de pessoas não terem acesso a uma alimentação básica e por isso flertarem com a fome não pode ser explicado pela queda de produção de alimentos ou de matérias-primas alimentícias. Estudos demonstraram que o volume total de produção de alimentos ou matérias-primas alimentícias apresenta um crescimento superior ao da população mundial desde os anos 50. De acordo com Iturbe:

> Vejamos o caso dos grãos, principal base alimentar mundial: a FAO informa que, em 1970, a produção foi de 1, 225 bilhão de toneladas para uma população mundial de 4, 003 bilhões de pessoas (média de 306 quilos por pessoa); em 2007, havia subido para 2, 219 bilhões de toneladas para 6, 453 bilhões de pessoas (344 quilos por pessoas). Isto é, a colheita de grãos cresceu 12% a mais que a população. (2008, pp.70-71)

Entretanto, apesar da produção de alimentos ou de matérias-primas alimentícias apresentar um crescimento superior ao da população mundial, a fome assolou não somente as populações que dependem diretamente das importações como também àquelas outrora consideradas grandes produtoras. O que se constatou durante a crise dos alimentos não foi a ausência dos mesmos nas prateleiras dos supermercados, mas sim a diminuição do poder de compra do consumidor de baixa renda.

[48] O termo matérias-primas alimentícias foi utilizado por Alejandro Iturbe ao discorrer sobre a crise dos alimentos. Assim, o autor justifica o emprego deste termo justamente pelo fato de que segundo sua análise uma parte dessas matérias-primas alimentícias é utilizada para outros fins (como a produção de biocombustíveis) ou como um "produto intermediário" nas rações alimentícias para a criação de gado.

Na micro-região da Alta Paulista, como em todo o Brasil, o reflexo da crise alimentar pôde ser verificado no encarecimento de alguns produtos. O preço do feijão praticamente duplicou. Antes da crise, este item básico da alimentação brasileira, podia ser adquirido nas prateleiras dos supermercados da Alta Paulista por R$ 1,55 em média. Entretanto, durante o auge da crise o preço saltou para mais de R$ 3, 20. Para os defensores do agronegócio a alta no preço de alimentos como o feijão, pode ser explicada por fatores climáticos, como por exemplo, o longo período de estiagem verificado a partir do segundo semestre de 2007, no entanto, a história é bem diferente.

A alta nos preços dos alimentos se deve, obviamente, ao perverso modelo de produção vigente na agricultura dos países produtores. A tendência do agrobusiness, fato consumado a partir do início dos anos 90 com a hegemonia do capital financeiro, orquestrando interesses de setores latifundiários e de empresas transnacionais produtoras de insumos, provocou a ruína da agricultura de muitos países como o México, Haiti, Vietnã, Índia e de grande parte do continente africano (Iturbe, 2008).

Acerca deste modelo agrícola e do conseqüente estrangulamento da agricultura familiar no Brasil, em recente artigo publicado no jornal Folha de São Paulo, o economista e coordenador do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) João Pedro Stedile afirmou que:

> Os latifundiários, proprietários de áreas com mais de mil hectares, aliaram-se a empresas transnacionais, que fornecem os insumos – sementes transgênicas, fertilizantes químicos, venenos agrícolas e máquinas. Depois disso, conglomerados estrangeiros passam a controlar o mercado com a garantia da compra das commodities, impondo os preços. A maior parte da produção se destina ao mercado externo e, por ter que repartir o lucro, fazendeiros procuram aumentar a escala, concentrando ainda mais terra e produção. (2009, A3)

Retornando à análise da crise alimentícia, houve quem sustentasse durante o primeiro semestre de 2008 (ONU e a FAO) que o responsável direto pela inflação verificada no preço dos alimentos decorria da produção de álcool, justamente porque esta estaria substituindo a plantação de alimentos. Acusação que levou o presidente Lula a defender ferrenhamente a produção de álcool no Brasil e atirar a culpa nos países produtores de petróleo.

Para Jean Ziegler, relator especial das Nações Unidas para o Direito à Alimentação, a produção e a expansão de biocombustíveis é um "crime contra a humanidade", fato que obrigaria a criação de uma moratória desses projetos com o intuito de evitar o desabastecimento de produtos alimentícios em muitos países. A ressonância dessa acusação se fez sentir na mesma semana durante a Conferência da FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação) realizada em Brasília. Naquela oportunidade o presidente brasileiro veio mais uma vez a público discordar dos críticos do biocombustível.[49]

O discurso proferido pelo presidente Lula teve como objetivo defender a produção dos biocombustíveis ressaltando que existiam seis explicações que, de acordo com ele, seriam responsáveis pelo aumento global dos preços dos alimentos: a alta dos preços do petróleo, a queda na safra de vários países causada por fenômenos climáticos diversos, o aumento dos preços dos fretes, as mudanças cambiais, a especulação nos mercados financeiros e a alta no consumo de alimentos em países em desenvolvimento, como China, Índia e Brasil.

Diante desta celeuma, o presidente da Comissão Européia – José Manuel Durão Barroso – requereu um amplo estudo sobre o impacto dos biocombustíveis na agricultura e nos preços alimentares, apesar da União Européia defender sua utilização com vistas à redução de emissão dos gases de efeito estufa exigindo também a utilização de 10% dos biocombustíveis para os transportes.

O fato é que o biocombustível, que antes era considerado a opção ideal na busca por energias renováveis, tornou-se o principal antagonista durante a crise dos alimentos, uma vez que estudos recentes apontaram que essa energia não é tão limpa assim, diga-se de passagem, a vinhaça utilizada para adubo orgânico na cana-de-açúcar, além, é claro, da usurpação de área antes voltada à produção de alimentos.

Sobre a substituição de áreas anteriormente cultivadas com produtos alimentícios na Alta Paulista, vale reforçar que vigorava uma produção diversificada nas pequenas propriedades, no entanto, a expansão da cana-de-açúcar atingiu níveis alarmantes na virada do milênio. De acordo com Hespanhol (2007), após a decadência da cafeicultura nos anos 80, os pequenos proprietários diversificaram significativamente a produção de

[49] Reportagem publicada no Jornal Folha de São Paulo, Caderno Dinheiro B 12, em 12 de abril de 2008.

suas lavouras, fato considerado uma estratégia de manutenção da propriedade. Nas palavras da autora:

> Com a decadência da cafeicultura na região a partir dos anos 1980, os pequenos proprietários tiveram que buscar alternativas viáveis em pequenas áreas, tais como: a fruticultura destinada tanto ao processamento industrial como ao consumo *in natura*, o cultivo do amendoim, da seringueira para extração do látex e do urucum, além da pecuária de leite.
> Essas alternativas, embora tenham garantido a manutenção da propriedade, tem apresentado limitações, já que leva à subordinação dos produtores aos interesses dos intermediários e do setor agroindustrial. (2007, p. 15)

Em outras palavras, ocorre o que alguns autores denominam de subordinação da agricultura à indústria (Graziano, 1981), ou de modo mais sintético, porém, não menos contundente, complexo agroindustrial (Guimarães, 1982). Assim, em face do declínio da atividade cafeeira, tendo optado por uma diversificação de culturas para manter a propriedade, o pequeno produtor da Alta Paulista tem convivido com o espectro da expansão canavieira a partir dos anos 2000.

Com o objetivo de esclarecer como se operou essa expansão, uma vez que durante o presente trabalho o tema sempre reaparece, convém resgatar, de grosso modo, os momentos de progressão e declínio da atividade canavieira na Alta Paulista nos últimos 30 anos.

Assim, pode-se resumir dizendo que em fins da década de 70 ocorreu o primeiro surto de expansão, ou melhor, a origem da atividade canavieira nos moldes da agroindústria começa a ser delineada com o advento da segunda fase do PROÁLCOOL. Outro motivo que acelerou a substituição de áreas cafeicultoras por lavoura canavieira, corresponde à forte geada que assolou não somente a região em estudo, como também parte do Paraná e Minas Gerais. Após alguns anos de relativa euforia, a política creditícia do governo não foi suficiente para proteger o setor diante da crise de superprodução verificada nos anos 80, fato que provocou a diminuição da área plantada com cana-de-açúcar. Com a desregulamentação do setor no Governo Collor (extinção do IAA), uma nova crise propiciou a falência de algumas destilarias da região (Parapuã Agroindustrial, antiga DACAL), bem como a conseqüente diminuição das áreas

canavieiras. Por fim, a partir dos anos 2000, a agroindústria sucroalcooleira ressurge com renovado vigor na região em estudo.

Para corroborar parte do resumo acima, convém reproduzir, a seguir, um trecho elucidativo acerca da expansão canavieira na Alta Paulista a partir do ano 2000. De acordo com Hespanhol:

> Além dos problemas relacionados à comercialização da produção, outro aspecto na dinâmica regional tem preocupado os pequenos proprietários rurais e as demais instâncias do poder local (Casas de Agricultura, Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural, Sindicatos Rurais, Associação de Produtores etc.): a implantação de várias usinas de açúcar e álcool na região e a conseqüente expansão do cultivo da cana-de-açúcar por meio do arrendamento de terras. Inicialmente a expansão das lavouras de cana-de-açúcar se deu nas grandes propriedades rurais utilizadas para a criação de gado de corte e, posteriormente, nas médias propriedades rurais. Além da escassez da mão-de-obra para trabalhar, sobretudo no período da colheita de frutas e do agravamento dos problemas ambientais e sociais, a expansão da cana-de-açúcar na região pode representar também a redução do número de pequenas propriedades, devido à possibilidade do seu arrendamento visando ao cultivo da cana. (2007, p. 16)

O papel intervencionista do estado nos últimos trinta anos tem contribuído decisivamente para a reconfiguração do espaço rural brasileiro, em particular, da Alta Paulista. Se na época da segunda fase do PROÁLCOOL (PRÓ-OESTE), a intenção era fornecer as bases para um "equilíbrio econômico regional", atualmente o discurso parece se repetir, visto que a região oeste e noroeste se constituem na nova fronteira da atividade sucroalcooleira em São Paulo.

Mesmo após a extinção do IAA, percebe-se o apoio estatal na forma de crédito aos empresários da agroindústria sucroalcooleira. Esta política de subsídios voltados às novas instalações de usinas/destilarias apresenta seus reflexos na Alta Paulista durante a década vigente. Como exemplo vale a pena citar as seguintes instalações: empresa CLEÁLCO II em Queiróz (2006), Alta Paulista Indústria e Comércio Ltda (2001) em Junqueirópolis, Ibéria (2005/2006) no pequeno município de Borá e Usina Dracena (2006) no município de Dracena. A lista é longa e não convém assinalar na íntegra.

Na tabela 8, elaborada com base na pesquisa ao IBGE, realizada por Hespanhol (2007), é possível interpretar em que medida ocorreu a evolução da área plantada com

cana-de-açúcar durante os anos de 1990 – 2005 na microrregião de Dracena (compreende dez municípios) pertencente à Alta Paulista. Em 1990, a produção da cana-de-açúcar, apresentava 241.254 toneladas. Quinze anos depois, a quantidade produzida já havia, praticamente, quadruplicada (883. 387 toneladas). O aumento mais expressivo pode ser verificado no qüinqüênio 2000-2005[50].

Assim, em 2000, a produção havia despencado consideravelmente (14.000 toneladas), no entanto, em 2005 observa-se um salto fantástico na produção (883. 387 toneladas). Num espaço de cinco anos, a produção da cana-de-açúcar aumentou mais de sessenta vezes. Esta súbita evolução da produção canavieira foi propiciada certamente pela nova injeção de créditos na agroindústria sucroalcooleira do Brasil e, em particular, da Alta Paulista como um todo, guardadas as devidas diferenças de investimento. Quanto à diminuição excessiva em 2000, pode ser explicada por mais uma crise do setor sucroalcooleiro.

Em termos de evolução na área plantada, na tabela 9, em anexo, observa-se que em 1990 a microrregião de Dracena apresentava 3.869 hectares ocupados com cana de açúcar. Dez anos depois (2000) apresenta apenas 280 hectares ocupados com este produto, mas em 2005 e 2008 a ocupação com cana-de-açúcar aumenta extraordinariamente: 11.496 hectares e 49.555, respectivamente (ver tabela 10 em anexo).

Diferentemente da microrregião de Dracena, a microrregião de Adamantina, conjunto de dez municípios pertencente também à Alta Paulista, apresenta, com base na tabela 11, em anexo, uma evolução contínua de sua produção canavieira, fato que comprova a superioridade desta última microrregião em relação à primeira.

Sobre o desenvolvimento desigual do capitalismo na agricultura brasileira, as reflexões de Graziano Silva (1981) se mostram atualíssimas e de grande pertinência se forem transladadas no tempo e no espaço da região da Alta Paulista nos últimos anos. Segundo o referido autor:

[50] A análise de Hespanhol, referendada pelos dados do IBGE, coincidem com as informações da Casa da Lavoura de Parapuã. Segundo este órgão, a cafeicultura é a atividade que mais perdeu espaço nos últimos anos para a cana-de-açúcar na região da Alta Paulista, em particular, Parapuã.

> (...) vale a pena ressaltar que o desenvolvimento do capitalismo, em particular no campo, é um caminho sempre cheio de contradições e não havia de ser diferente no caso brasileiro. Pelo contrário, as contradições aqui foram acentuadas tanto pelo caráter extremamente desigual do desenvolvimento das várias regiões do País, como pela presença marcante do Estado na sua condução. (p. 64, 1981)

Um dos principais fatores que podem favorecer um maior desenvolvimento do capitalismo no campo é, sem dúvida, a fertilidade do solo. Deriva-se deste fato, talvez, o alto preço de arrendamento de terras na região de Ribeirão Preto. Como conseqüência do encarecimento da terra na região mais próspera da agroindústria sucroalcooleira paulista, assiste-se, portanto, uma tendência acentuada nos arrendamentos de terra destinada às lavouras de canavieiras nas regiões noroeste e oeste do estado, em particular, na Alta Paulista.

No que tange à polêmica dos biocombustíveis, para os representantes do capital sucroalcooleiro brasileiro[51] tornou-se muito cômodo atirar a culpa na produção de biocombustíveis produzidos a partir do milho, como no caso americano, visto que houve uma sistemática substituição da soja e do trigo pelo milho, produto que tem sido direcionado mais para abastecer veículos e ração animal do que para a alimentação humana.

Na visão do Banco Mundial (BIRD), os biocombustíveis foram responsáveis por 75% do aumento excessivo nos preços dos alimentos no mundo. Autoridades ligadas ao órgão acusaram os grandes agricultores de desviarem sua produção para o abastecimento de automóveis ao invés de focalizar a produção de alimentos. Entretanto, no estudo empreendido pelo BIRD, o álcool brasileiro não aparece como o responsável direto, visto que a crítica é direcionada à produção do milho estadunidense.

Já para a FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura) o principal vilão da crise dos alimentos tem sido os fortes subsídios concedidos aos agricultores dos países ricos, sobretudo, os Estados Unidos. Apesar de também não economizar críticas à produção de biocombustíveis, o diretor-geral da FAO

[51] Marcos Jank, presidente da ÚNICA, em entrevista na Folha de São Paulo afirmou que a condenação do processo de biocombustíveis no Brasil não tem fundamento e que a produção a partir do milho americano é que pode ter causado a alta nos preços dos alimentos, devido à substituição da soja e do trigo pelo milho. Ver em Caderno Dinheiro B 12, 18 de abril de 2008.

– Jacques Diouf – ressaltou que a alta dos preços nos alimentos foi causada pelos biocombustíveis produzidos a partir do milho e não o feito a partir da cana, declaração semelhante a do BIRD e que tranqüilizou os defensores do biocombustível brasileiro, em especial, os representantes do capital sucroalcooleiro.

Embora organismos como o FMI e o Banco Mundial (BIRD) demonstrem "elevada preocupação" com os números da fome no mundo, propondo medidas paliativas de caráter humanitário, é bom ressaltar que estas organizações sempre estiveram em perfeita sintonia com as políticas neoliberais. Exemplo ilustrativo e paradigmático é a precarização das economias dos países em desenvolvimento durante os anos 90.

O FMI e o Banco Mundial trataram de impor àqueles países dependentes o fim de boa parte dos impostos de importação e a conseqüente redução do apoio governamental aos produtores agrícolas, visto que essa era uma das exigências para a possível renegociação da dívida externa e posteriores empréstimos. Assim, após a eliminação dos impostos para importação e fim do auxílio aos agricultores dos países em desenvolvimento, os países mais ricos permaneceram com sua proteção alfandegária ao mesmo tempo em que os subsídios aos seus agricultores atingiam cifras vultosas.

Mesmo com toda a discussão acirrada em torno da alta dos preços dos alimentos, pouca coisa mudou desde então. Há muito tempo a FAO vinha alertando sobre o risco dos fortes subsídios na agricultura dos países ricos bem como a falta de um investimento adequado em infra-estrutura nos países pobres, fato que impossibilita economicamente a produção agrícola nas diversas partes do globo.

Os subsídios concedidos aos produtores agrícolas dos países ricos se constituem num obstáculo para a exportação de produtos advindos dos países em desenvolvimento e a Rodada Doha está praticamente emperrada e tem sido de pouca ou nenhuma utilidade. Neste aspecto, de acordo com Alejandro Iturbe:

> O pleito de fim dos subsídios vem sendo discutido sem nenhum avanço, desde 1994, na chamada Rodada Doha, impulsionada pela OMC, apesar da insistência de países que não subsidiam sua produção, como a Argentina, a Austrália, o Brasil e o Canadá. (...) Ao mesmo tempo, o possível fim dos subsídios e uma redução das barreiras alfandegárias foi o elemento central da oposição dos agricultores norte-americanos à

> constituição da ALCA e um dos fatores que contribuiu para sua não implementação. (2008, p.77)

A tentativa de dar continuidade à Rodada Doha (liberalização do comércio mundial) em julho de 2008 na Suíça não provocou o efeito desejado. Do lado europeu, as principais reivindicações diziam respeito à maior abertura a mercados de produtos industrializados e de serviços. Para tanto, a proposta estaria combinada com um corte de 54% nas tarifas, além de uma redução de mais de 70% nos subsídios domésticos[52]. No entanto, do lado estadunidense não houve nenhuma proposta que acenasse para a redução satisfatória dos subsídios domésticos e mais uma vez a Rodada Doha estacionou.

A segurança alimentar tem permanecido na pauta de organizações e movimentos sociais do campo no Brasil – Comissão Pastoral da Terra, Via Campesina, CONTAG e MST – bem como faz parte da política externa dos países ricos, entretanto, pouca coisa tem sido alterada concretamente. Recentemente[53]a secretária de Estado dos Estados Unidos, Hillary Clinton, veio a público manifestar sua preocupação com a erradicação da fome no mundo propondo uma série de medidas para revitalizar a agricultura, algo que, segundo ela, levaria comida à mesa de mais de um bilhão de famintos.

Curiosamente, em nenhum momento do texto a secretária de Estado dos Estados Unidos lembrou que um dos maiores impeditivos para a economia agrícola dos países pobres são os pesados subsídios que o seu país concede aos agricultores norte-americanos. Tampouco se lembrou das empresas que controlam a venda de sementes transgênicas[54] e das cerca de cinqüenta multinacionais que controlam 90% do comércio mundial de alimentos. Esqueceu de dizer também que nem sempre os países produtores de alimentos focalizam o comércio interno e que a comercialização está voltada para o mercado exterior.

---

[52] Reportagem exibida pelo Jornal Folha de São Paulo em 5 de julho de 2008. Caderno Dinheiro B 14.

[53] Artigo denominado "A segurança alimentar e a fome" reproduzido em Tendências / Debates em 16 de outubro de 2009.

[54] De acordo com Alejandro Iturbe – A "crise dos alimentos", Marxismo Vivo nº 18, julho de 2008 – a empresa norte-americana Monsanto detém 80% do mercado de sementes transgênicas e cobra "royalties" por suas patentes. Mesmo com os efeitos indesejáveis que podem trazer à saúde os alimentos transgênicos da Monsanto têm sido liberados pela FAO.

O agronegócio arrefeceu a agricultura familiar, usurpando significativas porções de terra e priorizando a monocultura de produtos como a soja, o milho, a cana-de-açúcar e o trigo justamente porque no mercado exterior consegue ótimos preços na forma de commodities. Trata-se de um processo observado desde o fim dos anos 70 e início dos anos 80, pelo menos no que se refere ao Brasil, em especial, o estado de São Paulo. De acordo com Graziano:

> Como os chamados insumos modernos – especialmente fertilizantes, defensivos e a mecanização – são fortemente subsidiados, as condições de lucratividade das culturas ditas modernas (justamente porque utilizam maiores proporções de insumos modernos) são maiores: ainda mais porque, sendo quase sempre produtos de exportação e/ou de transformação industrial (como cana, café, soja, trigo, etc.), têm sempre uma evolução dos preços relativamente mais favorável do que as culturas tradicionais, que são basicamente os produtos alimentícios (arroz, mandioca, feijão, etc.), cujos preços repercutem diretamente no aumento do custo de vida. Não é coincidência, portanto, verificar que as culturas "modernas" têm uma lucratividade maior que as tradicionais. (1981, pp. 29-30):

Assiste-se, sem dúvida, a uma estupenda concentração da terra voltada para o comércio de commodities regido por oligopólios que defendem um modelo agrícola excludente e danoso ao meio ambiente, onde nem sempre quem produz é quem come. Sobre este último aspecto Iturbe aponta que:

> Outro resultado absurdo deste processo é que, em países exportadores de alimentos, milhões de pessoas morrem de fome. Na Índia, por exemplo, mais de 20% da população sofre de fome crônica e 48% das crianças menores de cinco anos estão desnutridas. No entanto, o país exportou mais de US$ 1, 8 bilhão de arroz em 2004.[55]
> Alguns casos poderiam resultar cômicos, se não expressassem uma realidade terrível: a Colômbia, com 13% da população desnutrida, produz e abastece, em terras que poderiam ser utilizadas para o cultivo de alimentos destinados ao consumo interno, 62% de todas as flores ornamentais vendidas nos EUA. (2008, p. 78)

A liquidação da soberania alimentar dos países em desenvolvimento está em curso e somente a incorporação de um novo modelo agrícola permitirá que mais de um bilhão de pessoas deixem de flertar com a fome. Enquanto o ramo agrícola for dominado

[55] Dados da FAO retirados pelo autor em Key Statistics of Food and Agriculture External Trade.

por um comércio oligopólico sustentado por commodities, será comum deparar-se com recordes astronômicos acerca de área plantada e colheita bem sucedida.

Projeção feita pela FAO[56] adverte que nas próximas quatro décadas a população mundial aumentará cerca de 2,3 bilhões de pessoas, fato que demandará um aumento de 70% na produção de alimentos. Além de o comércio oligopólico, a concentração latifundiária e os subsídios aos agricultores dos países ricos que, acabam impossibilitando a concorrência dos agricultores dos países em desenvolvimento, ainda há a forte possibilidade de uma mudança climática, fato que poderá causar a diminuição de até 21% da produção agrícola nos países em desenvolvimento. A isso tudo se soma a necessidade de utilizar a água e a energia de modo mais eficiente, bem como a correta utilização dos insumos químicos e dos recursos naturais.

Não se sustenta a justificativa apresentada por produtores e defensores dos biocombustíveis de que estes não são agressivos ao meio ambiente como os combustíveis fósseis o são e que não ocupam áreas destinadas à alimentação humana, uma vez que somente 1% da área plantada em solo brasileiro está ocupada com cana-de-açúcar, como afirmou o presidente Lula.

Segundo Paul Roberts[57], jornalista investigativo, mesmo que a área destinada à produção de biocombustíveis seja ínfima há que se considerar que nessas áreas "é onde o dinheiro está". Em outras palavras, todo o incentivo governamental e empresarial se encontra no agronegócio sucroalcooleiro, ficando o pequeno e médio produtor rural excluído da política creditícia.

Do mesmo modo ocorre com a indústria dos transgênicos, voltada exclusivamente à agricultura dos mais abastados que investem na monocultura da soja, pois lá "é onde o dinheiro está". As grandes multinacionais como a Monsanto, por exemplo, não estão preocupadas com os pequenos produtores que precisam de sementes de pouco valor mercadológico, seu foco é o grande produtor rural.

De acordo com Roberts, a substituição do petróleo pelo álcool não é suficiente por si só para que sejam preservados os recursos naturais. Os patrocinadores dos

[56] Artigo de Jacques Diouf, diretor-geral da FAO, reproduzido em Tendências / Debates no Jornal Folha de São Paulo em 18 de outubro de 2009.
[57] Em entrevista publicada no Jornal Folha de São Paulo a 23 de junho de 2008 em Entrevista da 2ª.

biocombustíveis estão trocando um problema pelo outro, visto que estão substituindo um recurso natural limitado (petróleo) por outro que também é limitado (terra).

Este foi, portanto, um recorte das principais questões relacionadas à crise alimentar deflagrada durante os meses de março a agosto de 2008, enfocando as análises dos diferentes atores envolvidos. Para tanto, utilizou-se como fonte bibliográfica as notícias veiculadas nos meios de comunicação bem como alguns periódicos do meio acadêmico que se debruçaram sobre o tema. Procurou-se também, neste último item, estabelecer uma relação dos acontecimentos mencionados acima com a realidade da produção agropecuária da Alta Paulista.

Uma análise mais crítica apontará, no entanto, que intitular esse evento mundial de crise dos alimentos relacionado à ausência dos mesmos nas prateleiras, constitui-se numa imprecisão conceitual, visto que os alimentos não deixaram de ser produzidos nem tampouco estiveram ausentes das prateleiras dos supermercados, mas sim inacessíveis à massa de ínfimo poder aquisitivo que, contraditoriamente, reside em países exportadores de alimentos como a Índia, já apontado no início desta explanação.

4.5 Considerações Finais

O dinamismo do setor sucroalcooleiro, caracterizado por mudanças rápidas e contínuas, não permite que determinadas pesquisas sejam definitivas e completas quando se trata de aspectos como a intensificação da produção canavieira, a substituição sistemática de áreas anteriormente destinadas à produção de alimentos, o processo migratório, o corte mecanizado, as novas tecnologias no setor, as relações e condições precárias de trabalho, as políticas de incentivo governamentais, o movimento sindical, a crescente acumulação do capital, além de outros tratados neste estudo de caso.

Todavia, a bibliografia utilizada, a consulta a sites especializados na temática do agronegócio, a participação nos eventos acadêmicos que trataram especificamente do tema, a análise das notícias veiculadas na grande imprensa, a pesquisa de campo – sindicato, usina de açúcar, Casa da Lavoura em Parapuã, Polícia Ambiental, entrevista com os trabalhadores – permite arriscar e até sustentar algumas considerações, mesmo

que preliminares, sobre a agroindústria sucroalcooleira, em especial da Alta Paulista, ao final deste trabalho.

Iniciando a série de considerações sobre a agroindústria sucroalcooleira, em geral, aponta-se que a intensificação da produção canavieira segue inabalável, mesmo diante da proposta do zoneamento da cana pelo governo federal. O salto na produção de veículos bicombustíveis provocou um aumento considerável do cultivo da cana-de-açúcar no Brasil. Assim, de acordo com dados oferecidos pelo IBGE, os estados de Mato Grosso do Sul, Goiás e Minas Gerais constituem as novas fronteiras agrícolas da cana. O primeiro apresentou aumento percentual de 31, 8%, o segundo de 49, 7% e o terceiro de 22, 84% na safra de 2008 / 2009.

Não obstante, a produção sucroalcooleira apresentar aumento considerável em Mato Grosso do Sul, Goiás e Minas Gerais enquanto São Paulo apresenta apenas 16, 8% de aumento nas áreas destinadas à produção canavieira, este último ainda exibe uma liderança no setor que responde por 59, 8% da produção nacional.

O preço mais acessível das terras nas novas regiões produtoras pode ser explicado pela maior disponibilidade das mesmas, uma vez que no estado de São Paulo as terras são mais valorizadas. Em nível nacional a nova fronteira sucroalcooleira é o interior do Brasil – o Centro – Oeste – enquanto que no estado de São Paulo o aumento de 16, 8% reflete a ocupação de terras nas regiões oeste (região de Presidente Prudente) e noroeste (região de Araçatuba) do estado apontam para as novas áreas a serem exploradas.

São constatações que corroboram a argumentação ao longo deste trabalho quando se aponta que a gestão do agronegócio, a partir dos anos 90, reconfigurou o campo brasileiro, sufocou a pequena produção voltada à alimentação humana, alterou profundamente as relações e as condições de trabalho, compactuou com o trabalho escravo, aumentou a concentração fundiária[58], prejudicou a qualidade do ar, comprometeu seriamente os biomas próximos às áreas monocultoras da cana e da soja.

[58] É cada vez mais crescente o número de agricultores que arrendam suas terras às usinas de açúcar em São Paulo. Assim, depois de anos recebendo uma remuneração vantajosa, o produtor rural perde toda a identidade com a terra quando o contrato não se mostra mais favorável. Situações como esta leva o produtor a vender por preços irrisórios sua propriedade e se deslocar para os centros urbanos.

As constantes queimadas, o despejo de resíduos químicos nas nascentes dos rios, o desmatamento ilegal e sistemático levado a cabo pelo agronegócio já é uma realidade no Alto Araguaia. A monocultura da soja, do milho, do algodão e mais recentemente, da cana –de – açúcar, tem destruído sistematicamente o cerrado. É bom ressaltar que a pecuária, que antes era uma atividade de grande envergadura no sudeste, também contribui para o desmatamento e as freqüentes queimadas no Alto Araguaia. A criação de gado se tornou tão intensiva nesta região que estudiosos já apontam para a relação de dez bois para cada habitante.[59]

O fato das pesquisas do IBGE apontarem que o agronegócio em expansão tenha na soja, no milho e na cana – de – açúcar percentagem equivalente a mais da metade da produção agrícola onde o valor ultrapassa R$ 70 bilhões[60], não justifica a defesa exaltada e efusiva da expansão deste setor como temos assistido recentemente na contenda envolvendo o Ministro do Meio Ambiente e o Governador do Mato Grosso do Sul.[61]

Portanto, ao mesmo tempo em que pretende duplicar a área cultivada com cana – de – açúcar no país, o presidente Lula propõe vetar o plantio em pelo menos 50% do país. A política de preservação ambiental pregada pelo presidente vai ao encontro com seu discurso na Comissão Européia quando negou veementemente que o cultivo da cana – de açúcar tem substituído áreas destinadas à produção de alimentos. O zoneamento da cana permitirá ao governo apagar a imagem ruim do álcool brasileiro no exterior, criando, portanto, uma espécie de "selo verde" para o biocombustível.

O principal alvo desta política é a Amazônia e o Pantanal, no entanto, se depender da atuação dos governadores do Mato Grosso do Sul e do Mato Grosso do Norte, de Reinhold Stephanes e da presidente da CNA (Confederação nacional da

[59] Reportagem na revista Caros Amigos em agosto de 2008.
[60] Reportagem veiculada no Jornal Folha de São Paulo mostra que segundo o IBGE, três produtos (soja, milho e cana – de açúcar) respondem por mais da metade da produção agrícola nacional avaliada em R$ 148, 4 bilhões em 2008. Caderno Dinheiro B 13, 17 de outubro de 2009.
[61] Na oportunidade o Governador do Mato Grosso do Sul se mostrou publicamente indignado com a decisão do Ministro do Meio Ambiente Carlos Minc de vetar a construção de novas usinas de álcool em áreas de preservação ambiental como o Pantanal sul-mato-grossense. Demonstrando todo o arcaísmo e reacionarismo típicos do mais tradicional coronelismo, Blairo Maggi ameaçou estuprar em praça pública o Ministro quando este último desembarcasse em Campo Grande. Declarações infelizes como esta têm sido a tônica no discurso deste Governador, vale lembrar que em 2008 Blairo Maggi defendeu o desmatamento como mecanismo inevitável para enfrentar a crise global dos alimentos.

Agricultura), senadora Kátia Abreu (DEM- TO), estas regiões se transformarão no novo "Eldorado" da cana no Brasil. Para os paladinos do agronegócio sucroalcooleiro o zoneamento da cana é um ataque à iniciativa privada, prova disso é o comentário de Kátia Abreu a respeito do zoneamento da cana: "proibir é uma coisa de que não gosto, ferir o direito de propriedade e a livre iniciativa incomoda."

Concluindo as considerações acerca da intensificação da produção canavieira e sua conseqüente expansão, defende-se, neste trabalho, que as políticas públicas não se restrinjam tão somente à preservação do meio ambiente como também reservem importância similar à reforma agrária e à garantia de áreas destinadas à produção alimentícia.

No que se refere ao processo migratório verificado no contexto do desenvolvimento da agroindústria sucroalcooleira a partir dos anos 90, tendo alcançado seu apogeu após a virada da década que ora se afunila, cabe destacar a participação de novos atores no corte da cana. Anteriormente oriundos da Bahia e de Minas Gerais, nota-se na Alta Paulista, a exemplo de todas as regiões canavieiras de São Paulo, a migração de trabalhadores vindos do Piauí, Maranhão, Alagoas e Pernambuco.

A expansão desenfreada da cana – de – açúcar no Centro – Sul e a valorização de terras provocaram o deslocamento da pecuária dessa região para áreas do Maranhão, fato que motivou a migração dos trabalhadores do campo para as lavouras canavieiras paulistas. O reflexo dessa migração na Alta Paulista pode ser notado na rede de ensino, no atendimento à saúde, na valorização do mercado imobiliário, no fortalecimento do comércio, nas relações sociais de produção dentro e fora do contexto sucroalcooleiro, no conflito e intercâmbio cultural e demais aspectos que, se tornam mais perceptíveis justamente em cidades com população de até 10.000 habitantes como Parapuã, Rinópolis, Iacri, Salmourão.

Quanto às expectativas em torno do corte mecanizado, considera-se que as conseqüências desta ocorrência ainda não se manifestaram de forma avassaladora nas pequenas unidades produtoras da Alta Paulista, como por exemplo, na Parapuã Agroindustrial.

Especula-se que a tendência é o deslocamento da força de trabalho de regiões onde a mecanização se espraiou de modo mais incisivo para regiões como a Alta

Paulista que ainda convivem com o corte manual da cana – de – açúcar. Especulações à parte, o fato é que tal deslocamento só seria possível com o aumento da área plantada e um notável crescimento das pequenas e médias empresas sucroalcooleiras da região, sem os quais, não haveria a menor possibilidade de alocar o enorme contingente de trabalhadores desempregados pelo corte mecanizado da cana.

Como o corte mecanizado é uma realidade mais notável apenas nas unidades de maior poder aquisitivo, julgamos que a diminuição dos postos de trabalho nas pequenas usinas da região em estudo possa ser sentida de modo mais abrupto apenas nas próximas safras, visto que o prazo para o fim da queima da palha da cana – de – açúcar está previsto para 2014 nas áreas planas e 2017 nas áreas com declividade acima de 12%.

No que tange às novas tecnologias no setor canavieiro, há que se ressaltar a utilização da queima do bagaço da cana para a co-geração de energia, os experimentos genéticos (biotecnologia) com as muitas variedades da cana, o combate às pragas através dos defensivos químicos, a automação microeletrônica, a certificação ambiental pautada na ISO 9000 e ISO 14000 bem como o desenvolvimento da indústria fabril.

Importante lembrar que o parque sucroalcooleiro brasileiro é heterogêneo e que o desenvolvimento tecnológico atinge somente parte das empresas sucroalcooleiras, uma vez que os pequenos grupos ainda não têm acesso à tecnologia, algo que certamente levará certo tempo.

O fim das terceirizações no que se refere à subcontratação da força de trabalho para atuar na agroindústria sucroalcooleira paulista tem sido uma das metas do Compromisso Nacional da Cana, conforme evidenciado no quarto capítulo. Embora boa parte das usinas tenha aderido ao acordo, a atuação dos agenciadores da força de trabalho ainda é uma realidade nas regiões canavieiras de São Paulo. Na Alta Paulista, algumas empresas se utilizam deste expediente, casos da FLORÁLCOOL e da Bioenergia S.A. de Lucélia, esta última mais conhecida como Central de Álcool Lucélia.

O fim da intermediação dos “gatos” não resolve inteiramente as condições de trabalho degradantes verificadas nas lavouras de cana em São Paulo. O respeito à pausa ergonômica – parada destinada à reposição de energia do trabalhador – nem sempre é constatada nas usinas, a exigência pautada na produtividade ainda persiste como garantia de contrato até o final da safra, o tabelamento dos preços da cana a ser cortada nem

sempre é estabelecido antecipadamente nos locais de trabalho, a medição utilizando o compasso ainda carece de exatidão e se assemelha à rapinagem, os transportes de trabalhadores até o local de serviço ainda são realizados por ônibus sucateados, muitos migrantes ainda residem em moradias sem qualquer infra-estrutura, os equipamentos de proteção individual (EPIs) permanecem objeto de controvérsia entre usineiros e trabalhadores, uma vez que nem todos são cedidos gratuitamente ao longo da safra. Enfim, as relações e as condições de trabalho ainda são precárias, mesmo nas usinas de maior infra-estrutura persistem condições de trabalho análogas à escravidão[62].

De modo particular, na Alta Paulista, a realidade não destoa de outras regiões canavieiras do Centro – Sul, vide os casos da Parapuã Agroindustrial (2008) e da FLORÁLCOOL (2005), quando ambas foram autuadas pelo Ministério Público do Trabalho e Ministério Público Federal, respectivamente.

Para a Comissão Pastoral da Terra [63] (CPT) os verdadeiros beneficiados com o Compromisso Nacional da Cana serão os usineiros, os mais recentes "heróis nacionais" (denominação conferida por Lula aos usineiros). Através deste acordo precário os representantes do capital sucroalcooleiro poderão obter uma certificação social da atividade canavieira comprovando e rechaçando as acusações de que o setor se desenvolve a custa do trabalho escravo e da devastação do meio ambiente.

O incentivo governamental para o agronegócio segue como uma das políticas prioritárias do governo Lula. Enquanto os pequenos produtores travam luta desigual por recursos públicos capazes de integrá-los no processo produtivo de alimentos, os atores do agrobusiness se beneficiam de acesso exclusivo aos créditos, tendo, periodicamente perdoadas as suas dívidas astronômicas.

De acordo com comunicado da CPT (Comissão Pastoral da Terra) somente no primeiro semestre de 2009 o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) designou para o setor sucroalcooleiro mais de R$ 3,2 bilhões, valor que supera em 36% o montante direcionado ao setor no ano anterior. Dinheiro que foi e é extraído, em grande medida, do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

---

[62] Dados da Comissão Pastoral da Terra indicam que em 2008 foram resgatados 5266 trabalhadores, 2553 somente do setor sucroalcooleiro. Em 2009 até 23/09 foram resgatados 2806 trabalhadores, dos quais, 1242 do setor sucroalcooleiro. Os números referentes ao ano de 2007 foram demonstrados na nota nº 9.

[63] Em comunicado expedido no dia 25 de junho de 2009 no site WWW.cptnac.com.br

O movimento sindical combativo deixou de ser uma característica geral e atualmente o mundo do trabalho é marcado pelo *sindicalismo de resultados*, preocupado com a harmonia ou conciliação dos interesses do patronato e do operariado. É claro que o movimento sindical ainda comporta exceções, que ainda existem líderes sindicais que vão até onde o trabalho se encontra e que não permanecem alheios e indiferentes à ofensiva do capital sobre o trabalho.

No caso da Alta Paulista, em particular, evidencia-se o continuísmo nos cargos diretivos de alguns sindicatos, como no caso específico de Parapuã (quase 25 anos de gestão). A contribuição sindical, cobrada compulsoriamente na folha de pagamento dos trabalhadores, ainda é a principal razão de existência desses sindicatos acomodados com a política conciliatória na relação capital/trabalho.

Na Alta Paulista, o pequeno produtor padece da falta de recursos, o PRONAF pouco auxilia, uma vez que, em algumas cidades, não há qualquer tipo de fiscalização ou sequer uma assistência técnica direcionada para o custeio e o financiamento da produção. No caso de Parapuã, as ações do sindicato, Casa da Lavoura e Cooperativa não convergem na mesma direção, visto que cada uma das instituições adota uma linha de trabalho muito diferenciada.

A luta dos poucos sindicatos comprometidos na luta pela dignificação do trabalho no campo esbarra por vezes na truculência do setor latifundiário, que não hesita em se utilizar dos recursos mais violentos. Um caso emblemático, ocorrido em agosto de 2009 em Ribeirão Bonito – SP foi o atentado a uma das lideranças da Greve de Guariba e atual presidente da FERAESP. Para as entidades comprometidas com a luta sindical trata-se de mais uma medida truculenta do capital latifundiário, visando minar a resistência dos trabalhadores rurais.

Finalizando as considerações a respeito da agroindústria sucroalcooleira no Brasil, dando amplo destaque a São Paulo, e particular atenção à região da Alta Paulista, faz-se necessário reafirmar que o setor passa por profundas transformações, tanto de caráter tecnológico quanto de cariz concentracionista, uma vez que a internacionalização na produção sucroalcooleira já chega a 20%. Entretanto, nunca é demais reforçar que o desenvolvimento do capitalismo no campo apresenta-se de modo muito desigual e contraditório no Brasil (Graziano Silva, 1981) e a Alta Paulista se constitui num típico

exemplo, uma vez que é considerada uma das microrregiões menos desenvolvidas do estado de São Paulo.

De modo geral, constata-se que o agronegócio ocupa realmente áreas anteriormente destinadas à produção de alimentos, reproduz condições degradantes de trabalho, compactua com as grandes corporações (Monsanto, Cargill, Bunge, Dreyfuss, BASF, DU Pont, Syngenta e outras), concentra suas atividades em poucas culturas (milho, cana e soja) e contribui para o estrangulamento e a destruição da agricultura camponesa.

E na região da Alta Paulista não tem sido diferente. Dados recentes do IBGE indicam a supremacia da agroindústria sucroalcooleira no que tange à área cultivada com lavouras temporárias na maioria dos municípios. Na tabela 10, em anexo, fica claro que os municípios que sediam as empresas sucroalcooleiras apresentam percentualmente mais de 30, 40 ou 50% de sua área ocupada com o cultivo da cana – de – açúcar.

Chamam a atenção os dados relativos à Flórida Paulista onde se situa a usina FLORÁLCOOL. Com uma área de estabelecimentos agropecuários calculada em 39. 088 hectares, 23.000 são destinados à cana – de – açúcar, percentagem superior a 50%. Outros casos corroboram a afirmação presente ao longo deste trabalho quando demonstra o predomínio da monocultura canavieira na Alta Paulista: Parapuã (Parapuã Agroindustrial), Adamantina (Usinas de Açúcar e Álcool Branco Perez) e Lucélia (Bioenergia S. A.).

As considerações finais da pesquisa que ora se “encerra” deixam a sensação de que permanecem mais dúvidas que certezas. Lacunas existem para serem preenchidas e as críticas serão aceitas no sentido de aperfeiçoamento deste trabalho. O próprio título já fornece a dimensão do presente trabalho – Um perfil da Agroindústria Sucroalcooleira da Alta Paulista – que prioriza aspectos gerais da agroindústria sucroalcooleira no Brasil e qual o seu impacto na região em estudo.

Conscientes de que este trabalho não possui a pretensão de responder ou solucionar todos os dilemas que o tema apresenta e exige, acredita-se que ao menos possa oferecer uma contribuição social ou acadêmica suscitando questionamentos ou futuras pesquisas capazes de explorar ou elucidar boa parte das questões sociais e trabalhistas que não puderam ser contempladas em sua plenitude, como por exemplo, a

consciência de classe dos trabalhadores canavieiros, o que é ser migrante no contexto da agroindústria sucroalcooleira da Alta Paulista, o impacto político, econômico e cultural da migração, os medos, sonhos e perspectivas do trabalhador canavieiro em face do espectro da mecanização que se avizinha, a alocação da massa de trabalhadores desempregados no mercado de trabalho bem como outros desafios contidos no contexto da agroindústria sucroalcooleira do Brasil e, em particular, da Alta Paulista. Questões essas que se constituem alvo de nossas futuras pesquisas.

Referências

ANDRADE, Manuel Correia de. *Modernização e pobreza: a expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social*. São Paulo: Ed. UNESP, 1994.

ANTUNES, R. (Org). Miséria e Riqueza do Trabalho no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2006, 528 p. Coleção Mundo do Trabalho

BERTERO, José Flávio. *Estado, Agricultura e Agroindústria: estudo da base paulista da economia canavieira do Brasil entre 1948 e 1990*. 1991,765 f. Tese (Doutorado em Sociologia).FFLCH USP, São Paulo.

BUAINAIN, A.M. In. RAMOS, P.... [et al.]. Dimensões do agronegócio brasileiro: políticas, instituições e perspectivas. Neads Estudos, 15. Brasília: MDA, 2007.

BRAY, S.C.; FERREIRA, E.R. & RUAS, D.G.G. *As políticas da agroindústria canavieira e o PROÁLCOOL no Brasil*. Marília: UNESP – Marília – Publicações, 2000.

CAMARGO, J.M. *Análise do emprego na agricultura paulista nos anos 90*. 2007 196 f. Tese (Doutorado em Ciência Econômica). UNICAMP, Campinas.

CAMARGO, A.M.M. P et al. *Dinâmica e tendência da expansão da cana-de-açúcar sobre as demais atividades agropecuárias, no estado de São Paulo, 2001 – 2006*. São Paulo: v.38, p. 47 – 66 n° 3, mar. 2008. (pdf).

CAROS AMIGOS. Ano XII nº 137, editora Casa Amarela, agosto de 2008.

CORSI, F. A economia brasileira na década de 90: estagnação e vulnerabilidade externa. In: Desafios do Trabalho – Capital e Lutas de Classes no Século XXI. Org. por Roberto Lemes Batista e Renan Araújo – Londrina: Práxis; Maringá: Massoni, 2003, pp. 17 – 54.

FANON, F. *Os condenados da terra.* Rio de Janeiro: 1968. Editora Civilização.

FOLHA DE SÃO PAULO. Caderno Dinheiro B12. 11 de abril de 2008.

_____.Caderno Dinheiro B 12, 17 de abril de 2008.

_____. Caderno Dinheiro B 12, 18 de abril de 2008.

_____. Caderno Dinheiro B 8. 22 de abril de 2008.

_____. Caderno Dinheiro B 4. 09 de maio de 2008.

_____. Caderno Dinheiro B 3. 16 de maio de 2008.

_____. Caderno brasil A 10. 29 de maio de 2008.

_____. Caderno Cotidiano C1, C3 e C4. 01º de junho de 2008.

_____. Caderno Dinheiro B 2. 15 de junho de 2008.

_____. Entrevista da 2ª. 23 de junho de 2008.

_____. Caderno Dinheiro B 14. 05 de julho de 2008.

_____. Caderno + Mais!. 24 de agosto de 2008.

_____. Caderno + Mais! 01º de fevereiro de 2009.

_____. Caderno Dinheiro B 1. 09 de agosto de 2009.

_____. Caderno Dinheiro B 4. 10 de agosto de 2009.

_____. STEDILE, João Pedro. É preciso um novo modelo agrícola para o país. Tendências / Debates. A 3. 10 de agosto de 2009.

_____. Usinas descumprem compromisso com Lula. Agrofolha, Caderno Dinheiro B 10, 06 de outubro de 2009.

_____. Produção de cana cresce mais fora do Estado de SP. Caderno Dinheiro B 13, 17 de outubro de 2009.

_____. CLINTON, Hillary. A segurança alimentar e a fome. Tendências / Debates. A 3. 16 de outubro de 2009.

_____. DIOUF, Jacques. Alimentos para o futuro. Tendências / Debates. A 3. 18 de outubro de 2009

GARCIA JÚNIOR, Afrânio Raul. O Sul: caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo: Marco Zero: Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília: MCT - CNPq, 1989. (Coleção pensamento antropológico).

GUIMARÃES, A.P. *A crise agrária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2ª edição, 1982.

GRAMSCI, A. "Americanismo e fordismo", In: Cadernos do Cárcere, vol. 4, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, pp. 238-282.

GRAZIANO NETO, F. *Qual reforma agrária?* São Paulo: Geração Editorial, 1996.

HESPANHOL, R.A. M. & MARIA, L.X. As particularidades do trabalho temporário do Distrito de Guachos, município de MARTINÓPOLIS-SP. Estudos Geográficos, Rio Claro, 45-61, www.rc.unesp.br/igce/grad/geografia/revista.htm

HESPANHOL, R.A. Decadência da cafeicultura e pequenas propriedades rurais: alternativas econômicas na microrregião geográfica de Dracena – SP. FCT/ UNESP, Presidente Prudente, SP, Brasil, 2007. Artigo apresentado no XLV Congresso da SOBER – Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. (pdf)

MONTEIRO, A.V.V. M, PANZUTTI, N.P.M. & BAPTISTELLA, C. S. L. O Sindicato de Trabalhadores Rurais na Região de Nova Alta Paulista. *Informações Econômicas, SP, v. 26, n. 6, jun, 1996.*

IANNI, O. Origens agrárias do estado brasileiro. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1984.

ITURBE, A. A "crise dos alimentos". Dossiê "A crise dos alimentos", pp. 70-82. In: Marxismo Vivo – Revista de Teoria Política Internacional- nº18, 2008, São Paulo – Brasil – Instituto José Luís e Rosa Sundermann.

ENGELS, F. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado.* São Paulo: Ed. Escala. 2ª edição, 2007.

LENIN. V.I. El imperialismo, fase superior del capitalismo. Obras Completas. Tomo: 27. Moscú: Editorial Progreso, 1985.

MARTINS, R.C. & SILVA, M.A. de M. *Trabalho e meio ambiente: o avesso da moda do agronegócio.* Lutas & Resistências, Londrina, v.1, p. 91-106, set. 2006.

MELLO, M. C. d' Incao. O "Bóia-fria": Acumulação e Miséria, Petrópolis, Ed. Vozes, 1975.

MONTES, Eduardo. Biocombustíveis ou biofome para a humanidade. Dossiê "A crise dos alimentos", pp. 87-90. In: Marxismo Vivo – Revista de Teoria Política Internacional- nº18, 2008, São Paulo – Brasil – Instituto José Luís e Rosa Sundermann.

MORAES, M.A.F.D. Desregulamentação da Agroindústria canavieira: novas formas de atuação do Estado e desafios do setor privado, pp. 21-42. In: Agroindústria canavieira no Brasil – Evolução, desenvolvimento e desafios. Márcia Azanha Ferraz Dias de Moraes, Pery Francisco Assis Shikida (Organizadores). São Paulo: Atlas, 2002.

MÜLLER, Geraldo. A terra não é mais aquela: Mirad nela? In: Reforma Agrária da Nova República: contradições e alternativas / Laurindo Leal (organizador). – São Paulo: Cortez: EDUC, 1986.

OLIVEIRA, A.M.S. A relação capital – trabalho na agroindústria sucroalcooleira paulista e a intensificação do corte mecanizado: gestão do trabalho e certificado ambiental. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciência e Tecnologia. Presidente Prudente, 2003.

PAIVA, O. C. Caminhos cruzados: migração e construção do Brasil moderno (1930 – 1950). Bauru – SP: EDUSC, 2004.

PETRONI, M.T.S. *A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765-1851).* São Paulo: Difusão européia do livro, 1968.

PRADO, M. L. Flexibilização e novas estratégias de intensificação do trabalho nas usinas de açúcar e álcool a partir dos anos 90. Estudo de caso da região de Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil. Dissertação de Mestrado apresentada na Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara – SP, UNESP, fevereiro de 2008.

SACHS, R.; MARTINS, V. A. Análise da cultura da cana-de-açúcar, por Escritório de Desenvolvimento Rural, Estado de São Paulo, 1995-2006. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 37, n. 9, p. 41-52, set. 2007.

SILVA, J. G. A modernização dolorosa. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

_____. Reforma Agrária, já? In: Reforma Agrária da Nova República: contradições e alternativas / Laurindo Leal (organizador). – São Paulo: Cortez: EDUC, 1986.

SILVA, M.A.M. Errantes do fim do século. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

_____. Trabalho e trabalhadores na região do "mar de cana e do rio de álcool". Revista AGRÁRIA, São Paulo, Nº. 2, pp. 2-39, 2005.

SOARES, A.R. *Um século de economia açucareira-Evolução da moderna agroindústria do açúcar em São Paulo, de 1877 a 1970*. São Paulo: Clíper Editora, 2000.

SZMRECSÁNYI, T. & MOREIRA, E.P. *O Desenvolvimento da agroindústria canavieira no Brasil desde a segunda guerra mundial.* Estudos Avançados 11(5), 1991.

SZMRECSÁNYI, T. Efeitos e desafios das novas tecnologias na agroindústria canavieira, pp. 93-119. In: Agroindústria canavieira no Brasil – Evolução, desenvolvimento e desafios. Márcia Azanha Ferraz Dias de Moraes, Pery Francisco Assis Shikida (Organizadores). São Paulo: Atlas, 2002.

TETTI, L. M. R. Protocolo de Kyoto: Oportunidades para o Brasil com base em seu setor sucroalcooleiro: um pouco da história da questão "mudanças climáticas e efeito estufa", pp. 199 – 213. In: Agroindústria canavieira no Brasil – Evolução, desenvolvimento e desafios. Márcia Azanha Ferraz Dias de Moraes, Pery Francisco Assis Shikida (Organizadores). São Paulo: Atlas, 2002.

THOMAZ Jr. Antonio. Gestão e ordenamento territorial da relação capital-trabalho na agroindústria sucroalcooleira. Informações Econômicas. São Paulo: IEA, v.30, nº 4, abril, 2000, pp. 18-35.

_____ O metabolismo do Capital no Campo, em São Paulo: Fragmentação e Alienação do Trabalho. In: Desafios do Trabalho – Capital e Lutas de Classes no Século XXI. Org. por Roberto Lemes Batista e Renan Araújo – Londrina: Práxis; Maringá: Massoni, 2003, pp. 83 – 114.

VASAPOLLO, L. In: Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil. (Ricardo Antunes et al), São Paulo: Boitempo, 2006, 528p.

VELHO, Otávio G. Sociedade e Agricultura. Coleção Agricultura e Sociedade. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1982.

VIAN, C.E.F. *Agroindústria canavieira: Estratégias competitivas e modernização*. Campinas, SP: Ed. Átomo, 2003.

WILKINSON, J. *O Estado, a agroindústria e a pequena produção*. São Paulo – Salvador: Editora Hucitec - CEPA-BA, 1986.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Características dos municípios.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/pesquisas/geo/municípios.html.

Sites visitados

WWW.CPTNAC.COM.BR

www.fetecsp.org.br

www.isindical.blogspot.com

www.iea.com.br

www.prsp.mpf.gov.br/marilia/

www.udop.com.br

www.rc.unesp.br/igce/grad/geografia/revista.htm

www.pgt.mpt.gov.br

www.jornalcana.com.br

www.uol.com.br

Anexos

Lista de Tabelas

Tabela 1: Evolução da População Urbana e Rural da Nova Alta Paulista (em 1000 hab.)

Décadas	População Urbana	População Rural
1950	78.025	240.713
1960	142.618	278.213
1970	179.572	169.970
1980	223.471	140.453
1990	277.769	69.322
2000	309.329	51.301

Fonte: IBGE. Adaptação a partir de GIL (2006).

Tabela 2: Público, Expositores e Faturamento da Agrishow em Ribeirão Preto no período 2002 / 2008.

ANO	Público, em mil.	Expositores	Faturamento em R$ milhões
2002	135	450	435
2003	140	540	867
2004	155	604	1.288
2005	145	640	688
2006	115	700	500
2007	140	700	710
2008	135	745	800

- Estimativa. Fonte: Adaptado pelo autor com base nos dados da Agrishow, divulgados no jornal Folha de São Paulo.

Tabela 3: ESTIMATIVA SAFRA 2008/2009 REGIÃO CENTRO SUL

	2007/2008	2008/2009	Variação
Moagem			
Cana moída (milhões toneladas)	431,2	498,1	16%
Produção			
Açúcar (milhões toneladas)	26,2	28,6	9%
Álcool anidro (bilhões litros)	7,2	7,6	6%
Álcool hidratado (bilhões litros)	13,1	16,6	27%
Álcool total (bilhões litros)	20,3	24,3	19%
Qualidade Matéria-Prima			
ATR por tonelada cana (Kg/t)	144,8	143,8	-1%
ATR Total (milhões toneladas)	62,4	71,6	15%
Mix de Produção			
Mix de açúcar (%)	44,0%	42,0%	
Mix de álcool (%)	56,0%	58,0%	
Comercialização			
Álcool mercado externo (bilhões litros)	3,1	3,9	27%
Açúcar mercado externo (milhões t)	16,4	18,9	15%

Fonte: ÚNICA

Tabela 4: Novos Projetos, em 2 EDRs da Alta Paulista, seus municípios e estimativas quanto à capacidade de moagem.

EDRs	Município	Fase	Capacidade de moagem 2006	Capacidade de moagem 2007	Capacidade de moagem 2008
Dracena	Dracena	moagem	0	500.000	1.000.000
Dracena	Dracena	implantação	0	-	-
Dracena	Junqueirópolis	moagem	0	-	410.000
Dracena *	Paulicéia	-	0	-	-
Tupã	Queiroz	moagem	0	300.000	1.900.000
Tupã	Rinópolis	implantação	0	-	-
Tupã *	Tupã	-	0	-	-

Fonte: Adaptado pelo autor, com base nas Tabelas dos pesquisadores do IEA (Informações Econômicas, SP, v.38, n.3, mar.2008).

* Comunicação pessoal dos pesquisadores do IEA com técnicos da UDOP.

Tabela 5: Estimativa de moagem, produtividade (em ha) e expansão de área plantada das novas destilarias em 2 EDRs da Alta Paulista.

EDRs	Capacidade moagem 2009	Capacidade moagem 2010	Produtividade (t / ha)	Expansão (ha)
Dracena	1.250.000	1.500.000	94,71	16.666,67
Dracena	600.000	1.000.000	94,71	11.111,11
Dracena	750.000	900.000	94,71	10.000,00
Dracena*	-	2.000.000	94,71	22.222,22
Tupã	3.500.000	5.150.000	0,78	57.222,22
Tupã	600.000	800.000	0,78	8.888,89
Tupã *	-	2.000.000	0,78	20.000,00

Fonte: Adaptado pelo autor, com base nas Tabelas dos pesquisadores do IEA (Informações Econômicas, SP, v.38, n.3, mar.2008).

* Comunicação pessoal dos pesquisadores do IEA com técnicos da UDOP.

Tabela 6: Evolução do número de Unidades por Estado

UF	2005/2006	2006/2007	2007/2008	2008/2009	TOTAL
SP	4	12	11	13	40
GO	2	1	4	10	17
MG	3	2	5	4	14
MS	0	2	1	4	7
PR	0	0	2	1	3
MT	0	2	1	0	3
TOTAL	9	19	24	32	84

Fonte: ÚNICA

Tabela 07: Autuações da Polícia Ambiental em usinas da Alta Paulista em 2007

Empresas	**Autuações**	**Valor (R$)**	**Valor total (R$)**
CLEÁLCOOL Clementina	1	13.909, 39	13.909, 39
IBÉRIA BORÁ	8	1.637, 24 1.142, 86 1.001, 60 575, 00 426, 90 426, 90 426, 90 173, 35	5.810, 75
AÇUCAREIRA QUATÁ - Quatá	3	23.688, 68 2.921, 27 2.688, 79	29.298, 74
PARAPUÃ AGROINDUSTRIAL Parapuã	5	72.542, 61 54.567, 45 2.846, 00 1.284, 11 500, 80	131.740, 97

Fonte: Adaptado pelo autor com base nos dados fornecidos pela Polícia Ambiental de Marília

Tabela 08: Lavouras Temporárias: quantidade produzida em 1990, 1995, 2000 e 2005. (Em toneladas)

Cultivos	1990	1995	2000	2005
Cana de açúcar	241.254	305.220	14.000	883.387
Amendoim	1.996	497	1.834	11.601
Soja	-	-	-	4.235
Mandioca	1.700	11.780	330	9.441
Sorgo	-	-	-	715
Batata-doce	1.164	1.107	1.212	2.950
Melancia	905	754	552	7.444
Tomate	2.900	1.500	2.475	1.368

Fonte: Adaptado do IBGE in Hespanhol (2007) - Produção Agrícola Municipal de 1990, 1995, 2000 e 2005.

Tabela 09: Lavouras Temporárias: quantidade produzida em 1990, 1995, 2000 e 2005. (Em hectares)

Cultivos	1990	1995	2000	2005
Cana de açúcar	3.869	4.286	280	11.496
Amendoim	1.330	301	906	5.649
Soja	-	-	-	2.000
Mandioca	85	572	23	472
Sorgo	-	-	-	432
Batata-doce	130	143	128	222
Melancia	229	180	135	187
Tomate	60	30	33	32

Fonte: Adaptado do IBGE in Hespanhol (2007) - Produção Agrícola Municipal de 1990, 1995, 2000 e 2005.

Tabela 10: Evolução da quantidade de cana-de-açúcar produzida em 1990, 1995, 2000, 2005 e 2008 (em hectares e toneladas) na microrregião de Dracena.

	1990	1995	2000	2005	2008
Hectares	3.869	4.286	280	11.496	49.555
Toneladas	241.254	305.220	14.000	883.387	4.574.917

Fonte: Adaptado pelo autor com base nos dados do IBGE.

Tabela 11: Evolução da quantidade de cana-de-açúcar produzida em 1990, 1995, 2000, 2005 e 2008 (em hectares e toneladas) na microrregião de Adamantina.

	1990	**1995**	**2000**	**2005**	**2008**
Hectares	14.821	22.665	29.960	51.766	85.357
Toneladas	1.005.675	1.663.865	2.050.350	4.107.072	7.443.110

Fonte: Adaptado pelo autor com base nos dados do IBGE.

Tabela 12: Área Plantada com cana – de – açúcar em 10 municípios da Alta Paulista.

Municípios	Área de estabelecimentos agropecuários (em ha)	Área plantada com cana – de – açúcar (em ha)
Adamantina	37.406	13.000
Flórida Paulista	39.088	23.000
Iacri	25.340	5.500
Inúbia Paulista	9.683	3.302
Lucélia	16.942	7.300
Osvaldo Cruz	18.392	2.400
Pacaembu	23.882	8.000
Parapuã	27.689	7.100
Rinópolis	29.929	3.100
Salmourão	13.631	4.000

Fonte: Adaptado pelo autor com base nos dados do IBGE relativos ao censo Agropecuário 2006 e ao Censo Agrícola de 2008.

Carta de Solicitação I

Ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Parapuã:

Prezados senhores,

Na condição de mestrando em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista – UNESP de Marília, com foco na Sociologia do Trabalho, solicito vossa cooperação no sentido de fornecer informações referentes à formação deste sindicato, seu âmbito de atuação bem como outras questões de relevante importância para minha pesquisa.

Esclareço que as informações solicitadas serão empregadas exclusivamente para fins acadêmicos e tão logo o trabalho esteja concluído será encaminhada cópia para esta importante base sindical.

Antecipadamente grato pela obsequiosa cooperação e certo de que a mesma contribuirá significativamente para a consecução do escopo de trabalho pretendido, subscrevo – me

Cordialmente,

Prof. José Hélio da Silva
Rua Recife, 15
Jardim Vista Alegre, Parapuã – SP.

Departamento de Economia e Política da UNESP de Marília
Prof./Doutor Paulo Rodrigues Ribeiro da Cunha.
Orientador:_____
Orientando:_____

Questionário para entrevistas no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Parapuã

1) Qual a data de fundação do Sindicato Rural dos trabalhadores de Parapuã?
2) Qual é a base territorial do Sindicato Rural dos Trabalhadores de Parapuã e sua zona de atuação?
3) Desde a fundação, por quantas gestões de diretoria tem passado este sindicato?
4) Qual o número total de sindicalizados incluindo todas as categorias de trabalhadores?
5) Qual o número total de sindicalizados em dia?
6) Quanto à estrutura do sindicato, a sede se encontra em prédio próprio ou é cedido por outras instituições?
7) No que se refere à assistência do sindicato, como esta se caracteriza (jurídica [aposentadoria] ou despachante)?
8) Qual a relação da porcentagem gasta com as despesas de administração e com as de organização?
9) Qual a categoria de trabalhadores que predomina entre os sindicalizados?
10) Qual a categoria de trabalhadores sindicalizados que predomina na base?
11) Na direção do STR (Sindicato Rural dos Trabalhadores) de Parapuã, qual a categoria que é predominante?
12) Em qual das categorias de trabalhadores sindicalizados o Sindicato Rural dos Trabalhadores apresenta maior atuação?
13) Qual a opção de atuação do Sindicato Rural de Parapuã?
14) Quanto aos pequenos proprietários, quais são suas maiores dificuldades e reivindicações?
15) Qual o maior problema enfrentado pelos assalariados assistidos por este sindicato?
16) Quais as principais reivindicações colocadas na pauta deste sindicato nos últimos 5 anos?
17) Diante do rol de reivindicações das diversas categorias de trabalhadores sindicalizados, quais as prioridades deste sindicato?

18) Quais os maiores obstáculos para o atendimento efetivo das reivindicações das diversas categorias de trabalhadores assistidos por este sindicato?

19) Como é a composição da direção do Sindicato Rural de Parapuã?

20) A qual filiação pertence o Sindicato Rural de Parapuã?

21) Qual a principal fonte de recursos do Sindicato Rural de Parapuã?

Questionário para entrevista na Parapuã Agroindustrial (cana convencional)[64]

1) PRODUÇÃO DA ÚLTIMA SAFRA (2008 / 2009)

Cana moída (t)	Açúcar (t)	Álcool Anidro / m³	Álcool Hidratado/m³	Álcool total / m³

2) PRODUÇÃO DA SAFRA ATUAL (Estimativa):

Cana moída (t)	Açúcar (t)	Álcool Anidro / m³	Álcool Hidratado/m³	Álcool total / m³

3) Quantidade de Trabalhadores: (Safra Atual)

Rurícolas	Industrial	Transporte	Administração

4) Área com Cana Plantada (ha):

Área pertencente à empresa	Área Arrendada	Área de Fornecedores

5) Percentual de Cana (%):

Própria	Arrendada	Fornecedores

6) Percentual de cana colhida mecanicamente (%):

Cana Crua:	Cana Queimada:

7) Quantidade de Máquinas Utilizadas no Corte Mecanizado de Cana

Cana Crua e Queimada	(Marca / Modelo):

8) O plantio é totalmente manual, mecanizado ou ocorre das duas formas?

9) Na empresa há cursos de treinamento que favorecem o remanejamento da força de trabalho do corte da cana para outras funções?
10) Quantos novos empregos deixaram de ser oferecidos pela empresa em virtude da mecanização?
11) Existe perspectiva de aumento da mecanização do corte de cana, sobretudo crua, para as safras 2010 / 2011 e 2011 / 2012? Qual o percentual?

[64] O questionário foi baseado no modelo utilizado por Oliveira (2003).

12) Qual o potencial de co – geração de energia (anual) da empresa?
13) A empresa desenvolve programas ou projetos voltados para a gestão ambiental?
14) O Sistema de Gestão Ambiental denominado de ISO 14000 foi adotado pela empresa?
15) No que tange à produção e certificação orgânica, quais são as perspectivas da empresa Parapuã Agroindustrial?
16) O Programa de Qualidade Total com base nas normas da série ISO 9000 já foi adotado pela empresa? Se sim, desde quando?
17) No que consiste a ISO 9002 para a empresa Parapuã Agroindustrial?

18) Qual a importância para a empresa em possuir a certificação ISO 9002?

19) Quais as vantagens obtidas pela empresa na esfera econômica?

20) Do ponto de vista das relações de trabalho no âmbito da empresa, quais as mudanças que a ISO 9002 proporcionou?

21) A crise econômica mundial causou impactos na atividade agroindustrial da empresa? Se sim, quais foram os principais problemas?

22) Qual a quantidade de trabalhadores temporários na empresa?

23) Qual a quantidade de trabalhadores permanentes na empresa?

24) Qual a quantidade de trabalhadores migrantes (no corte da cana) atuando na empresa?

25) Qual a quantidade de trabalhadores locais (no corte de cana) atuando na empresa?

26) Alguma empresa terceirizada presta serviços à Parapuã Agroindustrial? Se sim, quantas e em que setores?

27) Qual a quantidade de fornecedores de cana que operam com a empresa?

28) Qual a quantidade de arrendatários que opera com a empresa?

29) Qual a avaliação da empresa em relação à atuação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Parapuã?

30) A empresa fornece Equipamento de Proteção Individual ao Trabalhador?

31) A empresa aderiu ao Compromisso Nacional da Cana lançado em junho de 2009 pelo governo federal?

Carta de Solicitação II

À empresa Parapuã Agroindustrial:

Prezados senhores,

Na condição de mestrando no curso de Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista – UNESP de Marília, com foco na Sociologia do Trabalho, solicito vossa cooperação no sentido de fornecer informações referentes à atividade agroindustrial desta empresa, às relações de trabalho, à política de certificação ambiental, ao contingente da força de trabalho nos diferentes setores bem como outras questões de relevante importância para minha pesquisa.

Esclareço que as informações solicitadas serão empregadas exclusivamente para fins acadêmicos e tão logo o trabalho esteja concluído será encaminhada cópia para esta importante empresa agroindustrial da Alta Paulista.

Antecipadamente grato pela obsequiosa cooperação e certo de que a mesma contribuirá significativamente para a consecução do escopo de trabalho pretendido, subscrevo – me

Cordialmente,

Prof. José Hélio da Silva
Rua Recife, 15
Jardim Vista Alegre, Parapuã – SP.
Fone: (18) 35823585
E-mail: zeguarani@yahoo.com.br

Departamento de Economia e Política da UNESP de Marília
Prof./Doutor Paulo Rodrigues Ribeiro da Cunha.
Orientando:_____

Mapa 3 – EDRs do Estado de São Paulo.



Mapa 4 – Regiões Administrativas do Estado de São Paulo.



Mapa da Nova Alta Paulista



Mapa 2
Fonte: Secretaria Estadual de Economia, Gestão e Planejamento do Estado de São Paulo, 2006. Escala: 1:In: Izabel Gil, 2007.
1.375.000